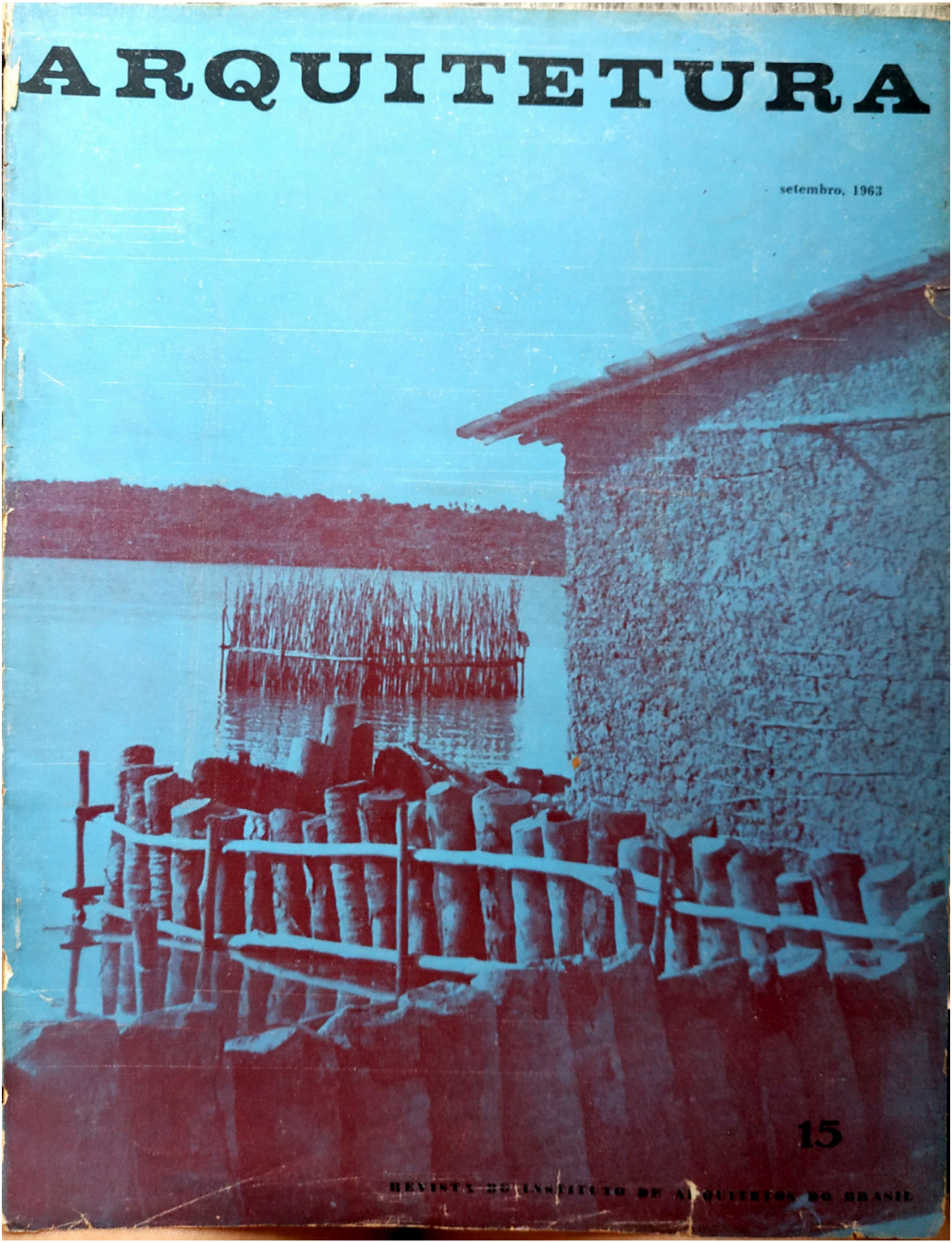
ARQUITETURA

setembro, 1963



15

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

BERNINI S.A.

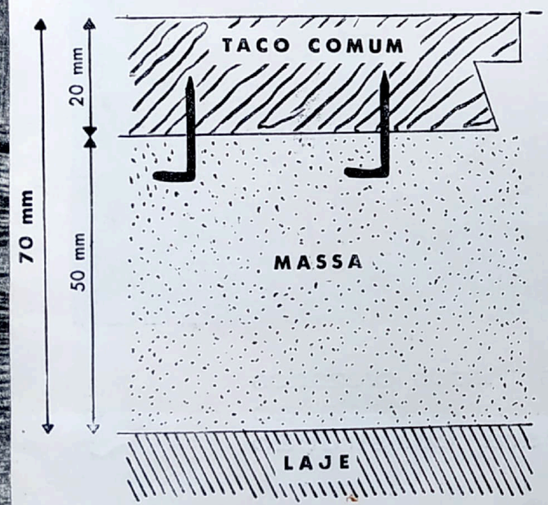
lambris
folheados e maciços

rua moncorvo filho, 25-27 * vendas 43-1090/43-2750 * Rio

PARKEX

... o parquet higiênico de classe superior !

PREPARAÇÃO DO PISO PARA **PARKEX**
E SUAS VANTAGENS



ECONOMIA
DO PÊSO DA CONSTRUÇÃO DE
60 a 80 kgs por m² de Piso

ECONOMIA
NA ALTURA DA CONSTRUÇÃO
50 mm por Andar

SET 1963

PARKEX S. A.
INDÚSTRIA DE PARQUET

RIO DE JANEIRO: RUA CANDELÁRIA, 9, S. 1410 - TEL.: 43-7798

PARKEX

... o parquet higiênico de classe superior !

PREPARAÇÃO DO PISO PARA **PARKEX**

ARQUITETO

Ao decidir os componentes do seu projeto, especifique os materiais e serviços anunciados em ARQUITETURA. As firmas que anunciam em suas páginas são as que, de fato, estão contribuindo para que você tenha, pela primeira vez, a sua Revista.

Instituto dos Arquitetos do Brasil

27 SET 196

LAJE LAJE

SET 1963

TAMANHO NATURAL

PARKEX S. A.

INDÚSTRIA DE PARQUET

RIO DE JANEIRO: RUA CANDELÁRIA, 9, S. 1410 - TEL.: 43-7798

Exito absoluto!



Agradecemos aos nossos prezados clientes a preferência dada ao aço especial para construção

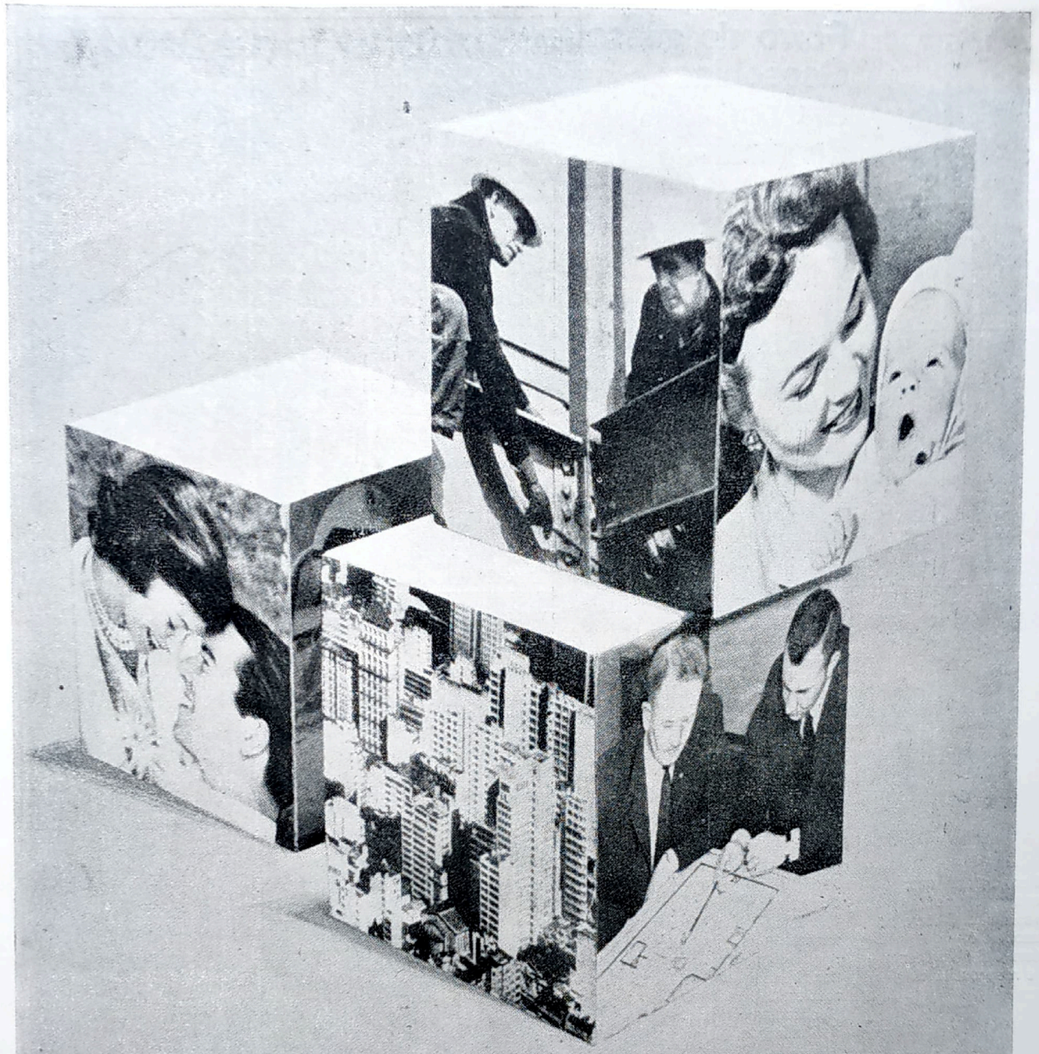
BARRA MANSA 5000

cujos índices de vendas superaram as nossas expectativas

Fabricantes
SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.

Vendas
IND. E COM. METALÚRGICA ATLAS S.A.

Rua Rizkallah Jorge, 50 - 14.º e 15.º Andares
Fones: 32-3148 - 32-5146 - Rede Interna - S. Paulo



A nossa cidade...

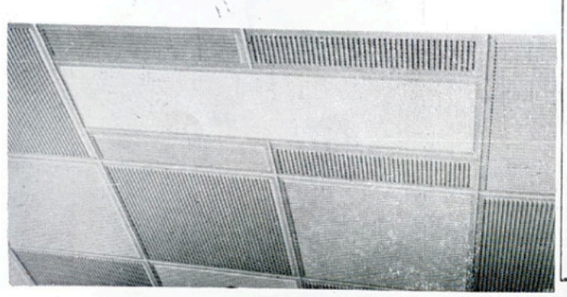
Uma cidade é o homem que a habita. Mas é também o esfôrço dos que a construiram. É pedra, cimento, cal, e é sonho e anseio.. É o fervor de uma concepção na mente do construtor e é o suor do pedreiro concretizando-a. Uma cidade é luta, é amor e é vida. Existem cidades dentro da Cidade. E também cidades que transcendem todos os limites municipais. Nós temos uma cidade assim. Uma cidade que, desde 1893, vem sendo a morada espiritual da família De Paoli. Nossa cidade está em todo o Brasil, nas obras que já edificamos. Atualmente, ela comportaria uma população de dezenas de milhares de pessoas, em seus 810.140 m² de área construída. E ela não pára de crescer, porque os De Paoli não param de construir. Angelo Marcello de Paoli, legou-nos uma tradição de pioneirismo e amor ao trabalho - esta, aliada a uma experiência de 70 anos . vivida em centenas de obras, dá aos que exigem segurança a garantia maior de nossa idoneidade.

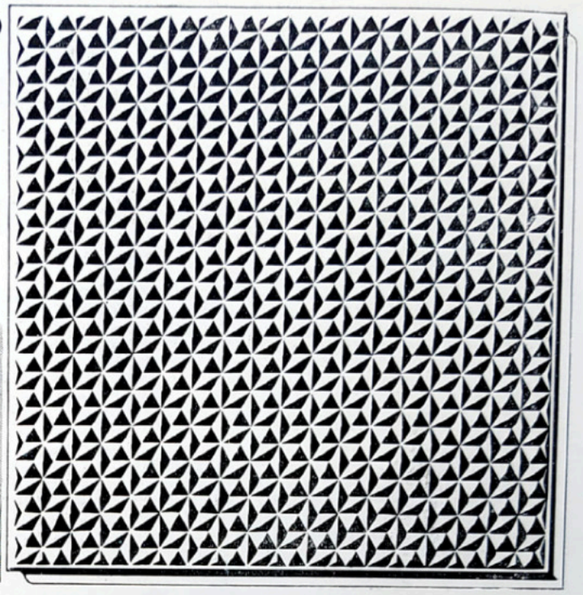
DE PAOLI SA
COMERCIO INDUSTRIA

Tradição de pionerismo e segurança em construções

JUSA BH 003

Fôrro de gêsso Gessoplac: eterno, decorativo, isolante, e incombustível





Na verdade, são incontestáveis as vantagens do fôrro de gêsso Gessoplac sôbre qualquer tipo de fôrro. Esta afirmação não é gratuita e baseia-se em razões sólidas. Veja:

O gêsso é um material que, com o passar do tempo, fica mais resistente. O fôrro de gêsso Gessoplac é, porisso, eterno. E é também removível e reaproveitável.

Material nobre e homogêneo de grandes possibilidades plásticas, nada pode superar o fôrro de gêsso Gessoplac quanto à aparência e possibilidades decorativas, resolvendo técnica e plásticamente, os problemas de iluminação.

Uma outra característica do gêsso e, portanto do fôrro de gêsso Gessoplac, é a estabilidade e inalterabilidade do material: não empena, não racha, não abre fendas, não bicha. Dispensando entarugamento, não sofre também os efeitos de sua instabilidade.

O gêsso é incombustível. Porisso, submetido durante 15 minutos a uma temperatura de 750° (teste realizado pelo Instituto de Pesquisas Técnológicas conforme certificado oficial n.° 222.315) concluiu-se que o fôrro de gêsso Gessoplac não se incendeia, que não houve produção de gazes combustíveis, não se observando também nenhuma elevação de temperatura.

O fôrro de gêsso Gessoplac, como se viu, é perfeito isolante térmico, poupando porisso, os aparelhos de condicionamento de ar. É também isolante acústico, com grande coeficiente de absorção (certificado oficial do IPT n.° 12.677). Para a perfeita isolação térmica e acústica contribui também a manta de lã de rocha de que são revestidas as chapas.

Por ser eterno e reaproveitável, o fôrro de gêsso Gessoplac seria, só por isso, a melhor solução do ponto de vista econômico. Mas há ainda outros fatores que contribuem para a redução do seu custo: sendo incombustível, reduz a taxa de seguros e o custo de colocação (incorporado ao preço) é baixo, dada a rapidez com que se processa.

Formato das chapas: 0,60x0,60m.

As chapas são presas por meio de tirantes de arame galvanizado sustentados por pregos de aço fixados a revolver.

Suportes de alumínio na borda fixadora garantem uma fixação segura.

Colocação sob a responsabilidade do departamento especializado da Gessoplac

GESSOPLAC

Rua Marconi, 31 6.° andar tel.: 34 01 19 São Paulo

REPRESENTANTES: Porto Alegre: HEUSER & CIA. LTDA. – R. Vig. José Inácio, 371 – 9.° And. – S/ 913 – Galeria Rosário – Fone: 5082 – Cx. Postal 1678 • Rio de Janeiro: ENG.º CELSO PIRES LEHNEMANN – Av. Rio Branco, 156 – Grupo 2810 – Fone: 52-8292 • Campinas: WALDIR A. HEIDRICH E CARLOS LIMA Rua Dr. Costa Aguiar, 698 – 11.º and. – S/ 1105 – Fone: 8-5137 • Barra Mansa: CYRANEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO – Av. Joaquim Leite, 604 – S/ 214

ENGENHARIA DE FUNDAÇÕES S.A.

ENGEFUSA

FUNDAÇÕES EM GERAL

—

INFRA — ESTRUTURAS

—

RUA SANTA LUZIA, 799 — 16º ANDAR-RIO DE JANEIRO



Qualquer que seja seu problema de iluminação, entregue-o aos engenheiros luminotécnicos da General Electric...

...e assim você terá a segurança de receber um *Projeto de Iluminação*, cientìficamente elaborado.

Lembre-se de que a G-E fabrica uma linha completa de lâmpadas, para todo e qualquer serviço de iluminação e de que seus engenheiros luminotécnicos são altamente especializados no assunto.

Por isso, os *Projetos de Iluminação* apresentados pela G-E são sempre adequados, práticos e econômicos.

Faça uma experiência: ao defrontar-se com um problema de iluminação, consulte a General Electric: não há ônus ou compromisso de sua parte.

GENERAL ELECTRIC

GENERAL ELECTRIC S. A.

Rio - Avenida Almirante Barroso, 81 - Telefone: 42-4000
São Paulo - Rua Antônio de Godói, 88 - Telefone: 34-9131
Recife - Rua Imperial, 1133 - Telefone: 7601
Salvador - Avenida Frederico Pontes, 44 - Telefone: 4326
Curitiba - Rua André de Barros, 715 - Telefone: 4-1336 - 4-1251 e 4-2296
Pôrto Alegre - Praça Otávio Rocha, 25 - Telefone: 5764 e 4881
Belo Horizonte - Rua Uberaba, 111 - Telefone: 4-8960

46.830

impermeabilizando há mais de 50 anos...



marquises
terraços
caixas d'água
sub-solos
calhas
piscinas
etc.

CAVO

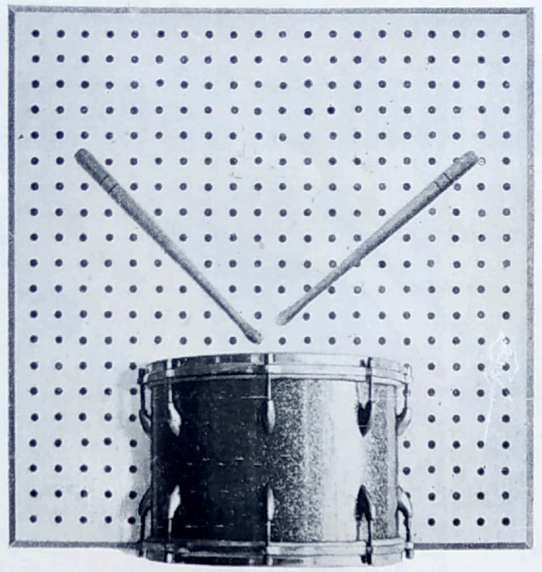
COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

MATRIZ
RUA SANTA LUZIA, 685 - 10º
TEL. 32-2270
TELEG. "NEUCHATEL"
RIO DE JANEIRO

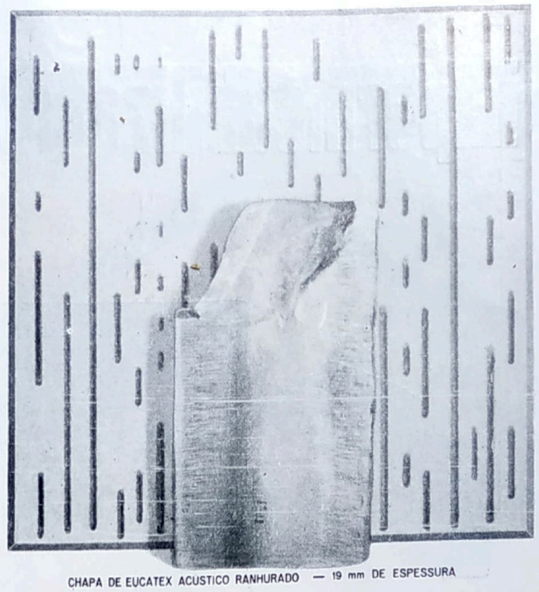
FILIAL
RUA PRESIDENTE SOARES BRANDÃO, 163
TEL. 33-5998
TELEG. "NEUCHATEL"
SÃO PAULO

FILIAL
RUA GOITACAZES, 14 - S. 601
TEL. 2-1617
TELEG. "NEUCHATEL"
BELO HORIZONTE

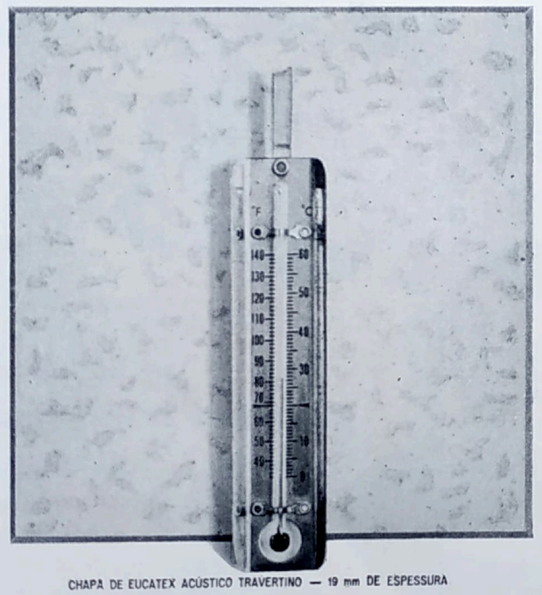
FILIAL
RUA 15 DE NOVEMBRO, 556 - S. 701/2
TEL. 4-1220
TELEG. "NEUCHATEL"
CURITIBA



CHAPA DE EUCATEX ACÚSTICO A — 19 mm DE ESPESSURA



CHAPA DE EUCATEX ACUSTICO RANHURADO — 19 mm DE ESPESSURA



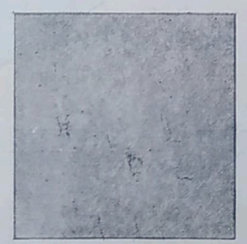
CHAPA DE EUCATEX ACÚSTICO TRAVERTINO — 19 mm DE ESPESSURA



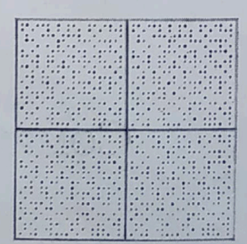
CHAPA DE EUCATEX ISOLANTE 60x60 CM — 12 MM DE ESPESSURA

O QUE É BOM SABER SÔBRE UM BOM FORRO

Elimina até 93% do barulho. Mantém o ambiente numa temperatura agradável, isolando o calor e o frio que entram pelo telhado. Custa bem menos que qualquer outro tipo de fôrro. É fácil de aplicar e é fôrro para tôda a vida. E o Fôrro Eucatex é bonito, moderno e decorativo.



CHAPA DE EUCATEX ISOLANTE
60 x 60 cm — 12 mm DE ESPESSURA



CHAPA DE EUCATEX ACÚSTICO B
— 19 mm DE ESPESSURA

IA-SP 13.051

FÔRRO É EUCATEX

NÔVO CONCEITO EM PROCESSAMENTO DE DADOS

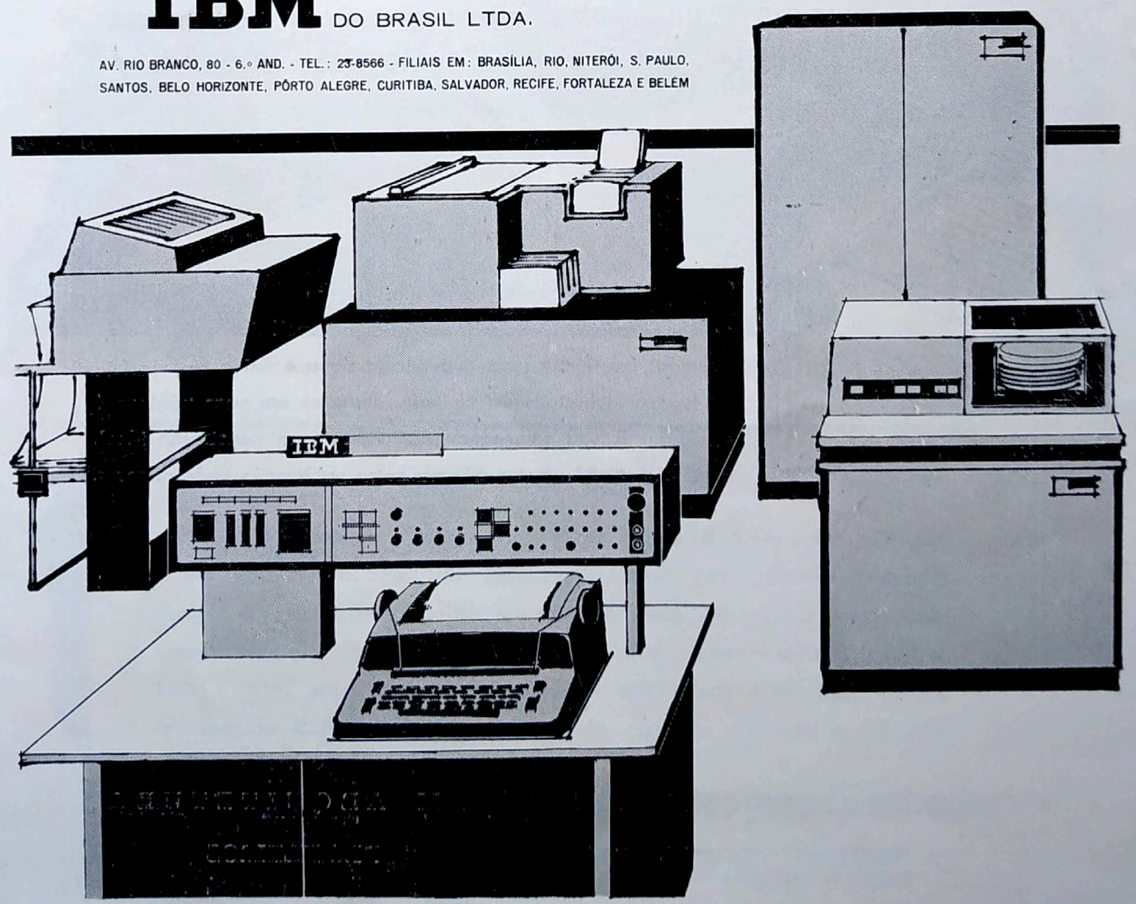
Aliando caracteristicas técnicas inéditas a um baixo custo operacional, o sistema eletrônico IBM-1440 destina-se à automatização completa de emprêsas de porte médio. O nôvo lançamento da IBM apresenta as seguintes vantagens:

- **Eliminação dos arquivos de dados • Integração de tôdas as operações da emprêsa**
- **Rapidez de processamento e versatilidade incomparável através de programa registrado**
- **Compatibilidade com sistemas IBM-1401 e IBM-1410**

Com o IBM-1440 é introduzido no mercado brasileiro o conceito de registro de dados em memórias de discos intercambiáveis, com capacidade infinita e velocidades notáveis.

IBM DO BRASIL LTDA.

AV. RIO BRANCO, 80 - 6.º AND. - TEL.: 23-8566 - FILIAIS EM: BRASÍLIA, RIO, NITERÓI, S. PAULO, SANTOS, BELO HORIZONTE, PÔRTO ALEGRE, CURITIBA, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E BELÉM



★ **ARQUITETURA** É LIDA E COLECIONADA MENSALMENTE POR 3.125 ARQUITETOS, OU SEJA TODOS OS ARQUITETOS BRASILEIROS NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

★ **ARQUITETURA** ATINGE MENSALMENTE MAIS DE 2.500 FIRMAS CONSTRUTORAS EM TODO O BRASIL (OU A TOTALIDADE DOS CONSTRUTORES DO RIO E S. PAULO).

★ **ARQUITETURA** ATINGE MENSALMENTE TÔDAS AS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS LIGADAS À ARQUITETURA E À CONSTRUÇÃO.

Por estas três razões e ainda porque **ARQUITETURA**, pela sua regularidade, pelo seu padrão jornalístico, gráfico e redacional representa uma experiência nova e única em matéria de Revista especializada no país, anunciar em suas páginas é assegurar à sua mensagem publicitária uma penetração ideal, certa e garantida que nenhuma outra publicação pode oferecer.

EXPERIMENTE ANUNCIAR EM **ARQUITETURA**,

A REVISTA OFICIAL DOS ARQUITETOS BRASILEIROS

Grandes obras do Brasil com a qualidade Sika



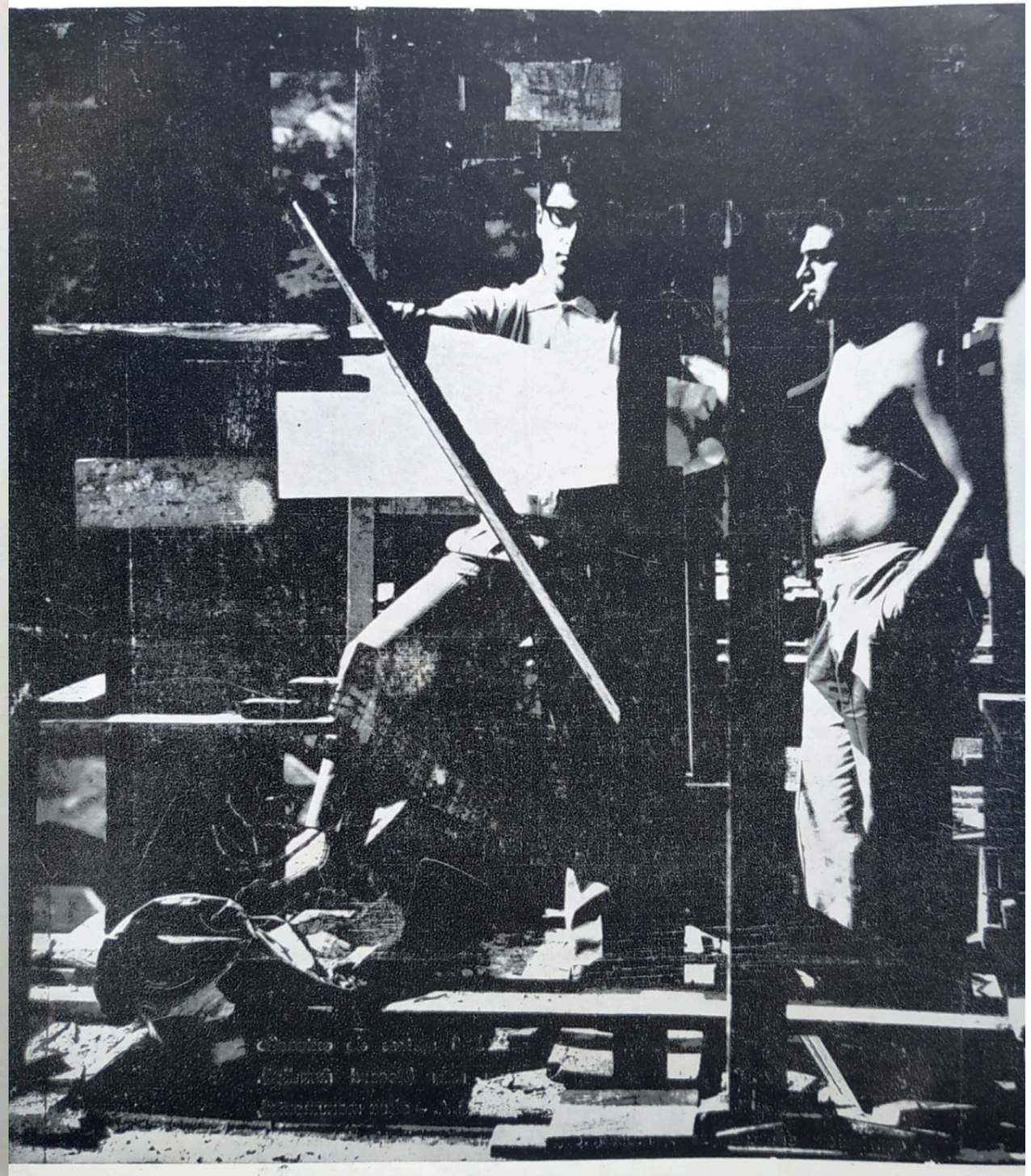
PONTE DO ESTREITO

sôbre o rio Tocantins, na rodovia BR-14, com 538 metros de extensão e um vão central de 140 metros, em viga reta (Record mundial). Projeto e construção de Sergio Marques de Souza S.A. – obra monumental, construida em apenas 9 meses, orgulho da engenharia brasileira. Esta é uma entre muitas outras obras majestosas realizadas graças ao uso do **PLASTIMENT** — símbolo do concreto de alta qualidade.

SIKA S. A. Produtos Químicos para Construção

Rua Visconde de Inhaúma, 58 — 13º. andar — Tel. 43-8861
Caixa Postal 3598 - Rio de Janeiro - Representantes em todo o Brasil

Record. 11.119



QUEM ESPECIFICA?

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro t
O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto
quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos
conhecidos pelos arquitetos Será que êles conhecem o seu material? A melhor ma
que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através
páginas de **ARQUITETURA**. A revista que todo arquiteto brasileiro lê e colec

ARQUITETURA

N.º 15 — Setembro — 1963

Órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil — Revista mensal do IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301.

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Affonso Reidy, Edgar Graeff, Ernâni Vasconcellos, Henrique E. Mindlin. Ícaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Alfredo L. Britto — IAB; Álvaro Pacheco; Maurício Nogueira Batista — IAB.

Conselho de Representantes: Alberto Xavier - IAB-RGS; Jorge Wilheim - IAB-SP; Vital Maria Pessoa de Mello - IAB-PE; Affonso Baqueiros Rios - IAB-BA; Carlos Eugenio Hime - IAB-DF; Almir Fernandes - IAB-PR; Elio Vianna - IAB-ES.

Redação: *redator-chefe* — Maurício Nogueira Batista - IAB; *secretário* — Alfredo L. Brito - IAB; *departamento de arte* — Roberto Scorzelli - IAB; *Dep. Fotográfico* - Roberto Maia.

Editor:
Álvaro Pacheco.

Colaboradores: Claudius Ceccon - IAB; Ferreira Gullar, Carlos Diegues Jota, Cleber Ribeiro Fernandes, José Guilherme Merquior, Nélson Lins de Barros, Luís Miranda Corrêa, Arq. Alberto Vieira de Azevedo.

Esta publicação é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, tôdas as firmas construtoras do Rio e S. Paulo, e de outros estados, firmas de decoração, galerias de arte, escritórios técnicos.

Publicação da Editôra Artenova Ltda. — *Diretores*: Álvaro Pacheco e Renaldo Alexandre Essinger — Trav. 11 de Agôsto, 6, grupo 201.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.: 22-1703, — Rio.

Publicidade e Assinaturas: RIO — Trav. 11 de Agôsto, 6 — Grupo 201 — tel.: 31-2641; **S. Paulo** — REPRENAES — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar — tel.: 32-3512; **Pôrto Alegre** — REPRENAES — Rua Cel. Vicente 456 — 2.º andar — tel.: 9-1446.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas; preço do exemplar: Cr$ 250,00; exterior — US $1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 2.400,00; exterior: US $10; tiragem: 10.000 exemplares.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Composição e Impressão: Livraria Freitas Bastos, S.A. — Rua 7 de Setembro, 111, Rio.

Capa: Maceió, Alagoas — Foto Luiz Silva Filho.

SUMÁRIO

2 Editorial
Desafio

3 Reportagem
A nova linguagem dos esquimós: Gravura
Ferreira Gullar

6 Projeto
Concurso Privado do I.R.B.

12 Projeto
Chevap introduz novidade ao escolher projeto da Central Elétrica do Funil

17 Documentação
Seminário de Habitação e Reforma Urbana

25 Galeria
Artes visuais
Ferreira Gullar

Cinema
Carlos Diegues

Teatro
Cleber Ribeiro Fernandes

Literatura
José Guilherme Merquior

Música
Nelson Lins de Barros

33 Humorismo
Claudius

34 Paisagismo
Elementos Construídos nos Jardins
Witt-Olaj Prochnik

36 Destaque

39 Notícias

43 Estante

44 Legislação

46 Bôlsa de Materiais

Desafio

Arquitetos do mundo inteiro vão se reunir em Havana, neste final de setembro, no VII Congresso Internacional promovido pela UIA.

O tema da reunião encerra um desafio. Êle se propõe a estudar os aspectos da arquitetura dos chamados países subdesenvolvidos. A América Latina tôda representa um continente que atravessa o momento mais agudo de um processo dramático de desenvolvimento econômico. Esta fase apresenta, para cada um dos países integrantes da comunidade latino-americana, significado e características diversas. Direfenças regionais existentes, entretanto, não chegam a encobrir um aspecto que é constante e peculiar a todos êles e ao qual se convencionou designar, genèricamente, por condições desumanas de vida para a maioria das populações. Estas condições estão refletidas no estado de permanente carência alimentar; na moradia difícil e inadequada; no baixo padrão de saúde pública; e revelam um quadro de extrema e absurda penúria em contraste com o elevado nível de vida das minorias privilegiadas dêsses países.

Dentro dêste quadro, a arquitetura permanece sendo uma profissão a serviço quase exclusivo das pequenas castas detentoras do poder. A obra do arquiteto latino-americano tem esta marca. A marca de um processo espoliativo que mostra a desagradável face do subdesenvolvimento mascarada pelo "make-up" de uma construção de plástica macia e sedutora a pontilhar certos trechos das cidades da América Latina.

Aí aparece a contradição própria do subdesenvolvimento e que representa o maior desafio lançado ao arquiteto.

Os arquitetos estão, cremos, perfeitamente maduros para perceberem que não se faz cultura privilegiada. Que cultura é o **stratus** de um povo, ou não é. Arquitetura é cultura, antes de mais nada. Cultura essencialmente, uma vez que representa materialmente o **ser** e o **fazer** do **homem.** Mas, qual arquitetura conta na **AL**? A do "make-up", ou a que não é, a que mal aloja, mal protege e mal enseja o pleno viver?

Para o arquiteto latino-americano, de uma maneira geral, a arquitetura feita até agora, infelizmente, foi a do "make-up". Outra não pôde êle tentar.

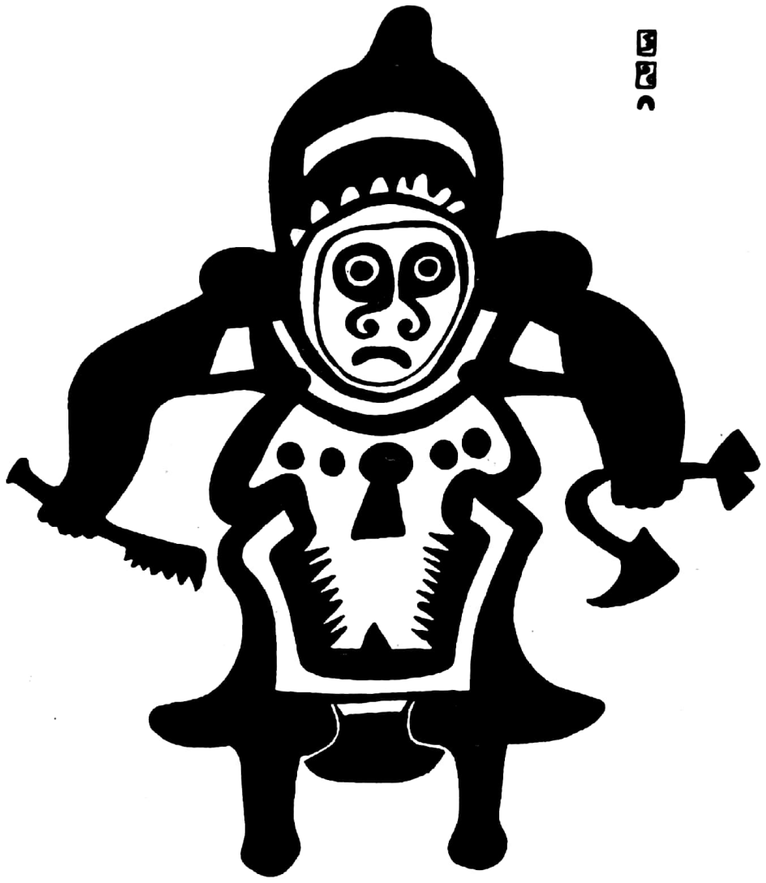
Hoje, porém, sentimos que êste arquiteto, premido pela aguda conscientização do seu papel eminentemente social, abandona as preocupações com as questiúnculas doutrinárias, de caráter puramente formal, para assumir a posição que lhe cabe ante o desafio nascido do próprio processo de desenvolvimento da área na qual êle exerce sua profissão.

Êste desafio leva-o a encarrar, com uma lucidez e uma firmeza jamais vistas anteriormente, os problemas dos planejamentos territorial, demográfico e urbano. A lucidez e a firmeza provêm do fato de haver constatado a impraticabilidade e o não-sentido de tentar fazer arquitetura em meio à desordem territorial e urbana — gerada por um desenvolvimento não-planejado e de características, muitas vêzes, essencialmente espoliativas — e que se estende por tôda a área do continente.

A base dêste desafio está na terra. Pode parecer estranha esta preocupação do arquiteto pela terra. Mas, é no chão que êle baseia o seu plano, seja êle o de uma cidade, de um bairro, de uma praça, de um palácio, ou de uma simples casa. O fato de ser êste chão objeto da mais desenfreada especulação retira-lhe, de imediato, qualquer chance. A ausência de um código que regulasse de maneira humana o uso da terra, gerou a anarquia, a congestão e a deterioração de todo o sítio urbano, hoje observadas. A consciência da importância de um regulamento justo de uso da terra na formação de comunidades orgânicas e integradas socialmente, vem determinando, na América Latina inteira, fortes movimentos de opinião a favor de duas grandes reformas territoriais: a agrária e a urbana. O arquiteto não pode ficar desvinculado dêstes movimentos uma vez que são êles os únicos capazes de lhe darem a possibilidade de vir a bem cumprir a sua finalidade: **construir o habitat do homem.**

O encontro de Havana deverá ter uma extraordinária significação. Reunirá arquitetos de todos os recantos do mundo. De áreas desenvolvidas, onde apesar de não se ter, ainda, conseguido o que se imagina como mundo próprio do homem, as condições gerais dêsses "habitat" apresentam um nível já bem mais satisfatório. E de áreas subdesenvolvidas, nas quais tudo está pràticamente por fazer e onde o pouco que foi feito, o foi com a mais negra marca de uma herança negativa.

ARQUITETURA saúda os profissionais de arquitetura congregados em tôrno da **UIA** na certeza de que os arquitetos da Europa, da África, da Ásia e das duas Américas perseguem um único fim, procurado incessantemente e nunca tão próximo de ser alcançado: um "habitat" capaz de assegurar a plenitude da condição humana. *



Padlo — "Espírito com Símbolos"

A nova linguagem dos esquimós: Gravura

3

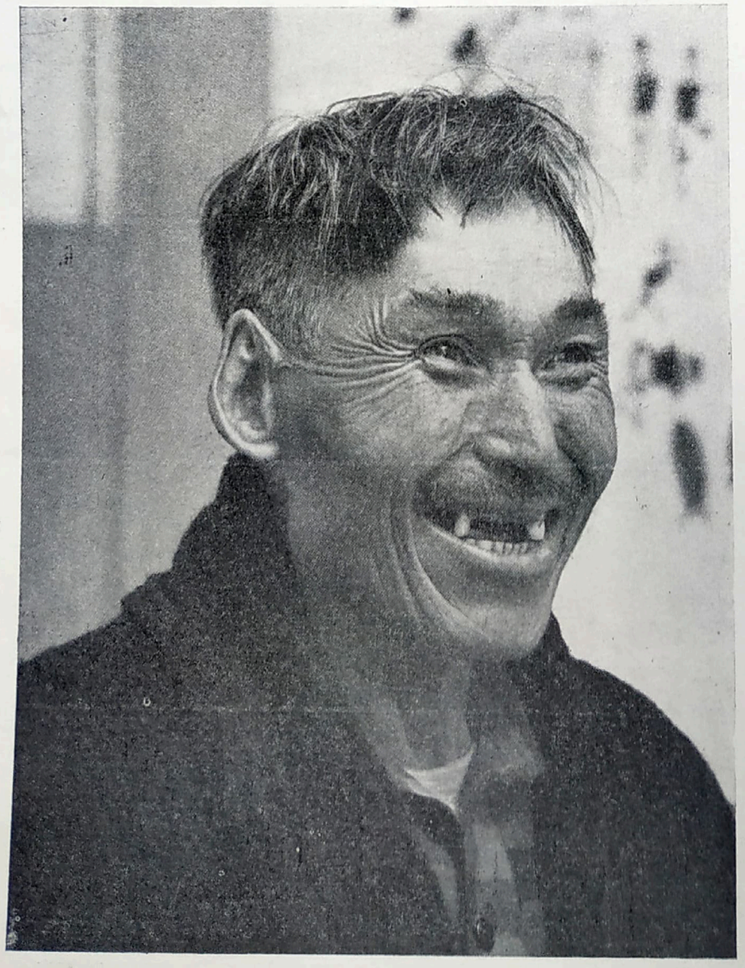
Ferreira Gullar

Até aqui a arte esquimó era representada apenas pelas esculturas em osso, marfim e pedra, de pequeno tamanho, que têm sido apresentadas em exposições internacionais e museus de várias partes do mundo. Só de muito pouco tempo para cá, uma nova modalidade de expressão se acrescentou à arte esquimó: a gravura.

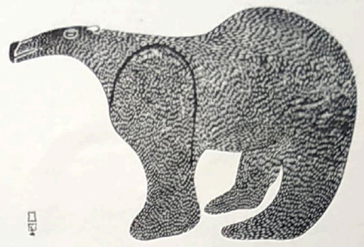
Pràticamente isolados em seu mundo de gêlo, não estão os esquimós em contacto com o movimento artístico contemporâneo, de modo que não poderiam êles, por si mesmos, voltar-se para essa técnica de expressão tão em voga hoje nos centros artísticos. O interêsse dos esquimós pela gravura foi provocado.

Em 1958, os trezentos esquimós que freqüentam Cape Dorset, centro comercial da costa sudoeste da ilha de Baffin, foram encorajados pelos funcionários do govêrno canadense que servem junto à Cooperativa Esquimó da Ilha de Baffin, a experimentar fazer gravuras sôbre papel. O Ministério dos Assuntos do Norte forneceu o suprimento inicial de papel e tintas bem como o galpão que seria utilizado como atelier. Em breve os artistas locais haviam dominado a técni-

4



Os trabalhos de Kiakshuk são inspirados na mitologia



O gênio artístico das mulheres esquimós produzindo trabalhos de alto nível de qualidade e muito vendáveis introduziu grandes modificações na vida da comunidade. Transpondo os limites das artes caseiras do preparo das peles e execuções das roupas, as mulheres tem revelado um talento e uma sensibilidade criadora antes imprevisíveis. O maior preço alcançado por uma gravura (85 dólares) na exposição dêste ano foi do trabalho "Grande Urso", feito por Lucy, do Cape Dorset.

ca da gravura adotando dois processos que lhes pareceram mais adequados ao seu trabalho.

A atividade artística dos esquimós se exerce nos intervalos de sua ocupação normal. O desenho inicial, geralmente feito durante um dia de mau tempo ou no período de pouca caça, é depois transferido para um bloco polido de pedra-sabão ou para uma pele de foca preparada. Na pedra, o desenho é gravado a cinzel, a tinta é aplicada diretamente sôbre a pedra e as cópias são tiradas a mão. Na pele, o desenho é recortado para produzir um molde no qual a tinta é aplicada com escôvas para a feitura das cópias. Ambos os métodos permitem aos artistas utilizarem diferentes efeitos de textura e dar vasa a sua imaginação e sensibilidade.

Séculos de vida em íntimo contato com os animais selvagens do Ártico, contribuem para a perfeição com que os artistas esquimós, herdeiros de uma longa tradição figurativa, representam as focas, leões marinhos, caribus e ursos por êles apanhados, mortos e dissecados um número infinito de vêzes. Mas sua temática não se restringe aos animais de caça. A escultura esquimó representa, também, temas do povo, exprimindo a alegria dos dançarinos, tocadores de tambor, a solene pôse dos anciãos, a atitude terna da mãe com seu filho ou as posições de tensa atenção do caçador. A gravura veio permitir ao artista esquimó versar com maior liberdade e variedade os temas que já tinham servido à sua escultura.

Para bem entender-se a arte dêsse povo seminômade é preciso levar em conta a sua vida sob o clima rigoroso do Ártico, que os mantém abrigados em suas precárias tendas de pele ou em seus iglus, impossibilitando-os de produzir gêneros para sua alimentação. Dependem, assim, para sua subsistência, exclusivamente, dos animais marinhos e terrestres da região. São pescadores e caçadores.

Apesar de tôdas as dificuldades de sua vida, o esquimó é de natural alegre e dispõe de rara tranqüilidade de espírito. Encontra ocasião para se divertir, dançar e cantar e, particularmente, para esculpir formas plásticas que traduzem seus sentimentos e a vida que o rodeia.

Uma das razões que levam o esquimó a dedicar-se à escultura, trabalhando materiais resistentes como o marfim e o osso, é certamente a necessidade de encher os longos períodos que é obrigado a passar, refugiado em sua habitação, ao abrigo do clima implacável. Êsse trabalho que, no passado era feito com instrumentos rudimentares, de ardósia, torna-se mais fácil agora com a ajuda de brocas manuais, buris e serras, manufaturados nos centros civilizados. Como outros artistas primitivos, o escultor esquimó não faz um esbôço prévio da obra. O objeto ou a figura vai nascendo à medida que o bloco vai sendo cinzelado. Depois a escultura é limada para obter-se acabamento perfeito e imersa em óleo de baleia até adquirir uma belíssima tonalidade escura. O processo final consiste em polí-la cuidadosamente à mão.

As gravuras da Cooperativa de Cape Dorset foram exibidas ao público pela primeira vez durante o Festival de Stratford, Ontário, em 1959, seguindo mostras anuais em 1960 e 1961. No ano passado, a Cooperativa do Norte pediu a colaboração dos críticos de arte do sul do país, a fim de preservar a pureza e a qualidade da produção artística dos gravadores esquimós. Foi então organizada uma Comissão Artística, independente e voluntária, constituída de seis membros que avaliam os melhores trabalhos, sugerem preços e aconselham os artistas a atentar para os aspectos que mantêm a autenticidade da expressão. *



Pitseolak — "Coruja Alegre"



Lucy — "Coruja e Companheiro"

Concurso Privado do I.R.B.

Ed. à Rua S. Clemente

Anteprojeto vencedor:

Marcos Konder Netto

Hircio Fermo de Miranda, arq. associado



O Instituto de Resseguros do Brasil, com o objetivo de construir um conjunto no terreno situado à rua São Clemente 506/512 de sua propriedade, promoveu, no início dêste ano, um Concurso Privado de Anteprojetos. O Edital não determinava com precisão o programa, deixando por conta do concorrente sua organização. Exigia, apenas, um caráter residencial para o conjunto, de preferência com unidades de 3 quartos e demais dependências. A possibilidade de utilização de elementos comerciais, como teatro, cinema, auditórios e lojas comerciais, era prevista e seria permitida desde que o arquiteto assegurasse completa independência entre as duas partes.

Dos arquitetos convidados apenas nove confirmaram: Hélio Uchoa Cavalcanti, Henrique E. Midlin, Jaziel Cerqueira Luz, Luiz Carlos Vela Anthony, Luiz Eduardo Índio da Costa, Marcos Konder Netto, Maximilien André Demy, Sérgio Augusto Rocha e Ulyssis P. Bulamarqui.

Cada concorrente recebeu a título de ressarcimento das despesas a quantia de Cr$ 200.000,00 e o primeiro prêmio consistia no desenvolvimento do projeto.

A Comissão Julgadora durante seus trabalhos baseou-se em um Critério de Julgamento, estabelecido e prèviamente revelado aos concorrentes: Eram quatro seus pontos fundamentais:

1. ASPECTO URBANÍSTICO

1.1 — Aproveitamento do terreno. Necessidade de movimento de terra.

1.2 — Localização dos blocos com relação ao próprio terreno, à orientação solar, ventilação e visibilidade.

1.3 — Tráfego. Circulação e estacionamento de veículos. Ligação com as vias de acesso.

2. ASPECTO ARQUITETÔNICO

2.1 — Programa realizado.

2.2 — Coerência da ambientação e espaços criados, com o caráter residencial do conjunto.

2.3 — Integração dos blocos entre si e com os elementos naturais e construtivos externos.

2.4 — Solução espacial e funcional de cada célula unitária dos conjuntos.

2.5 — Soluções estrutural e construtiva para todo o complexo.

2.6 — Resultado plástico-formal e sua identificação com as soluções internas.

2.7 — Contribuição inédita do conjunto arquitetônico (sujeito a parecer da comissão).

3. ASPECTO FINANCEIRO-ECONÔMICO

3.1 — Aproveitamento da área disponível.

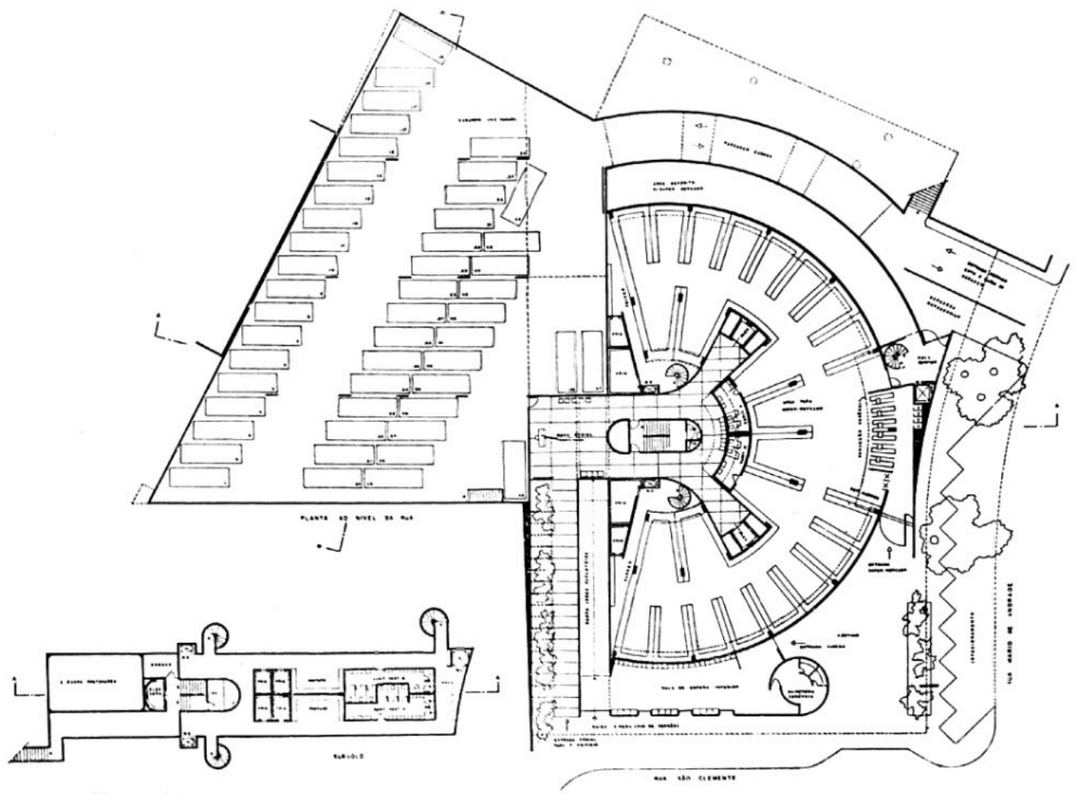
3.2 — Número e qualidade de unidades componentes do programa, com vista ao objetivo básico do IRB.

3.3 — Possibilidades financeiras dos elementos sugeridos pelo programa.

3.4 — Solução construtiva e seus resultados na utilização da mão-de-obra e no tempo de construção do conjunto.

4. ASPECTO LEGAL

4.1 — Coerência da apresentação gráfica dos trabalhos com o Edital.



Térreo e Subsolo

4.2 — Coerência da Memória Descritiva com os itens a que se refere o Edital e com o trabalho em si.

4.3 — Enquadramento da construção do conjunto nas posturas Estaduais, vigentes para o local.

PESOS

1.	ASPECTO URBANÍSTICO	—	10 pontos — pêso 3
2.	ASPECTO ARQUITETÔNICO	—	10 pontos — pêso 3
3.	ASPECTO FINANCEIRO-ECONÔMICO	—	10 pontos — pêso 4
4.	ASPECTO LEGAL	—	(SUJEITO A PARECER DA COMISSÃO)
	TOTAL	—	100 pontos

O trabalho do arqs. Marcos Konder Netto e Hircio Fermo de Miranda, arquiteto associado, obteve 78,65 pontos conquistando o primeiro prêmio, e a Comissão Julgadora estava assim constituída:

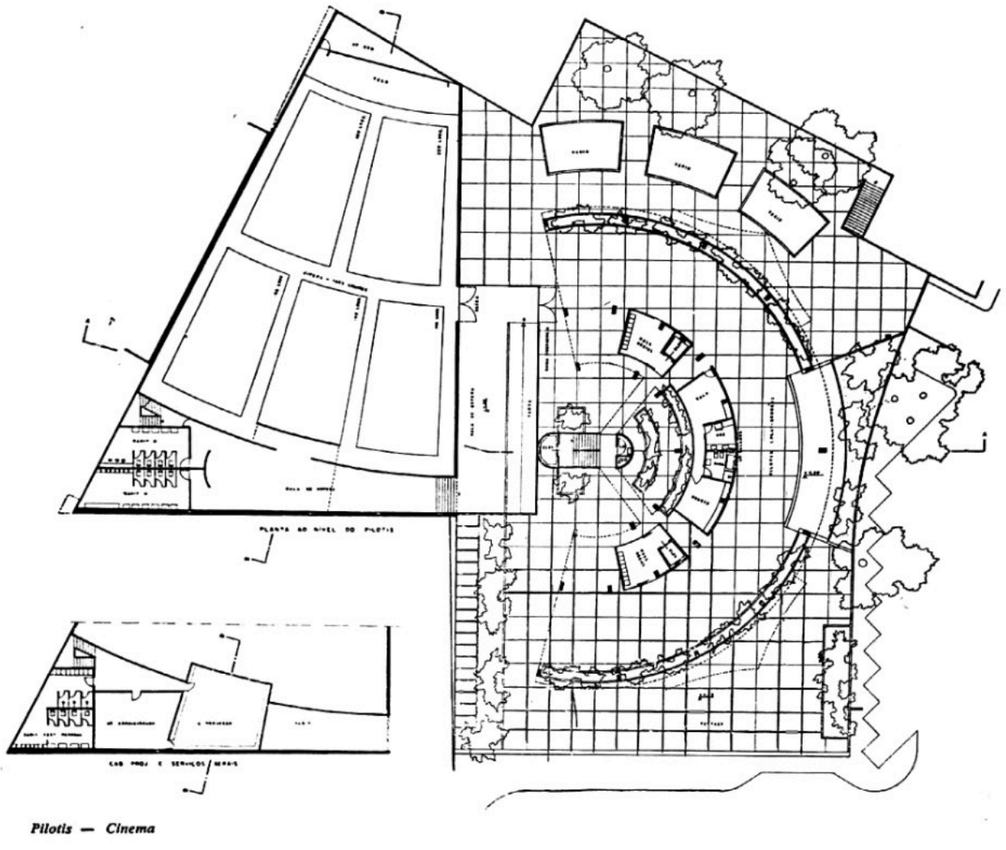
Presidente — Eny João Carlos Vital.

Vice-Presidente — Arq. José Arthur L. Fontes Ferreira, Representante do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro.

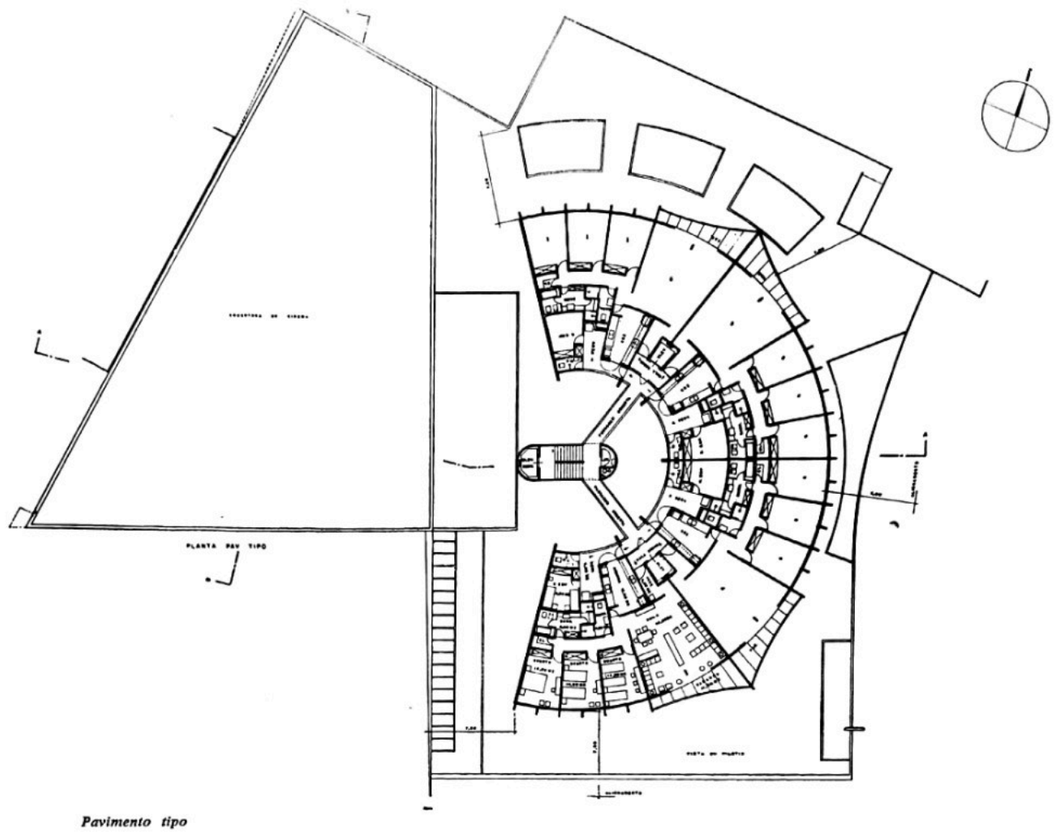
Relator Geral — Arq. Alfredo L. Britto, Representante do IAB-GB.

— Eng. Arq. Durval Lôbo, Representante do Clube de Engenharia.

— Arq. Antônio Pedro de Souza e Silva, Representante do IRB.



Pilotis — Cinema



Pavimento tipo

O PROJETO

As principais características do projeto vencedor, foram anotadas pelos seus autores na Memória-Justificativa:

Programa

O terreno em causa, face ao disposto no Dec. 1.509, possibilita a construção de 50 a 51 unidades residenciais ou comerciais.

Adotou-se a premissa de executar 49 apartamentos, dos quais 48 compostos de sala 3 quartos e demais dependências e um de sala, 4 quartos e demais dependências, na cobertura, além de duas unidades comerciais de grande superfície: um amplo cinema e uma área comercial destinada a um supermercado. Abandonou-se a idéia de projetar um "shoping center", uma vez que êste não pode ser encarado como uma unidade, pois é composto de várias lojas independentes.

Por outro lado, analisadas as condições locais, evidenciou-se a oportunidade da existência naquele trecho do bairro, de um bom cinema e de um supermercado.

Êstes portanto, ficaram sendo os elementos constantes do programa básico do edifício a projetar.

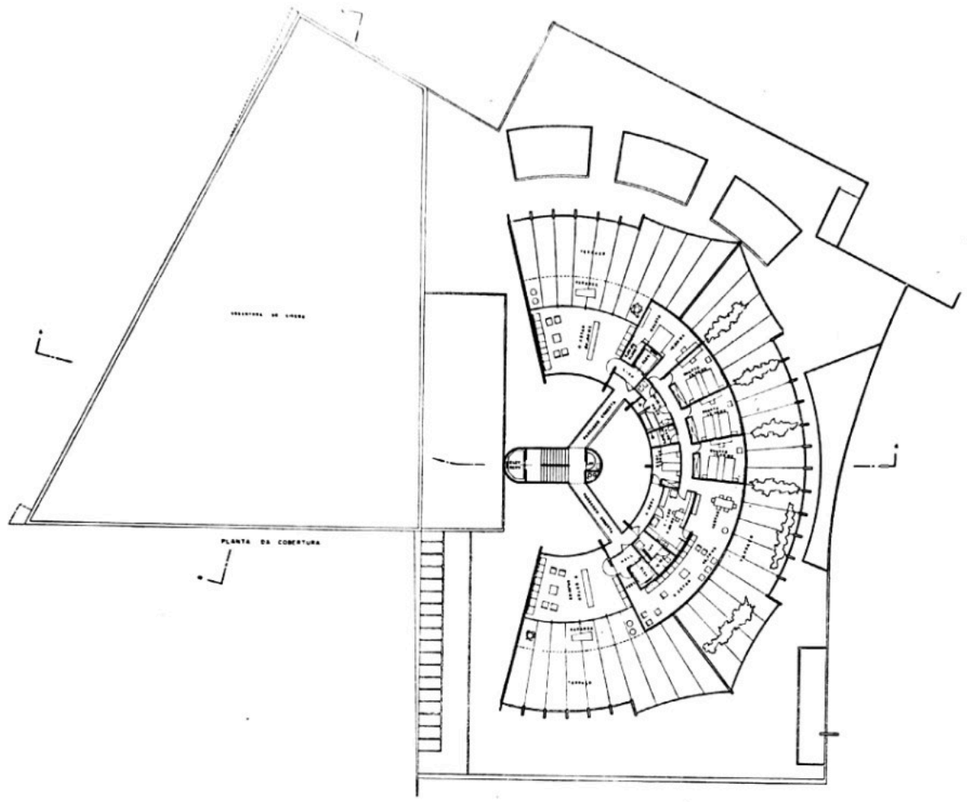
Partido adotado

Verificou-se inicialmente que, uma vez projetado o edifício com os 8 pavimentos previstos pelo gabarito do local, haveria uma excessiva ocupação do terreno, dificultando a localização dos setores comerciais, principalmente do cinema, além de trazer desvantagens econômicas, tais como um número muito grande de elevadores, escadas, halls, incineradores, tubos de lixo, etc.

Imaginou-se então que, com a aplicação do Dec. 991, poder-se-á projetar o prédio em 12 pavimentos, com apenas 4 apartamentos por andar, desde que fôssem respeitados os afastamentos exigidos para o caso, ou sejam, 7,20m em **todo** o perímetro da construção com relação às divisas laterais e 7 m com relação ao alinhamento.

Por outro lado, como a cota do terreno existente situa-se em média a 3 metros acima do nível do meio fio, chegou-se à conclusão lógica, que o gabarito em questão deverá ser considerado a partir dêsse ponto (nível médio do terreno), dando margem a que fôsse previsto um embasamento, equivalente a um pavimento, destinado a conter a parte comercial. Sôbre êsse embasamento estará situado o "pilotis", com "play-ground", jardins, etc. Fixados êstes pontos, tratou-se de localizar o bloco em altura (12 pavimentos) dentro do terreno.

A sugestão mais imediata seria a de localizar o edifício nos fundos, próximo a divisa que topa com a rua Mário de Andrade, e com a fachada principal voltada inteiramente para o SSE. Esta idéia foi abandonada, uma vez que, neste caso específico, em hipótese alguma poderiam ser respeitados integralmente os afastamentos laterais exigidos pelo Dec. 1.509, havendo forçosamente, pontos de maior proximidade com as divisas laterais.



Cobertura

Por outro lado, tal solução não possibilitaria a localização de tôdas as peças principais (quartos e sala) para a fachada principal, o que pareceu desvantajoso sob o ponto de vista comercial. Esta fachada, por sua orientação SSE, apresentar-se-ia também deficientemente insolada, tornando-se insalubre no inverno, principalmente levando-se em conta o local, próximo ao Jardim Botânico, zona reconhecidamente úmida.

Daí ter-se adotado um partido que, obedecendo rigorosamente aos afastamentos obrigatórios, apresentava-se satisfatório sob múltiplos aspectos, com o andar tipo contido numa planta semicircular, ficando a fachada principal voltada para o lado compreendido entre as orientações norte e sul, com preponderância das orientações SE, E e NE, tôdas muito boas.

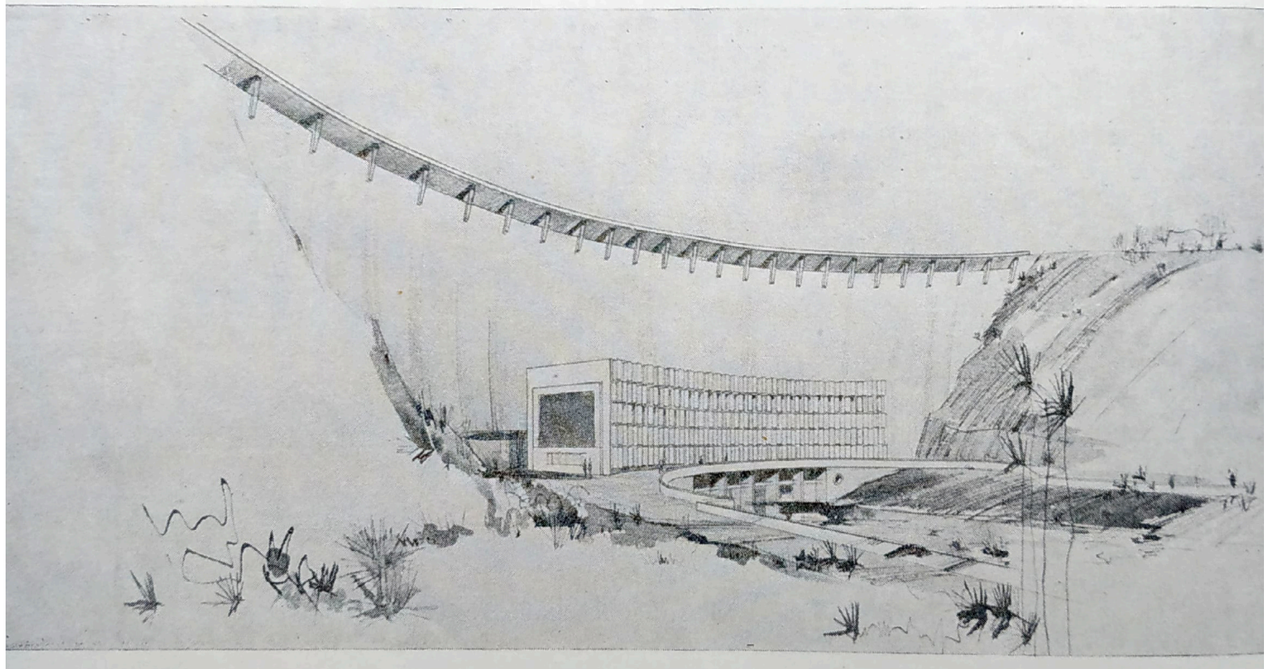
Esta solução possibilitou apartamentos rigorosamente iguais entre si, com a localização de tôdas as peças sociais para a fachada principal, e com aberturas amplas e moduladas.

A solução proposta, concêntrica, apresenta ainda, uma característica dificilmente atingível por qualquer outro partido: o prédio será servido por apenas **1 escada e 3 elevadores**, dos quais 2 sociais e 1 de serviço, êste abrindo no patamar da escada, portanto com a metade do número de paradas, o que representará òbviamente uma economia suplementar.

Finalizando, pode-se dizer que, procurou-se no projeto proposto uma atraente solução arquitetônica, compatível com os objetivos do IRB de maior rendimento econômico possivel, obedecendo porém à legislação em vigor.*

Chevap introduz novidade ao escolher projeto da Central Elétrica do Funil

Anteprojeto Paulo Antunes Ribeiro

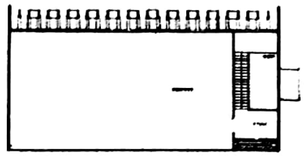


Uma nova modalidade de escolha de anteprojetos foi introduzida em julho dêste ano pela Central Hidrelétrica do Vale do Paraíba — CHEVAP. Valendo-se de um convênio celebrado com o IAB-GB, e tomando uma iniciativa digna dos maiores louvores, não só no sentido de prestigiar a moderna arquitetura brasileira, mas também de assegurar para sua obra um alto nível arquitetônico e técnico, a CHEVAP selecionou seis arquitetos dentre 23 inscritos através do IAB e realizou um concurso para escolha de um anteprojeto para a construção da Casa de Fôrça e do Coroamento da barragem da Central Elétrica do Funil, em Resende, no Estado do Rio.

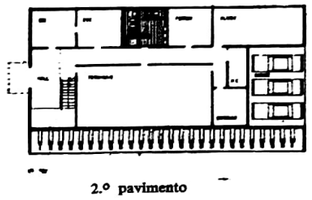
Ao vencedor do concurso estava assegurado o desenvolvimento do seu anteprojeto, e, aos seis participantes, a quantia de Cr$ 150.000,00 a título de ressarcimento de despesas.

A CHEVAP, que é presidida pelo Cel. Joaquim Louzada Mariante, escolheu para o concurso, dentre os inscritos, os arquitetos Hélio Modesto, Hélio Uchoa Cavalcanti, Henrique E. Mindlin, Marcos Konder Netto, Olavo Redig de Campos e Paulo Antunes Ribeiro. De todos os escolhidos, apenas Henrique Mindlin, lamentàvelmente, não entregou o trabalho.

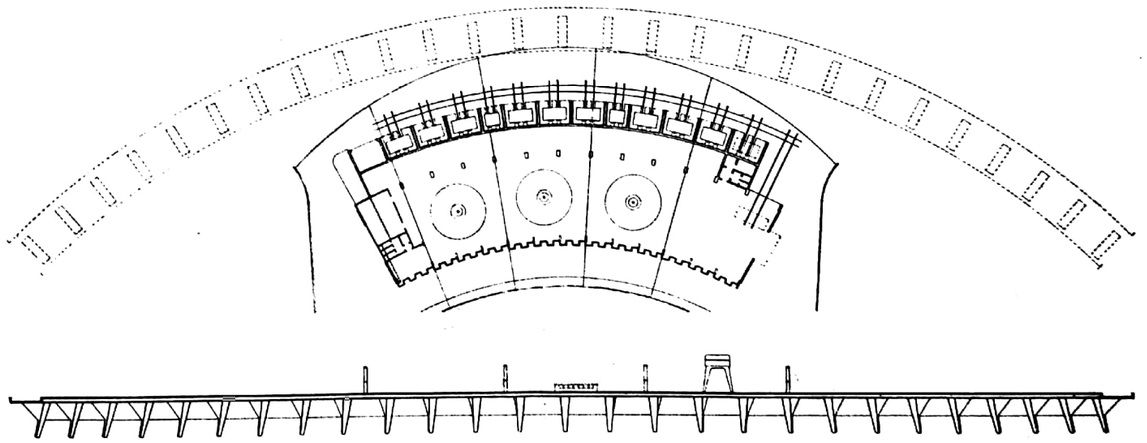
Realizado o julgamento, foi vencedor o arquiteto Paulo Antunes Ribeiro, que irá agora desenvolver o seu anteprojeto, percebendo remuneração conforme a tabela oficial do IAB. Em sua memória justificativa, que apresentamos junto com o anteprojeto, o arquiteto Paulo Antunes Ribeiro expõe as razões e a orientação seguida em sua concepção para as obras da CHEVAP.

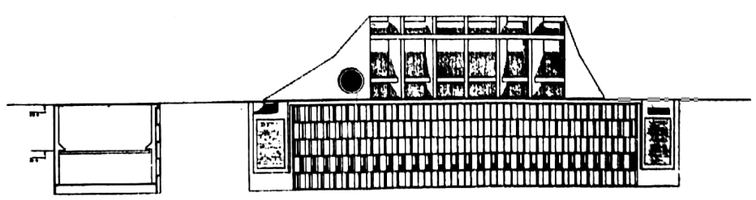


1.º pavimento



2.º pavimento





13

C H E V A P

O trabalho que apresentamos foi equacionado obedecendo estritamente ao critério determinado pela CHEVAP, segundo o qual:

1 - é vedada a modificação de qualquer elemento da Casa de Fôrça, como:

forma
estrutura
dimensionamento

2 - não é permitida a modificação das circulações indicadas, principalmente na do nível 402, onde se situa a Casa de Fôrça.

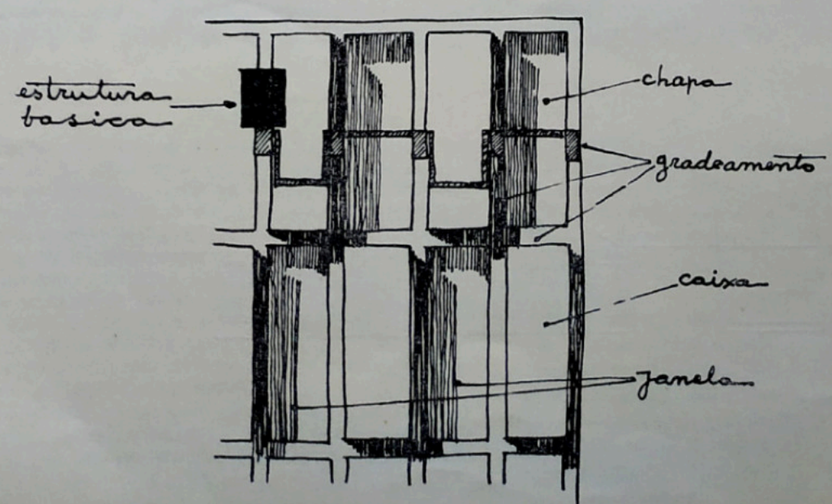
É muito importante ater-nos a estas imposições, visto que elas cerceiam terrivelmente a imaginação do projetista, obrigado que é a respeital-as, sob pena de vêr o seu projeto não ser levado em consideração. Se tivessemos a liberdade de alterar a forma, a estrutura e o dimensionamento, é que teria sido possível integrar totalmente a Casa de **Fôrça** no complexo construtivo da Barragem, constituindo-se assim um tôdo mais homogêneo, respeitadas, lógico e naturalmente, tôdas as restrições técnicas verdadeiras das instalações própriamente ditas.

Portanto, nessas condições, restava-nos simplesmente, sôbretudo no caso da Casa de Fôrça, a possibilidade de apenas "vestil-a" novamente com uma capa de aspeto plástico aceitável.

Isto posto, fomos levados a crear um "gradeamento" modular de concreto armado ligado à estrutura básica, cujo dimensionamento permitisse não só o iluminamento natural, como também, com a aplicação de elementos pré-fabricados, a creação de uma superfície de fechamento de certa emotividade plástica. Se foi o que conseguimos, cabe ao Jury decidir.

Quanto aos elementos pré-fabricados constituem-se de uma chapa e uma espécie de caixa, ambos de concreto armado, aplicados alternadamento nos intervalos do quadriculado colocado sôbre a estrutura básica, conforme o seguinte desenho.

14



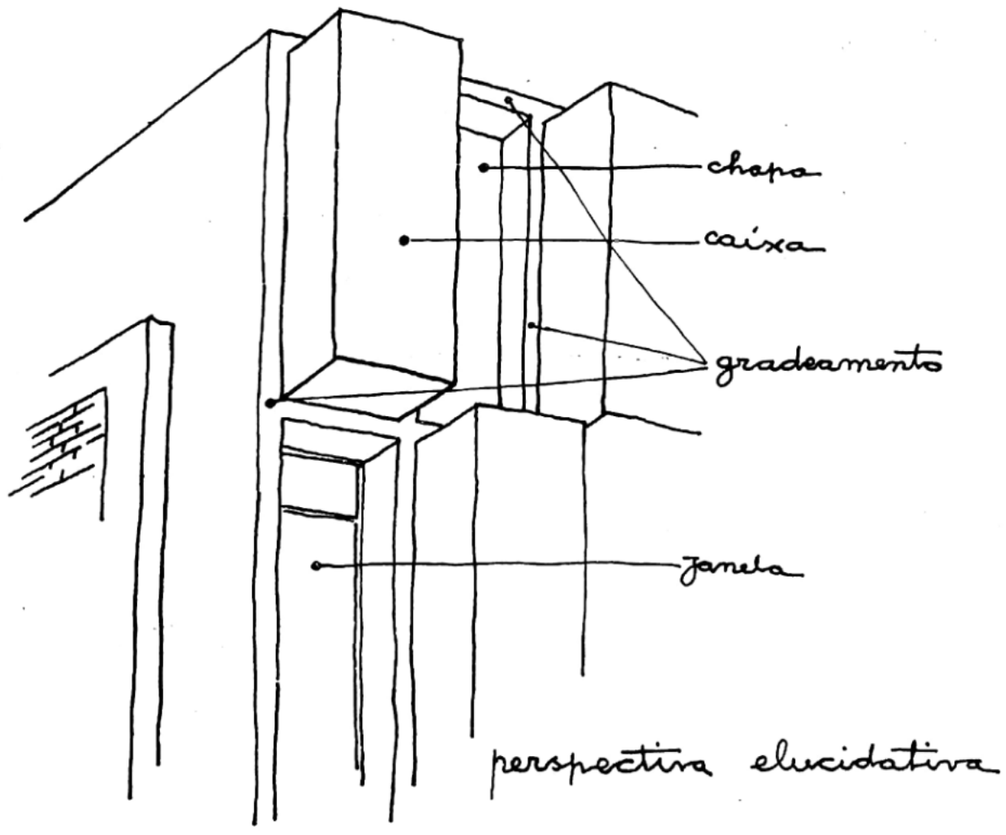
Tôdo o conjunto seria deixado no próprio concreto, sem revestimento de nenhuma espécie, sendo o agente protetor da superfície, adicionado ao próprio concreto.

Quanto ao edifício de comando da sub-estação, procuramos tirar partido de sua orientação protegendo a fachada para o poente com um "brise" em concreto armado aparente, também de execução modular e pré-fabricado.

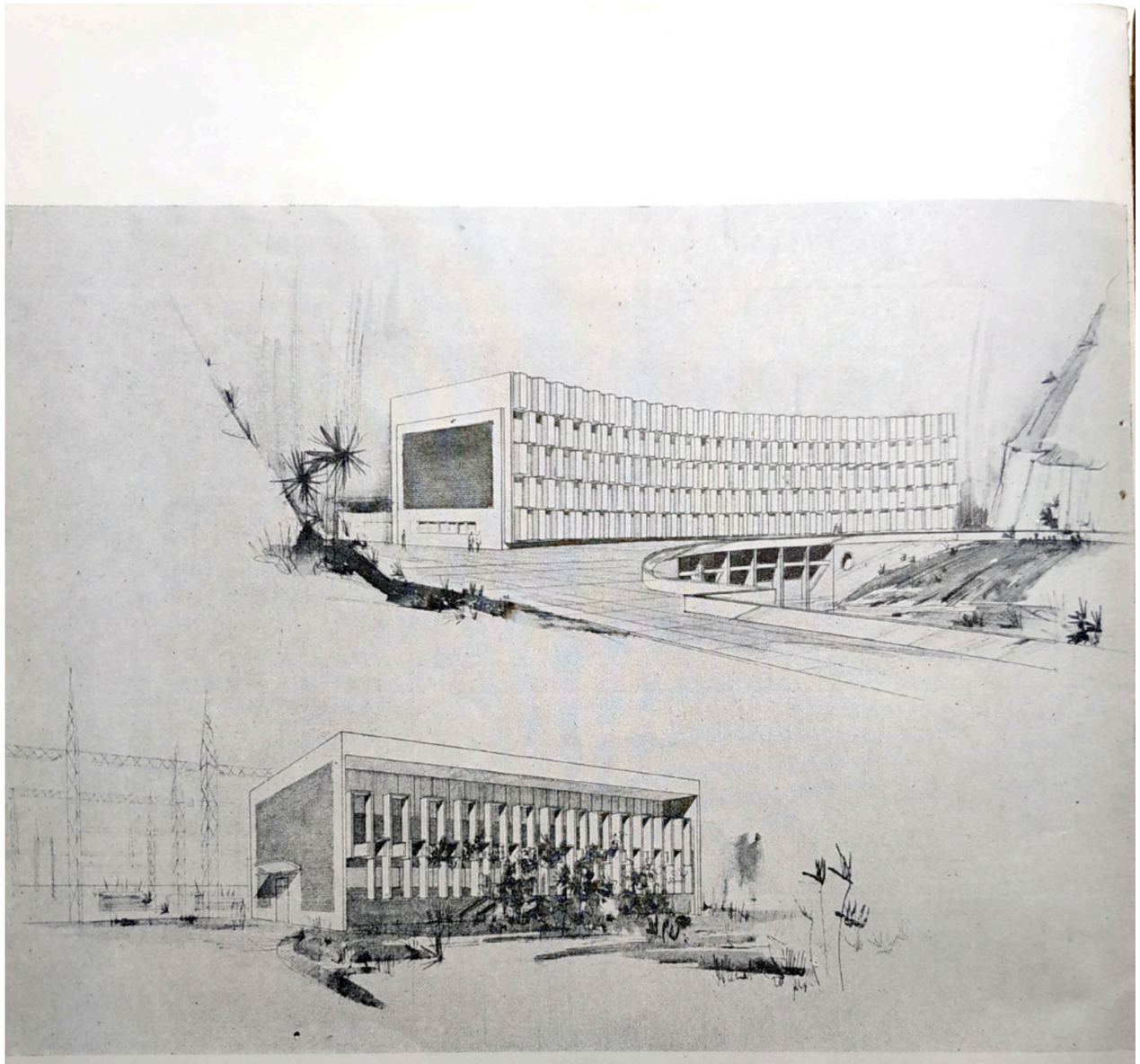
Em principio, a ideia predominante é de deixar que os próprios materiais, estruturais ou de fechamento, fiquem aparentes, valendo para os efeitos plásticos únicamente a sua forma e testura, o que, - além de mais apropriado para o fim a que se destinam os prédios, redunda em ecônomia na execução da obra.

Finalmente, em relação ao estacionamento de automóveis e ajardinamentos, achamos inoportuna qualquer ideia, que, básicamente, vai depender da "parte do projeto referente ao paizagismo e urbanização", a qual será contratada posteriormente, conforme indicado no item "Prêmio" do programa fornecido.

Não acreditamos necessário estender mais êste sucinto memo---rial, uma vez que os desenhos apresentados indicam perfeitamente o que projetamos.



perspectiva elucidativa



Vistas do prédio da Central Elétrica do Funil

s.HRu

sem. de habitação e reforma urbana

Arquitetos, sociólogos, engenheiros, economistas, advogados, assistentes sociais, médicos, líderes estudantis e sindicais, vindos de todos os pontos do País, congregaram-se durante uma semana para estudar e debater os mais dramáticos aspectos da crise brasileira de habitação. O número de participantes reunidos por iniciativa do IPASE e do IAB, nas duas etapas (Quitandinha e São Paulo), chegou a quase 200, dentre os quais figuravam inúmeros representantes de órgãos estaduais de planejamento e de grandes emprêsas industriais de economia mista.

INSTALAÇÃO

O s.HRU instalou-se no auditório do Ministério da Educação e Cultura, dia 23 de julho, transferindo-se em seguida para o Hotel Quitandinha, onde, em regime de intenso trabalho, grupos de estudo analisaram e discutiram o temário que compreendia os seguintes títulos:

Grupo I — A situação habitacional do País.

Grupo II — A habitação e o aglomerado urbano.

Grupo III — Reforma Urbana — Medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação.

Grupo IV — A execução dos programas de planejamento urbano e de habitação.

GRUPOS DE ESTUDOS

Dirigidos por um moderador de debates e por um relator os quatro grupos de estudos concluíram seus trabalhos em relatórios que foram levados às sessões plenárias do Seminário. Os grupos atuaram com seguinte composição:

Grupo I — Moderador: economista Vinicius Fonseca; Relator: engenheiro Álvaro Milanez.

Grupo II — Moderador: arquiteto Jayme Zettel; Relator: ass. social Maria Lúcia Carvalho.

Grupo III — Moderador: arquiteto Joaquim Guedes; Relator: arquiteto Antônio Pedro Alcântara.

Grupo IV — Moderador: advogado Clóvis Garcia; Relator: arquiteto Jorge Wilheim.

PLENÁRIO DE QUITANDINHA

Os trabalhos do plenário, em Quitandinha, foram dirigidos pelo engenheiro Álvaro Milanez (presidente), pelo economista Vinicius Fonseca (orientador de debates) e pelo arquiteto Edgar Bittencourt (secretário).

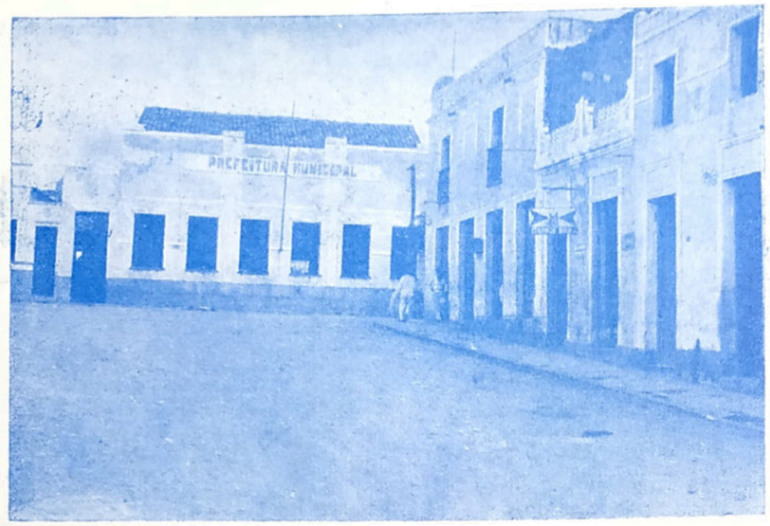
Debatidos, emendados e aprovados em plenário os relatórios dos grupos, reuniu-se uma comissão relatora composta pelo advogado Clóvis Garcia, pelo arquiteto Jorge Wilheim e pelo economista Vinicius Fonseca, com a incumbência de elaborar o relatório final da **I Etapa** sintetizando os documentos conseguidos nos quatro grupos de estudo e as resoluções do plenário.

SÃO PAULO — PLENÁRIO

Em São Paulo o trabalho elaborado pela Comissão Relatora foi submetido ao plenário da **II Etapa.** Durante os dias 29, 30 e 31 o **s.HRU,** reunido em sessões plenárias na sede do **IAB-SP,** debateu e analisou o documento oriundo de Quitandinha, emendando-o, porém aprovando-o em sua essência, tendo sido eleita uma comissão de redação final do documento, composta pelos arquitetos Alberto Xavier (IAB-RGS), Joaquim Guedes (IAB-SP), Maurício Nogueira Batista (IAB-GB) e pelo economista Vinicius Fonseca.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

A sessão de encerramento realizada no auditório da Universidade Mackenzie, contou com a presença do representante do Ministro Amaury Silva, sr. Leo Monari, delegado do Trabalho em São Paulo; dos deputados federais Almino Afonso, Franco Montoro, Fernando Santana, Rubens Paiva e Arthur Lima Cavalcante; srs. Clidenor Freitas, presidente do IPASE, Ícaro de Castro Melo, presidente do IAB e Oswaldo Correa Gonçalves, presidente do IAB-SP e do arquiteto Gildo Guerra, representando o Governador Miguel Arraes.







MENSAGEM MINISTERIAL

O Ministro Amaury Silva impedido de comparecer ao encerramento do s.HRU, enviou uma mensagem, lida pelo seu representante sr. Leo Monari, da qual destacamos o seguinte trecho:

"Tenho a convicção de que a mesma imposição de consciência que nos leva a defender a reforma agrária deve levar-nos a defender a reforma urbana — não para um futuro longínquo e indefinido, mas para esta geração, para êste período de renovação das estruturas da sociedade brasileira.

O Govêrno do Presidente João Goulart, inaugurado ao têrmo de uma luta inesquecível pela afirmação da democracia, não se conformaria com a condição de govêrno omisso diante das carências econômicas e das injustiças sociais que fazem da liberdade o direito concreto de poucos, em prejuízo da maioria escravizada a condições de vida desumana. Foi ainda sob o parlamentarismo, mas já depois da posse do presidente João Goulart, que o Ministro do Trabalho, o deputado Franco Montoro, levantou em números o problema da habitação no Brasil, revelando dados impressionantes e estarrecedores, como os de que um têrço da população do Rio de Janeiro e dois têrços da população do Recife moram em habitações inteiramente inadequadas, a começar por favelas e mocambos. De lá para cá, à medida que se definem as dificuldades intransponíveis à execução de um programa amplo de moradia popular, firmou-se na consciência nacional a certeza de que uma das nossas tarefas prioritárias é a reforma urbana.

E' preciso agora defini-la e acompanhar essa definição de um trabalho de esclarecimento que evite, a seu respeito, os mesmos equívocos e as mesmas perversas inverdades com que se procura obstar a realização da reforma agrária. Estou convencido de que êste Seminário, o primeiro conclave sob o patrocínio oficial sôbre o tema, sem disfarces, da reforma idealizada e promovida sob a inspiração do Ministro Almino Afonso, é o começo dêsse trabalho e, em certo sentido, o começo da própria reforma."

Documento Final do Seminário

O s.HRU considerando:

1) que o problema habitacional na América Latina não se caracteriza como uma situação de emergência por não decorrer de fatos incontroláveis que tenham construído bruscamente os equipamentos urbanos e a disponibilidade habitacional, mas é o resultado das condições de subdesenvolvimento provocadas por fatôres diversos, inclusive processos espoliativos a que se acham submetidos os países latino-americanos;

2) que a situação habitacional do Brasil é de suma gravidade, caracterizando-se, essencialmente, pela desproporção cada vez maior, nos centros urbanos, entre o salário ou a renda familiar e o preço de locação ou de aquisição de moradia e pelo deficit crescente de disponibilidade de prédios residenciais, em relação à demanda do povo brasileiro, uma vez que o significativo número de habitações construídas tem se destinado quase exclusivamente às classes econômicamente mais favorecidas;

3) que, no Brasil, o fenômeno de urbanização vem se processando de maneira vertiginosa e desordenada, sendo fatôres determinantes dêsse fenômeno, primordialmente, a estrutura subdesenvolvida do país, o intenso incremento demográfico desacompanhado de medidas que, no interêsse nacional, ordenem e disciplinem o surto industrial e as arcaicas relações de produção agrária, que determinam fortes movimentos migratórios para os núcleos urbanos;

4) que, nos maiores centros urbanos do País, a população que vive em subhabitações — tais como favelas, cortiços, mocambos, malocas, barracos — é grande e crescente, tanto em números absolutos como relativos;

5) que, mesmo a população que vive em habitações do tipo permanente, em sua maioria, se debate com problemas decorrentes da defasagem entre o crescimento demográfico das cidades e o fornecimento dos mais rudimentares serviços públicos, assim como da não complementação do acêrvo de moradias com o equipamento de utilização comum, cada vez mais imprescindível em virtude da crescente complexidade urbana;

6) que concorre para agravar o deficit de habitação, na presente conjuntura brasileira, a incapacidade já demonstrada de obter-se, pela iniciativa privada, os recursos e investimentos necessários ao aumento da oferta de moradias de interêsse social pelo menos no ritmo em que se processa o crescimento das populações urbanas;

7) que a gravidade da atual situação habitacional é confirmada pelos dados estatísticos e por outras fontes de informação, embora insuficientes para uma avaliação precisa da carência de habitações no Brasil;

8) que se verifica o emprêgo de tecnologias novas no País, ainda que dispersas e limitadas, algumas apresentando interessantes características regionais, graças ao conhecimento e ao espírito de iniciativa dos nossos técnicos;

9) que a ausência de uma política habitacional sistemática — apesar de algumas medidas e movimentos isolados bem sucedidos mas insignificantes na sua expressão numérica, em face das necessidades nacionais — vem ocasionando efeitos maléficos ao desenvolvimnto global do país, baixando de modo sensível o rendimento econômico-social dêsse mesmo desenvolvimento.

A F I R M A :

1) que, dentre os direitos fundamentais do homem e da família, se inclui o da habitação e que a sua plena realização, exigindo limitações ao direito de propriedade e uso do solo, se consubstancia numa reforma urbana, considerada como o conjunto de medidas estatais, visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a tôdas as famílias;

2) que a habitação é um elemento fundamental de padrão de vida, constituindo não apenas o abrigo físico, mas também um fator condicionante de interação entre seus moradores no seio da família e dêstes para com tôda a sociedade. Sua estrutura, organização, dimensões, equipamento e estética, devem atender a um mínimo de requisitos que a tornem compatível com o estado de saúde, o nível de eficiência e as condições culturais, exigidos por uma sociedade em desenvolvimento;

3) que, apesar de já existirem conhecimentos técnicos para resolver o problema da habitação em tempo relativamente curto, apenas uma minoria da população brasileira usufrui dêsses benefícios, enquanto uma parte sempre crescente é compelida a viver em condições de habitabilidade totalmente incompatíveis com o grau de civilização já atingido pelo País, à margem do seu desenvolvimento econômico;

4) que essa situação contrasta flagrantemente com os conceitos de democracia e justiça social e só poderá ser superada, pela atualização da estrutura econômica nacional e por um considerável avanço construtivo, através da coordenação de esforços e da racionalização de métodos de produção;

5) que, em conseqüência, a solução do problema habitacional e da reforma urbana está vinculada à política de desenvolvimento econômico e social — inclusive a reforma agrária — através da qual possa ser ràpidamente elevado o padrão de vida do povo brasileiro;

6) que o problema da habitação é de responsabilidade do Estado, sendo que a sua intervenção deve ser no sentido de equacionar o problema em sua totalidade; disciplinar as atividades no campo habitacional; incentivar quaisquer medidas que visem à solução do problema e suprir diretamente as deficiências que se manifestem;

7) que a política habitacional do Estado não pode ser de ordem assistencial, concedendo apenas, paternalisticamente, a casa, como até agora tem sido a ação governamental; mas, ao contrário, deve ser relacionada ao desenvolvimento global do País;

8) que é de grande importância para a política habitacional a formação de uma consciência popular do problema e a participação do povo em programas de desenvolvimento de comunidades;

9) que a política habitacional deve concretizar-se através de planos nacionais, territoriais e de habitação, com o objetivo de corrigir as deficiências quantitativas e qualificativas de moradias e equipamentos sociais, integrados num planejamento global, nos níveis nacional, regional, estadual e municipal;

10) que, no nível federal e nos demais, o planejamento territorial e de habitação deve ser devidamente considerado pelos órgãos incumbidos da planificação sócio-econômica;

11) que todo plano habitacional deve fundamentar-se no conhecimento das necessidades de habitação, assim entendidas como a demanda habitacional no momento atual e no futuro. O têrmo demanda não tem aqui o significado de que os suprimentos de habitação sejam regulados pela capacidade de absorção dos consumidores, por sua vez correlacionada com os níveis de preços das construções e de aluguéis e os níveis de renda real. Particularmente no setor de habitação destinada às populações econômicamente menos favorecidas, as leis reguladoras do mercado tem-se mostrado incapazes de conduzir às soluções desejadas;

12) que todo plano habitacional deve estabelecer metas de atendimento, através de critérios objetivos de prioridade, o que supõe a fixação de diretrizes que levem em conta:

a) a capacidade de amortização ou pagamento das diversas camadas da população;

b) o estabelecimento de tipos e dimensões de moradias adequadas à realidade regional, econômica e demográfica;

c) as relações entre a moradia, o trabalho e os serviços e equipamentos urbanos;

d) o custo dos serviços e equipamentos urbanos;

13) que para a efetivação da reforma urbana torna-se imprescindível a modificação do parágrafo 16º do art.º 141 da Constituição Federal, de maneira a permitir a desapropriação sem exigência de pagamento à vista, em dinheiro;

14) que é importante o estabelecimento pelo Estado de uma política definida, em bases coerentes com os princípios do plano habitacional, referente às locações urbanas, no sentido de relacionar de forma justa o aluguel à renda familiar;

15) que, em face do problema habitacional, sejam incluídas no plano respectivo, medidas de emergência destinadas à imediata melhoria das condições de subhabitação, equacionando-as dentro da realidade sócio-econômica brasileira e em bases locais, inclusive estimulando o esfôrço próprio, a ajuda mútua e o desenvolvimento comunitário;

16) que é imprescindível a adoção de medidas que cerceiem a especulação imobiliária, sempre antisocial, disciplinando o investimento privado nesse setor;

17) que a plena utilização de novos e eficientes processos técnicos depende de uma política habitacional que crie um mercado suficiente ao seu desenvolvimento;

18) que, para a execução da política habitacional, se torna necessário a criação de um Órgão Central Federal, com autonomia financeira e autoridade para atingir seus objetivos.

P R O P Õ E :

1a. PROPOSTA:

Que os Podêres da República apressem a promulgação de providências legais e administrativas, relacionadas com as reformas de base, imprescindíveis à solução dos problemas examinados por êste Seminário.

2a. PROPOSTA:

Que o Congresso Nacional reforme o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal, suprimindo as expressões "prévia" e "em dinheiro", de modo a permitir ao Govêrno a escôlha da forma de indenização, de acôrdo com o interêsse social:

3a. PROPOSTA:

Que o Poder Executivo envie projeto de lei ao Congresso Nacional corporificando os princípios de Política Habitacional e de Reforma Urbana aprovadas neste Seminário e contendo os seguintes pontos:

I) Do Órgão Executor da Política Habitacional e Urbana

1) A fim de disciplinar e coordenar todos os esforços necessários à correção da carência habitacional e de seus problemas de aproveitamento do território, o Govêrno deve criar um Órgão Central Federal, com autonomia financeira e com competência de jurisdição sôbre todo o território nacional, incorporando-se a êle a Fundação da Casa Popular e o Conselho Federal de Habitação.

2) Êsse órgão deve ter as seguintes atribuições:

a) — fixar as diretrizes da política habitacional e de planejamento territorial do País, através da elaboração dos planos nacionais, Territorial e de Habitação, de duração plurienal, tomando tôdas as resoluções que lhe pa-

recerem necessárias para assegurar o seu pleno desenvolvimento, sendo que, sua execução, sempre que possível, deve ser descentralizada.

b) — encaminhar, por intermédio do Presidente da República, os planos nacionais, Territorial e de Habitação (tal como são entendidos nos Capítulos IV e V da presente proposta) ao Congresso Nacional, para sua apreciação e aprovação.

c) — coordenar, assessorar e estimular a ação de tôdas as entidades governamentais, autárquicas, paraestatais e privadas que exerçam atividade no setor habitacional, considerando os planos estaduais ou municipais existentes;

d) — centralizar e coordenar os recursos federais destinados à habitação;

e) — coordenar, supervisionar e distribuir os recursos e a assistência técnica provenientes de países estrangeiros ou agências internacionais, destinados a programas de habitação e de aproveitamento do território;

f) — propor e executar medidas legais de desapropriação por interêsse social, tanto para a habitação como para o planejamento urbano e proporcionar aos órgãos responsáveis pela execução de planejamentos territoriais e habitacionais, recursos que facilitem a desapropriação por interêsse social, observado o enquadramento prévio de tais planejamentos aos planos regionais a que pertencerem;

g) — propor, estabelecer e executar medidas legais ou administrativas, necessárias à execução da Política Habitacional do Govêrno; firmar convênios com entidades oficiais ou privadas;

h) — adotar providências necessárias para o incremento da indústria de materiais de construção e desenvolvimento de processo tecnológicos, tendo em vista a padronização e estandardização dêsses materiais e a possibilidade de processos de pré-fabricação;

i) — promover, estimular e divulgar estudos e pesquisas, especialmente visando à criação de uma consciência pública do problema;

j) — promover o entrosamento da Política Habitacional com a Política Agrária e com a de Desenvolvimento Econômico.

3) O Órgão Central deve ter uma organização com as seguintes características e normas:

a) — um Conselho Deliberativo, no máximo de cinco membros, composto de técnicos em planejamento e habitação e do dirigente de órgão executor financeiro;

b) — um Conselho Consultivo, composto de representantes dos Ministérios, dos Estados e de entidades relacionadas ou interessadas no problema habitacional;

c) — departamentos técnicos;

d) — setores administrativos e regionais;

e) — a estrutura e demais atribuições do órgão devem ser aprovadas por decreto, permitindo uma maior maleabilidade na sua ação;

f) — os servidores técnicos devem ser admitidos por contrato, pelo prazo de 3 anos, enquanto bem servir, (admitindo renovação) e escolhidos dentre pessoas de notórios conhecimentos relacionados com habitação e planejamento;

4) O patrimônio do Órgão Central deve ser constituído de:

a) — bens móveis, imóveis, direitos e ações sôbre imóveis, pertencentes à Fundação da Casa Popular e ao Conselho Federal de Habitação;

b) — imóveis que desaproprie e adquirira a qualquer título, bem como os imóveis urbanos pertencentes à União e por ela não utilizados.

5) Para o financiamento da Política Habitacional deve ser criado um Fundo Nacional de Habitação, administrado pelo Órgão Central, com os seguintes recursos:

a) — a arrecadação do impôsto de habitação a ser criado e que incidirá sôbre:

1) — o registro de loteamentos urbanos no Registro de Imóveis;

2) — a transferência, por venda, cessão ou doação de lote de terreno compromissado;

3) — a transferência, por venda, cessão ou doação de unidades residenciais de mais de 100 m2. de área total construída;

4) — a não utilização de imóvel urbano, compreendendo terreno inexplorado ou unidade residencial vaga por mais de 6 meses.

O impôsto de habitação será devido na base das seguintes alíquotas:

I) — no caso do item 1 dêste artigo, de 5% sôbre o valor de venda de loteamento na época do registro de acôrdo com a avaliação do município onde estiver localizado;

II) — no caso do item 2 dêste artigo, de 3% sôbre o valor da transferência de lotes até 300 m2 e mais 1% sôbre cada 100 m2 ou fração que exceder;

III) — no caso do item 3 dêste artigo, na seguinte proporção sôbre o valor da transferência de acôrdo com a área total construída:

1% para os imóveis de 100 a 150 m2.
2% para os imóveis de 150 a 200 m2.
3% para os imóveis de 200 a 300 m2.
5% para os imóveis de mais de 300 m2.

IV) — no caso do item 4 dêste artigo, de 3% anualmente sôbre o valor real do imóvel de acôrdo com a avaliação do município onde estiver localizado, quando no perímetro urbano e 1% anualmente quando fora dêsse perímetro.

Os loteamentos que apresentem serviços e equipamentos na ocasião do registro terão as reduções seguintes no impôsto de habitação previsto neste item:

a) água: 20%
b) esgôto: 20%
c) rêde de energia elétrica: 20%
d) equipamento das vias de acesso: 20%
e) transporte coletivo: 20%

Terá insenção do impôsto de habitação previsto nos itens 2 e 4 dêste artigo, o proprietário de um único lote de terreno até 500 m2 de área e que não possua outro imóvel.

b) — arrecadação do sêlo de habitação a ser apôsto nos contratos e recibos de locação, substituindo o sêlo comum federal;

c) — arrecadação proveniente do tributo cobrado na conformidade dos artigos 92 a 95 do Decreto n.º 51.900, de 10-4-63;

d) — arrecadação proveniente de operações imobiliárias realizadas por pessoas jurídicas;

e) — renda líquida da Loteria Federal;

f) — dotações orçamentárias, nunca inferiores a 5% da receita bruta da União, cobrindo inclusive as despesas com desapropriação;

g) — rendas de bens, serviços eventuais;

h) — contribuição de entidades oficiais ou particulares, nacionais ou estrangeiras (recebidas exclusivamente pelo Órgão Central para a sua aplicação de acôrdo com os planos nacionais, Territorial e de Habitação).

6) Com o Órgão Executor Financeiro devem passar à jurisdição do Órgão Central, as Caixas Econômicas Federais e o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, que funcionarão como banco nacional de habitação, obedecendo às seguintes normas:

a) — as disponibilidades das C.E.F., sòmente poderão ser aplicadas nas finalidades do Órgão Central;

b) — as agências e serviços das C.E.F., serão aproveitados como órgãos regionais e locais do Órgão Central.

7) As verbas do Orçamento da União, destinadas ao Fundo Nacional de Habitação, deverão ser globais e automàticamente registradas no Tribunal de Contas. As despesas com o pessoal administrativo do Órgão Central não deverão ultrapassar de 10% (dez por cento) das dotações orçamentárias.

8) As verbas do Fundo Nacional de Habitação deverão ser aplicadas estritamente em conformidade

com os critérios de atendimento que forem estabelecidos para fins de elaboração dos planos nacionais Territorial e de Habitação.

II) Da Desapropriação Para Fins Habitacionais e de Planejamento Territorial

1) Ficarão sujeitos à desapropriação por interêsse social os bens considerados necessários à habitação, ao equipamento dos centros urbanos e ao aproveitamento do território;

2) Poderá o Órgão Central promover a desapropriação do imóvel por interêsse social, tomando como valor da oferta inicial o declarado para fins tributários, eliminados os conflitos que possam existir em conseqüência da futura Lei de Reforma Agrária.

3) Não havendo valor declarado pelo proprietário, o valor da oferta será fixado, na zona rural, por avaliação conjunta do Órgão Central, SUPRA e Município; e na zona Urbana, pelo Órgão Central e pelo Município.

4) Os bens desapropriados pelo Órgão Central dentro dos seus objetivos poderão ser transferidos a particulares, obedecidas as condições especificadas nos planos nacionais, Territorial e de Habitação.

5) A transferência de bens feita em desacôrdo com os planos nacionais, Territorial e de Habitação, será nula de pleno direito.

III) Prioridade de Atendimento e Normas de Contrôle

1) Na elaboração dos planos nacionais, Territorial e de Habitação, o Órgão Central levará em conta critério de atendimento às áreas e populações a serem beneficiadas, os quais deverão possibilitar a fixação objetiva de um escalão de prioridade.

2) Em relação à distribuição geográfica dos atendimentos, os planos nacionais, Territorial e de Habitação, deverão levar em conta, entre outros fatôres:

a) — a densidade e o ritmo de crescimento da população;

b) — a intensidade da urbanização;

c) — a densidade relativa em subhabitação;

d) — a disponibilidade de recursos e fatôres produtivos ociosos;

e) — a ocorrência de esforços locais ou regionais para o desenvolvimento econômico-social, quando se enquadrem na política nacional de desenvolvimento;

f) — a existência de planos de habitação, locais ou regionais.

3) No pertinente às camadas da população a serem atendidas, os planos nacionais, Territorial e de Habitação, deverão considerar, primordialmente:

a) — a incapacidade econômica para construção ou aquisição de moradia, nas condições vigentes no mercado imobiliário;

b) — a possibilidade de retribuição econômica pela moradia proporcionada através do Plano Nacional de Habitação.

4) Quaisquer recursos destinados aos municípios integrantes das listas mencionadas no item seguinte, só poderão ser liberados após apresentação dos seus respectivos planos municipais ao Órgão Central.

5) O Órgão Central fixará anualmente a lista de municípios que deverão preparar, dentro do prazo estabelecido, seus respectivos planos, de acôrdo com os planos regionais e atendendo ao objetivo de atenuação das disparidades regionais do desenvolvimento do País.

6) O Órgão Central poderá financiar e dar assistência técnica aos municípios, para elaboração dos seus planos, e aos órgãos regionais de planejamento.

7) Quaisquer planos elaborados pelos municípios deverão ser executados segundo as normas gerais do Órgão Central, sob pena de suspensão dos pagamentos mencionados nos itens 4 e 6 anteriores.

IV) Plano Nacional Territorial

1) O Órgão Central elaborará o Plano Nacional Territorial, no qual serão fixadas as diretrizes gerais do Planejamento Territorial e distribuição demográfica, a interligação de diversos planos regionais, sua vinculação aos planejamentos de caráter econômico, e aos grandes empreendimentos de interêsse nacional, de forma a obter-se o desenvolvimento físico social integrado e orgânico das diversas regiões do País.

2) O Plano Nacional Territorial dará especial atenção à distribuição demográfica, aos aspectos sociais provenientes do desenvolvimento econômico, aos problemas de habitação, circulação e transporte, trabalho, recreação, cultura, saúde, educação, produção e abastecimento, reservas para expansão urbana e de áreas florestais, proteção de mananciais e regiões de valor turístico, aplicando os princípios de planejamento territorial consagrados pelos Congressos Internacionais de Arquitetura.

3) O Órgão Central, uma vez elaborado o Plano Territorial, fixará normas gerais que deverão obedecer o planejamento em todos os níveis.

V) Plano Nacional de Habitação

1) O Plano Nacional de Habitação destina-se a corrigir o deficit de moradias e suprir a crescente demanda de habitações, serviços e equipamentos urbanos.

s.HRu

2) Para elaboração dêsse plano o Órgão Central terá livre acesso a tôdas as fontes de informações das diversas repartições federais, estaduais, municipais, autárquicas e paraestatais, relativas ao seu campo de atuação.

3) Os imóveis adquiridos, construídos ou financiados para os fins do Plano Nacional de Habitação, não poderão ser usados a título gratuito, nem doados a particulares.

4) A alienação ou a locação dêsses imóveis obedecerá a normas e critérios prèviamente estabelecidos não sendo permitido ao adquirente sua transferência pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da aquisição.

5) Os referidos imóveis só poderão ser alienados ou locados a pessoas que se enquadrem nos critérios de atendimento do Plano Nacional de Habitação.

6) Os núcleos habitacionais enquadrados no Plano Nacional de Habitação deverão prever as instalações necessárias aos serviços e equipamentos urbanos.

7) Quando as construções referidas no item anterior se destinarem à venda ou ao aluguel a pessoas com suficiente capacidade econômica, será cobrado no valor da venda ou locação um acréscimo sôbre o preço fixado pelo Órgão Central.

8) Nenhuma construção para fins do Plano Nacional de Habitação será realizada sem que as obras de urbanização correspondentes estejam de acôrdo com o planejamento dos municípios onde fôr executada.

9) A alienação dos imóveis enquadrados no Plano Nacional de Habitação poderá ser feita com reserva de propriedade do solo, caso em que o financiamento cobrirá apenas o valor da edificação. Os registros imobiliários transcreverão o edifício em nome do adquirente, com as averbações cabíveis.

10) O Plano Nacional de Habitação deverá desde logo adotar medidas de emergência destinadas a melhorar as condições de habitabilidade de agrupamentos de subhabitações, tais como, favelas, mocambos, malocas e semelhantes.

11) As medidas de emergência serão consideradas uma etapa intermediária entre o estado atual dos agrupamentos de subhabitações e os objetivos do Plano Nacional de Habitação.

12) O Plano Nacional de Habitação deverá considerar o aproveitamento social das áreas recuperadas das subhabitações, para execução por seus proprietários, ou diretamente mediante desapropriação.

VI) Aquisição de Imóvel Locado

1) Será assegurado ao locatário do imóvel a venda, preferência na compra em igualdade de condições pelo prazo de sessenta (60) dias a contar da data da notificação, através do Cartório de Registro de Títulos, desde que o imóvel e o locatário se enquadrem nos objetivos do Plano Nacional, devendo a notificação conter o preço e as condições de pagamento.

2) Será assegurado ao locatário o direito de adjudicação compulsória do imóvel vendido sem observância do disposto no item anterior, satisfeitas as condições constantes da escritura.

4a. PROPOSTA:

Que o Poder Executivo envie mensagem ao Congresso Nacional, propondo modificações na Lei do Impôsto de Renda, de modo a permitir isenção de tributação para as economias aplicadas na aquisição da casa própria (terreno e edificação), por parte das pessoas cuja renda real não seja suficiente para a obtenção do primeiro imóvel, dentro das Leis que atualmente regulam o mercado imobiliário.

5a. PROPOSTA:

Que a política de investimentos estatais, na melhoria dos conjuntos de subhabitação, obedeça normas no sentido de:

a) — organizar as comunidades disciplinando e orientando tècnicamente as construções, com o aproveitamento também dos próprios recursos dos grupos sociais;

b) — coordenar as obras de responsabilidade do Poder Público;

c) — tornar produtiva tôda a mão de obra ociosa local, mediante seu aproveitamento em oficinas de artesanato e pequenas indústrias locais.

6a. PROPOSTA:

Que para o estabelecimento de um Programa Habitacional seja adotada metodologia tendo em conta o dimensionamento qualitativo e quantitativo da atual escassez, num processo que se baseia na projeção do número de "unidades familiares", sendo cabível circunscrever a projeção da demanda futura com base nas prioridades estabelecidas pela política habitacional.

7a. PROPOSTA:

Que se encareça junto ao I.B.G.E. a urgência das seguintes providências:

a) — que seja apurado com a máxima brevidade o Censo de População e Habitação de 1960;

b) — que os dados completos sôbre habitação, recolhidos nesse Censo, sejam apresentados, isoladamente, pelo menos para as cidades importantes e, especialmente, para as conturbações;

c) — que seja instituído um sistema de levantamento de estatísticas contínuas sôbre a habitação, tanto do ponto de vista quantitativo como do qualitativo, levando em conta ainda a qualificação sócio-econômica da população atendida;

d) — que o órgão incumbido do levantamento dêstes dados elabore os seus programas de atividade em íntimo entrosamento com os órgãos de planejamento e execução da política habitacional.

8a. PROPOSTA:

Que os órgãos da Previdência Social, as Caixas Econômicas e outros da esfera governamental que realizam programas habitacionais, mediante execução direta ou financiamento, procurem aplicar, desde já, os princípios e normas estabelecidas neste Seminário.
Neste sentido, o Seminário dirige-se de forma particular ao IPASE, cuja Direção, ao co-patrocinar esta reunião, demonstrou plena consciência de suas responsabilidades neste setor.

9a. PROPOSTA:

Que o Congresso Nacional altere a legislação em vigor, de modo a que nas áreas de grande concentração urbana, constituídas territorialmente por municípios distintos, sejam criados órgãos de administração, que consorciem as municipalidades, para a solução de seus problemas comuns, tendo em vista, particularmente, as questões de organização do território e as habitacionais.

MOÇÕES

O Seminário de Habitação e Reforma Urbana aprovou Moções no sentido de:

1 — Manifestar a Sua Santidade, o Papa Paulo VI, votos pela continuidade da política social consubstanciada nas Encíclicas "Mater et Magistra" e "Pacem in Terris", de seu glorioso antecessor, por focalizar problemas de magna importância para os povos subdesenvolvidos.

2 — Manifestar ao Congresso Nacional da República do Peru, congratulações ao povo peruano pela eleição do arquiteto Fernando Bellaunde Terry para a Presidência da República.

3 — Manifestar ao jornal "O Estado de São Paulo" o repúdio pela nota publicada em sua edição de hoje, referente ao Seminário, e exigir o cumprimento pelo referido periódico das disposições da Lei de Imprensa, para integral publicação de suas Resoluções finais, a fim de que sejam os seus leitores informados com objetividade e veracidade.

4 — Manifestar às autoridades educacionais a aspiração da Classe estudantil no sentido de que seja focalizada com objetividade, nos currículos universitários, a realidade brasileira, nos seus aspectos habitacional e de organização territorial. *

PARTICIPANTES

PRESIDENTE DE HONRA

Dr. JOÃO GOULART

PRESIDENTES

Dr. CLIDENOR FREITAS
arquiteto ICARO DE CASTRO MELO

VICE-PRESIDENTES

arquiteto MAURICIO ROBERTO — GB
arquiteto OSWALDO CORREA GONÇALVES — SP

DIRETORES EXECUTIVOS

arquiteto IVAN OEST DE CARVALHO — GB
arquiteto JOAQUIM GUEDES — SP
arquiteto JORGE WILHEIM — SP
arquiteto JOSÉ QUINTAS ALVES — GB
arquiteto MAURICIO NOGUEIRA BATISTA — GB

CONVIDADO DE HONRA

deputado ALMINO AFONSO

REPRESENTANTE DO GOVÊRNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

arquiteto GILDO MÁRIO PÔRTO GUERRA — PE

PARTICIPANTES

advogado CARLOS SOUZA REBOUÇAS — GB
advogado CLÓVIS GARCIA — SP
advogado HELY LOPES MEIRELES — SP
advogado EURICO DE ANDRADE AZEVEDO — SP
advogado JOSÉ ARAÚJO NOBRE — GB
advogado PAULO PENTEADO DE FARIA — SP
advogado NATEXILPATRI GUITTON — GB
advogado ACÁCIO GIL BORSOI — PE
arquiteto ALBERTO FERNANDO XAVIER — RGS
arquiteto ABELARDO GOMES DE ABREU — SP
arquiteto ABELARDO RIEDY DE SOUZA — SP
arquiteto ABRÃO SONOVIEZ — SP
arquiteto ALBERTO RUBENS POTTI — SP
arquiteto ALFREDO PAESANI — SP
arquiteto ANTÔNIO CHAVES BARCELOS — RGS
arquiteto ANTONIO PEDRO ALCÂNTARA — GB
arquiteto ARIOSTO MILA — SP
arquiteto ARNALDO PALIOLO — SP
arquiteto ARTHUR NAPOLEÃO RÊGO BAHIA — BA
arquiteto ARY DE QUEIROZ BARROS — SP
arquiteto BENCION TIOMNY — GB
arquiteto BERNARDO TAITELBAUM — RGS
arquiteto BERNARDO CASTELO BRANCO — SP
arquiteto BONA DE VILA — SP
arquiteto BRENO CIRINO NOGUEIRA — SP
arquiteto CARLOS EUGENIO HIME — GB
arquiteto CARLOS ALBERTO G. CARDIM FILHO — SP
arquiteto CARLOS BRASIL LODI — SP
arquiteto CARLOS EDUARDO POMPEU — SP
arquiteto CARLOS MILLAN — SP
arquiteto CHRISTA SCHROEDER — GB
arquiteto CIRO ILIDIO CORREA OLIVEIRA — PR
arquiteto DANILO GUIDO BASSANI — SP
arquiteto DAVID LEO BONDAR — RGS
arquiteto DORA MONTEIRO E SILVA DE ALCÂNTARA — GB
arquiteto EDGARD BITTENCOURT — RGS
arquiteto EDUARDO KMESSE DE MELLO — SP
arquiteto FLÁVIO LEO SILVEIRA — GB
arquiteto FLÁVIO VILAÇA — SP
arquiteto FÁBIO GOLDMAN — SP
arquiteto FÁBIO PENTEADO — SP
arquiteto FRANCISCO DIAS VASCONCELOS — CE
arquiteto FRANCISCO MENDES DEL PELOSO — DF
arquiteto FRANCISCO DE PAULA DIAS DE ANDRADE — SP
arquiteto GASTÃO SANDOVAL MARCONDES — SP
arquiteto GERALDO DARIO BUARQUE BORGES — PE
arquiteto GERALDO SERRA — SP
arquiteto GILBERTO JUNQUEIRA CALDAS — SP
arquiteto GUIDO GONÇALVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE — SP
arquiteto GUSTAVO GAMA MONTEIRO — PR
arquiteto GLAUCO DO COUTO OLIVEIRA — GB
arquiteto GREGÓRIO ZOLKO — SP
arquiteto GUSTAVO RICARDO CARON — SP
arquiteto HÉLIO VIANA — ES
arquiteto HÉLIO UCHOA — GB
arquiteto HÉLIO DE MARIA PENTEADO — SP
arquiteto HOOVER AMÉRICO SAMPAIO — SP
arquiteto ISRAEL SANCOWSKI — SP
arquiteto INOCENCIO PATROCINIO — SP
arquiteto IROKO KAWAUCHI — SP
arquiteto JAGUANHARA DE TOLEDO RAMOS — SP
arquiteto JAIME ZETTEL — DF
arquiteto JEAN MAITRES — SP
arquiteto JERZI GRYBOWSKI — GB
arquiteto JOÃO CACIOLA — SP
arquiteto JOÃO RICARDO SERRAN — GB
arquiteto JOÃO VILLANOVA ANTIGAS — SP
arquiteto JOÃO CLODOMIRO B. DE ABREU — SP
arquiteto JOÃO EDUARDO DEJENARO — SP
arquiteto JOÃO ROBERTO LEME SIMÕES — SP
arquiteto JOÃO WALTER TOSCANO — SP
arquiteto JORGE NEVES — RGS
arquiteto JOSÉ M. MONFORT — SP
arquiteto JOSÉ ODILON HOMEM DE MELO — SP
arquiteto JÚLIO NEVES — SP
arquiteto JÚLIO ROBERTO KATINSKI — SP
arquiteto LAURO BASTOS BIERKOLTZ — SP
arquiteto LEO RIBEIRO DE MORAES — SP
arquiteto LEO BONFIM JÚNIOR — SP
arquiteto LÍVIO EDMUNDO LEVI — SP
arquiteto LUIZ CARLOS COSTA — SP
arquiteto LUIZ GOMES CARDIM SANGIRARDI — SP
arquiteto LUIZ PAULO FERNANDES CONDE — GB
arquiteto LUIZ KUPPER — SP
arquiteto MARDÔNIO SANTOS GUIMARÃES — MG
arquiteto MÁRIO LORENZETI — SP
arquiteto MAYUMI WATANABI DE SOUZA LIMA — DF
arquiteto MAURICIO DO PASSO CASTRO — PE
arquiteto MAURICIO KOGAN — SP
arquiteto MAURICIO DOCK SCHNEIDER — SP
arquiteto MILTON GHIRALDINI — SP
arquiteto NELSON NACCASHI BADRA — SP
arquiteto NESTOR GOULART REYS FILHO — SP
arquiteto OSCAR PANZOPO — SP
arquiteto PAULO ANTUNES RIBEIRO — GB
arquiteto PAULO MENDES DA ROCHA — SP
arquiteto PAULO BASTOS — SP
arquiteto PAULO MENDES DA ROCHA — SP
arquiteto PAULO THOMAZ C. DE FREITAS — SP
arquiteto PEDRO PAULO SARAIVA — SP
arquiteto RINGO KUBOTA — SP
arquiteto ROBERTO AFRAIO — SP
arquiteto ROBERTO CERQUEIRA CÉZAR — SP
arquiteto RODRIGO BROTERO LEFEVRE — SP
arquiteto RUBENS DO AMARAL PORTELA — GB
arquiteto RUBENS CARNEIRO VIANA — SP
arquiteto RÚFIO MACEDO MACHADO — GB
arquiteto SAMUEL SZPIEGEL — SP
arquiteto SÉRGIO AUGUSTO ROCHA — GB
arquiteto SÉRGIO PEDRO PEREIRA — SP
arquiteto SÉRGIO DE MOURA AMOROSO — SP
arquiteto SÉRGIO PEREIRA DE SOUZA LIMA — DF
arquiteto TERU TAMAQUI — SP
arquiteto WALDEMAR HERMANN — SP
arquiteto WALTER SARAIVA KARNESS — SP
arquiteto WILSON GARCIA RAMOS — SP
arquiteto WILSON MAIA FINA — SP
arquiteto WILTOLDE ZMITROWIEZ — SP
arquiteto ZEFERINO CONTRUCCI — SP
ass. social AURELINA FLORES BIANCO — SP
ass. social HELENA IRACY JUNQUEIRA — SP
ass. social MARIA LÚCIA DE CARVALHO — SP
ass. social NELSON JOSÉ SUZANO — SP
ass. social ODETE NASTARI TRANI — SP
ass. social REIMEI IOSHIOKA — SP
ass. social TEREZINHA GASPAR — SP
atuário CHOU SETO — MG
deputado ARTHUR LIMA CAVALCANTE — DF
deputado EMANUEL WAISSERMAN — DF
deputado FERNANDO SANTANA — DF
deputado FLORICENO PAIXÃO — DF
deputado FRANCO MONTORO — DF
deputado MILTON CABRAL — DF
deputado NEIVA MOREIRA — DF
deputado RUBENS PAIVA — DF
economista DOMINGOS AZEVEDO — SP
economista JUAN SALAZAR RONDON — GB
economista LUIZ FERNANDO VIEIRA — SP
economista RÔMULO DE AVELAR — GB
economista SEBASTIÃO DE AGUIAR AYRES (observador)
economista VINICIUS FONSECA — GB
economista WILMAR DALLAHOL — SC
engenheiro ALBERTO VASI — GB
engenheiro ALFREDO DE PAOLI — MG
engenheiro ÁLVARO AUGUSTO SOARES — GB
engenheiro ÁLVARO MILANEZ — GB
engenheiro CARLOS EDUARDO DE PAULA PESSOA — SP
engenheiro DALMO LEME PRAGANA — GB
engenheiro FLÁVIO MONTEIRO AMARAL — GB
engenheiro GILBERTO COUFAL — RGS
engenheiro HUGO GIRAFA — RGS
engenheiro JOÃO BATISTA PIZARRO DRUMOND — GB
engenheiro JOÃO SIQUEIRA FILHO — GB
engenheiro JOSÉ AUGUSTO MARTINS — SP
engenheiro PEDRO VIEIRA DE CASTRO — GB
engenheiro RICARGO D. SCHROEDER — SP
engenheiro ROBERTO RODRIGUES MOREIRA — SP
engenheiro RUBENS DE MATOS PEREIRA — SP
engenheiro VITOR JOSÉ CARTEL LUIZ DE AZEVEDO
engenheiro VITORINO SEMOLA — GO
estudante ANTONIO SERGIO MARGAMIN — SP
estudante CARLOS HENRIQUE HECK — SP
estudante CONRADO JORGE HECK — SP
estudante FERNANDO PEREIRA BURKHARDT — RJ
estudante EDSON BUEHRER
estudante FERNANDO ROCHA — RGS
func. público AGNELO UCHOA BITTENCOURT — GB
general VALÉRIO BRAGA — GB
industriário THOMAZ SILVEIRA — GB
líder sindical ANTÔNIO NABAS MARTINS — SP
líder sindical LUIZ TENÓRIO DE LIMA — SP
médico ALBERTO LUIZ MADEIRA — RJ
médico ANTÔNIO MARIA DE REZENDE CORREIA
médico DAVISON SÃO PAULO MEIRELES — RJ
médico OSWALDO MACEDO — GB
pesquisadora EUGÊNIA SARA PAEZANI — SP
professôra ANTÔNIA RUBRO MULLER — SP
professôra DULCE SALGADO AMOROSO — GB
professor FLÁVIO IMPÉRIO — SP
químico MÁRIO ERNESTO HUMBERA — SP
sociólogo ALBERTO PASSOS GUIMARAES — GB
sociólogo ÍRIS SOARES AZEVEDO — SP
sociólogo JUAREZ BRANDÃO LOPES — SP
sociólogo ORACY NOGUEIRA — SP
urbanista ADINA MERA — GB

Galeria Galeria Galeria

Ferreira Gullar

Em nosso número anterior foi publicada uma "charge" de Claudius como ilustração do artigo de Ferreira Gullar, "Lygia entre o brinquedo e a máquina". A ilustração destinava-se a outro tópico sôbre tema semelhante, e Gullar não tem a mínima responsabilidade com o acontecido.

N. da R.

IVAN SERPA E DAREL VALENÇA

E a pintura continua. Aos trancos e barrancos, mas continua. É fato que, pelo menos no Brasil, o entusiasmo pelas artes plásticas é menor. Discute-se menos, os jornais reduzem o espaço que dedicavam à matéria. Não nos iludamos com páginas de reproduções em côres de quadros antigos e modernos nas revistas: é que elas têm de utilizar a capacidade técnica de suas máquinas de imprimir... Os velhos críticos vão se calando e não surgem novos. Mas a coisa continua, mesmo assim.

Houve, há pouco, o Salão Moderno. Mais um artista ganhou o prêmio de viagem ao estrangeiro: 500 dólares por mês durante dois anos, ou sejam 7 milhões e duzentos mil cruzeiros pagos pelo govêrno, além de outras vantagenzinhas que sempre se arranjam. É claro que há outros privilégios por aí, muito mais graves. O que não nos impede de perguntar: por que gastar 7 milhões com um artista que pràticamente nada faz pelo País? Não acho que se deva perseguir os artistas, como tampouco encontro razões para justificar que se lhes dê tratamento especial num País como êste. E muitos dêsses artistas, como diz Milton Dacosta, voltam da Europa barbeiro ou guarda civil. Aliás, em muitos casos, isso é preferível... Não falemos de outro Salão, o acadêmico que goza de regalias semelhantes. Mas atenção: não estou pedindo que se acabe com os prêmios. Seria uma solução parcial e injusta, num mundo de privilégios. A reforma agrária é mais urgente.

Li que Ivan Serpa tinha mudado de rumo, virara figurativo, e fui ver. Não que duvidasse, absolutamente. É que acredito estar chegando a hora de revermos os juízos emitidos sôbre artistas de nossa geração, que já possuem hoje nome e prestígio. Mês passado escrevi sôbre Lygia Clark, que, como Ivan, participou dos combatentes concretistas. Ela continuou naquele rumo, abrindo outras trilhas até o ponto em que está agora, entre a necessidade e o acaso. Ivan, que foi rigidamente concreto de causar surprêsa a Max Bill! — abandonou a trilha faz cêrca de quatro anos, tomando o rumo do tachismo, que então desabrochava como cogumelo pela Europa inteira. Agora, deixava o tachismo pela figura? Fui ver.

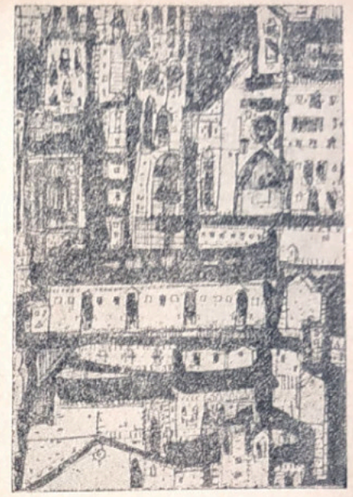
Ali, estavam, na loja de Joaquim Tenreiro, os novos quadros de Ivan. Nota-se, de saída, que o pintor experimenta, pois naqueles poucos quadros (talvez não cheguem a vinte) há pelo menos três ou quatro maneiras diferentes de resolver a obra. Em alguns a figura mal surge, noutros ela se completa entre fragmentos de manchas coloridas, noutros ela se mostra claramente, com linha de contôrno e tudo: pintura figurativa mesmo!

Fiquei me lembrando do Serpa de 1951, 52, concretista ortodoxo. Quem diria que, por baixo daqueles quadradinhos, dormissem tantos monstros e tantos sentimentos? De fato, confirmo uma tese: os artistas têm nada e tudo para dizer. A arte pode dizer qualquer coisa, porque o artista, homem, sujeito às contradições, traz em si os extremos e o que fica entre êles. Eis porque é bobagem julgá-los pela "coerência" da obra.

Essa exposição de Serpa tem, para mim, um aspecto positivo: o pintor começa a voltar à realidade. É evidente que êle resiste, ainda, a voltar de vez. Atravessa pesadelos, advinha monstros nas manchas. Caminha um pouco mais: as figuras humanas são quase monstruosas e se mostram pelo que têm mais animal.

Serpa desce para realidade individual, subjetiva. Seus quadros refletem certa repugnância de um dos aspectos mais complexos do real: o sexo. Suas figuras são mulheres, mulheres nuas, deformadas, animalescas, feias, caricaturais. Há certo moralismo nessas pinturas, reflexo talvez do temor em ser reconduzido à condição de homem comum. Mas há coragem em colocar o problema, em defrontar-se com êle. Dessa visão deformada do real, pode Serpa caminhar para um ponto de vista mais objetivo em que sua condição de homem e de artista se exprima com maior amplitude e profundidade. A porta se abriu.

Não se deve deixar de lado o aspecto puramente pictórico da mostra. Os quadros expostos mostram um pintor de técnica madura, senhor de seu "métier", capaz de lidar com a linha, a côr e matéria com total domínio. Falta-lhe, naturalmente, no início dessa fase, a seleção dos elementos expressivos e sua utilização em profundidade. O que virá com o trabalho.



DAREL

Outra exposição figurativa é a dos novos desenhos de Darel Valença, apresentados pela Petite Galerie. Problema diferente do de Ivan. Darel sempre foi figurativo. No mais acêso da campanha pelo concretismo, êle montava uma oficina de gravura na Escola de Belas Artes e reunia ali um grupo de jovens gravadores figurativos. Formava ao lado de mestre Goeldi, com Marcelo Grassmann. As tentativas de abstração de Lívio Abramo não o perturbavam. Tampouco se fascinou pelas manchas preciosas de Fayga Ostrower. "Bom cabrito não berra", dizia êle. Ganhou o tal prêmio do Salão, andou pela Europa, gostou da Espanha, muito embora não tenha encontrado lá os mestres da litografia que buscava. Seu desenho sofreu a influência talvez da paisagem, da arquitetura e cidades antigas que visitou.

A exposição de agora guarda as características que trouxe. Uma espécie de desenho que agora se vai tornando impressionista. Traços separados, manchas, meios-tons, e surge uma cidade, um quarteirão (um **boulevard?**), uma rua... européia. Perguntei a Darel: "você desenha do natural ou de imaginação? "Êle me disse: "de imaginação, misturo lembranças de cidades européias e brasileiras, vou fazendo". "Fiquei matutando. Por que não desenha a cidade mesma em que se vive? por que não tentar captar a vida que está aí, as pessoas, as ruas, as avenidas, os aspectos da vida atual?

O próprio Darel observou que suas cidades vão se tornando cada vez mais abstratas, menos cidades, cada vez mais uma composição de traços e linhas emaranhados. É fato. Enquanto Serpa tende para a figura, Darel, figurativo, tende para o abstrato.

E vai terminar abstrato, cumprindo o ciclo da pintura contemporânea. A menos que se dê conta de problemas novos, de sua situação real, social, histórica. Discutimos, eu e Darel, ali, sôbre o problema do artista e sua função social.

Disse-lhe a certa altura, e o repito aqui: só é difícil para o artista brasileiro, hoje, abandonar essa pintura que não fede nem cheira, porque êle continua a pintar para um pequeno grupo snobe, que se diz entendido no assunto, que lhe compra as obras enfim; mas se o artista se decidir a falar para outro público, ou pelo menos, se êle tiver coragem de ser o porta-voz da maioria, tudo será mais simples. Mas, para isso, é preciso mudar no artista a sua falsa visão do mundo.

*

cinema

Carlos Diegues

OBRA PRIMA, PRIMEIRA OBRA

Escreviamos, há alguns números, nesta revista, que era Nelson Pereira dos Santos o primeiro e possivelmente único **cineasta** brasileiro. Aquela oportunidade aguardávamos o acabamento de "Vidas Sêcas", ainda em filmagens. Hoje, com seu último filme pronto e lançado, vemos não apenas serem confirmadas nossas palavras, como também ganhar nôvo corpo e significado a personalidade de Nelson.

Na verdade, "Vidas Sêcas", baseado no romance de Graciliano Ramos, inaugura uma fase do cinema brasileiro, tão importante quanto a que "Rio, 40º" abria há quase dez anos atrás. "Vidas Sêcas" é, do ponto de vista autoral, uma das obras mais importantes do cinema contemporâneo, infalìvelmente comparável a "Ladrões de Bicicletas" ou "Paisá" ou "La Terra Trema", instalando o nome de Nelson Pereira dos Santos na galeria dos grandes humanistas do cinema moderno — de Rossoline a Bressen, de Visconti a Antonioni. Do ponto de vista da história de nosso cinema, "Vidas Sêcas" pode ser considerado o primeiro filme brasileiro, no sentido de que é o primeiro a não se comportar servilmente diante da lógica cinematográfica consagrada, instalando um nôvo pensamento fílmico — um pensamento cinematográfico nacional.

"Vidas Sêcas" é um filme extraordinàriamente limpo, acabado, realizado, sem o menor vestígio de experimentalismo ou amadorismo. Trata-se de uma obra consciente em todos os momentos, dominada artezanal e autoralmente por seu realizador. Desta limpidez, NPS tirou o primeiro resultado de "Vidas Sêcas": a densidade humanissima de um drama datado e situado, não simplesmente pela identificação do "set", mas pela interpretação correta de um espaço, de uma luz e, principalmente, de um comportamento humano. Dêste modo, NPS introduz o cinema brasileiro na cultura nacional — tira-o de uma fase (útil e necessária) de experiências e pesquisas angustiadas, que êle mesmo inaugurara em "Rio, 40º", para um nôvo plano de consciência e comportamento.

São antológicas certas seqüências — a primeira, de chegada dos retirantes à fazenda abandonada; a do menino menor observando o pai da cêrca; a morte da cadela Baleia; a descoberta do inferno pelo menino maior. Mas não se poderá analisar nunca "Vidas Sêcas" em trechos separados. NPS realizou uma obra que, como tôda a obra maior, existe como uma coisa global, total e definitiva. Uma grande obra-prima do cinema contemporâneo e a primeira obra de cinema brasileiro.

VERDADE E GARRINCHA

Depois do excepcional "Couro de Gato" (um dos episódios de "Cinco vêzes Favela"), Joaquim Pedro tornou-se um dos mais importantes nomes no elenco de realizadores do nôvo cinema brasileiro. Por isso mesmo, "Garrincha, Alegria do Povo", passou a representar a expectativa de uma obra que se consumasse de maneira definitiva como das mais importantes do movimento. Vindo às telas e ao público, "Garrincha" passou a ser centro de discussões radicais e inflamadas, de prós e contras sectaríssimos.

O fato é que o filme de J. P. não pode ser negado com o primarismo e simplismo de certos críticos (Moniz Viana, por exemplo). Se o jovem diretor não realizou uma obra prima, fêz uma fita de inúmeras qualidades, de momentos de extrema beleza, de seqüências fantásticas. Tudo isso alinhado a outro tanto de defeitos e imperfeições. A nosso ver, a principal deficiência de "Garrincha" repousa na sua estrutura. Ao pretender realizar um filme-verdade, J.P. não percebeu que a experiência lhe custaria o preço alto da dificuldade do gênero, em se tratando de futebol. O que pretendia, afinal, o filme? Descobrir Garrincha, o mito, para seus idólatras? Fazer do cinema um veículo de análise social e psíquica do futebol? Simplesmente fazer o povo descobrir-se a si mesmo num momento que, para êle, é um dos mais importantes na sua vida de diversões e emoções? Ou apenas experimentar certos macêtes de montagem, certas descobertas formalistas? Acreditamos que nada disso em particular, e tudo ao mesmo tempo. O que, estruturalmente, representa um amontoado de vacilações e indecisões. O treino do Botafogo (uma das seqüências mais citadas) nos parece uma ressonância bem pessoal do melhor Reichembach de "Les Marines" ou "Amérique Insolite". A série de gols e dribles de Garrincha, um apaixonante trabalho de montagem, de pesquisa sôbre um material pobre e precário. A idéia de alteração cronológica das Copas, um excelente exemplo de montagem não-



"VIDAS SÊCAS", a descoberta do nordeste e do cinema brasileiro feita por Nelson Pereira dos Santos.

dogmática, de orientação de uma emoção determinada.

Mas é nas partes finais do filme que "Garrincha" alcança seus melhores momentos. A torcida, o Maracanã, o rosto e o corpo do homem comum, chorando, rindo, aflito, grunhindo, quase épico. Tudo isso faz de "Garrincha" um filme desigual. Ou diversos filmes dentro de um só. Na primeira parte, por exemplo, a seqüência do Banco nos parece desnecessária e a de Pau Grande, onde esperamos, enfim, encontrar o herói-ídolo desmistificado, decepcionanos pela imobilidade da comunicação, distante e reservada, fria, desinteressada da maior finalidade e validade do cinema-verdade: a descoberta das pessoas e seus ambientes. Mas o que há de melhor em "Garrincha, Alegria do Povo" supera o que julgamos ser deficiência de estrutura, e nos dá, no cômputo final, um saldo altamente positivo para seu realizador.

Se não fôsse pela beleza de alguns resultados e soluções obtidas, seria pela coragem e irreverência formal que o conjunto do filme nos apresenta. Joaquim Pedro deixou de ser a promessa lírica de "Couro de Gato" para ser um diretor consciente de seu métier.

INFORMAÇÕES

1. Representantes brasileiros no Festival de Moscou, voltaram empolgados com a evolução de alguns jovens cineastas soviéticos face ao degêlo kruscheviano. A vitória de Felline ("Oito e Meio") representou mais um avanço, mais um gol contra a arte oficial. Nelson Pereira dos Santos tomou parte (ativa) no júri presidido por Choukrai ("Quadragésimo Primeiro", "Balada de um Soldado", "Céu Limpo").

2. A Censura barrou o lançamento de "Canalha em Crise", estréia no longa metragem do jovem Miguel Borges (autor de um dos episódios de "Cinco Vêzes Favela"), sob pretexto de imoralidade. Os critérios são muitos e divergem de filme para filme. Não é possível prever até onde os censores nacionais são capazes de ir. Enquanto isso, as salas de espetáculos de fácil excitamento estão repletas diàriamente. Se as autoridades já não ligam à proteção do cinema brasileiro, que pelo menos não impeçam o seu desenvolvimento com medidas medievais.

3. Filmes brasileiros em cartaz recentemente (além de "Vidas Sêcas" e "Garrincha", comentados nesta seção) trouxeram de volta a discussão sôbre nosso cinema. Além dos dois já citados, agradou ao público "Seara Vermelha", de Alberto D'Aversa, sôbre o romance de Jorge Amado. Em compensação, "Elas Atendem Pelo Telefone" causou repulsa a quem quer que passasse até na porta dos cinemas que tiveram a coragem de exibí-lo.

4. Outros estão em vésperas de lançamento: "Pôrto das Caixas", de Paulo Cesar Saraceni; "Sol Sôbre a Lama", de Alex Viany; "Sangue na Madrugada", de Jacy Campos; "Um Morto ao Telefone", de Watson Macêdo; "O Caipora", de Oscar Santanna; "Os Tropeiros", de Aécio Miranda; "O Crime do Sacopã", de Roberto Pires. Com essa lista tôda (que a memória não nos deixa estender mais), ainda há quem discuta a diminuição da proporção (8 por 1) entre cinema nacional e estrangeiro, em lançamento.

5. E, enquanto isso, continua a invasão sistemática das "co-produções". Agora é dona Sara Montiel que vem para cá filmar, nas favelas do Rio, um negócio chamado "Samba". Quem se lembra da "Violetera", do "Último Tango", da Rainha do Chantecler", sabe o que sairá daí.

6. A CASES e o SPHN, através de suas divisões de cinema, deram início a uma produção em série de curtos culturais. Serão chamados a colaborar os jovens nomes no panorama do cinema brasileiro. Os planos são os melhores possíveis e sua execução foi iniciada com a produção de um "filme-verdade" sôbre o tema do analfabetismo. Direção de Leon Hirzsman.

7. No final de setembro e princípio de outubro, em Nova York, realiza-se a 1.ª Semana do Cinema Brasileiro. Produtores e realizadores preparam-se para marchar sôbre o mercado americano, a essa altura dos acontecimentos uma espécie de "salvação da lavoura". Se os de casa não ajudam, vamos ver se os de fora compreendem. *

teatro

Cleber Ribeiro Fernandes

"O CIRCULO DE GIZ" PELO T.N.C. — "O Círculo de Giz" estreou no Teatro Nacional de Comédia poucos dias depois do Sr. Roberto Freire tomar posse como diretor do Serviço Nacional

de Teatro: a coincidência pode vir a ser das mais significativas.

Ao ser escolhido o original de Bertold Brecht, tudo indica que se tratava apenas de encenar um dos textos mais **famosos** do repertório moderno que, se realizado corretamente, por certo desarmaria o clamor público levantado em tôrno dos desacertos da companhia oficial. Entretanto, visando o nôvo diretor do S.N.T. a **democratizar** o teatro, eis que "O Círculo de Giz" está sendo visto justamente por aquêle público ao qual o autor destinou sua argumentação. (O ingresso custa para os estudantes 150 cruzeiros enquanto o trabalhador sindicalizado paga apenas 50.) Em vez de burguesia entorpecida que aos poucos se especializou em aplaudir apenas as chanchadas elegantes, encontramos a esgotar as lotações da primeira semana de representações de "O Círculo de Giz" (quando escrevemos esta seção) um público menos bem vestido, é verdade, mas incomparàvelmente mais vibrante. Os atores, melhor do que ninguém, puderam constatar que alguma coisa havia mudado para melhor.

É claro que não se pode dizer, nem pensar ainda, que a **solução** tenha sido encontrada. O Teatro Brasileiro se acha enredado por ambigüidades complexas demais para que possa ser reabilitado por simples passes de mágica. Uma coisa, entretanto, ficou patente: a causa teatral não está definitivamente perdida. Mediante uma sincera **definição** de fins a alcançar e meios a empregar o teatro ainda pode ser integrado na vida da comunidade, como algo mais do que um refinamento supérfluo. Se o Serviço Nacional de Teatro não imprimir ao Teatro Brasileiro, na medida em que está capacitado, a direção que o momento histórico impõe é porque não quis ou não soube fazê-lo. Até aqui aceitou-se, embora a contragosto, o argumento de que a inconseqüência dos empresários (com os quais o T.N.C., por motivos incompreensíveis, fazia o possível para concorrer) coincidia com a preferência do público. A experiência de "O Círculo de Giz" veio provar que o nôvo público de que alguns sempre falaram, e que estaria disposto a acorrer ao teatro desde que lhe fôssem mostrados espetáculos que correspondessem aos seus anseios por um prêço acessível à sua minguada bôlsa, é mais fàcilmente recrutável do que se imaginava — desde que o teatro desista de se apresentar como privilégio de uma minoria cujos compromissos a impedem de raciocinar.

Duplamente lamentável, portanto, que "O Círculo de Giz" tenha resultado num espetáculo insatisfatório. As intenções de Brecht, minuciosamente elaboradas e demonstradas no texto, foram parcialmente suprimidas pela direção, não por má fé, mas por insuficiência técnica, o que na prática, infelizmente, vem a dar no mesmo. Em lugar delas, sobretudo durante grande parte do episódio da fuga de Groucha, ficou apenas a **história** destituída de maiores implicações, o que por si só não foi bastante para manter o interêsse do espectador. Os três núcleos em tôrno dos quais evolui o texto de Brecht mantiveram-se quase sempre desligados, transmitindo a impressão de um fracionamento que enfraqueceu a argumentação. Se o espetáculo, tal como está, permite que relacionemos sem dificuldade o prólogo com a "moral" do último episódio, a fuga de Groucha e a justiça de Azdak tiveram por ligação apenas o comparecimento formal de Groucha à côrte de justiça de Azdak quando, na verdade, o juiz é, por assim dizer, a súmula da incongruência da maior parte dos personagens e-xemplificados anteriormente: com o elo perderam-se as possibilidades de uma exata compreensão da peça.

Afinal, a teoria formulada por Brecht para a execução da maioria de suas peças, e que se destina a levar o público a **compreender** em vez de apenas **sentir**, não surgiu por acaso. Baseia-se ela numa visão do mundo e dos homens que tem de ser compartilhada, sob pena de inutilizar todo o resto. Para Brecht, os homens não se dividem simplesmente em bons e maus, somos todos maus, as circunstâncias assim nos fizeram. Sua discriminação é bem mais sutil: somos **recuperáveis** ou **irrecuperáveis.** Com os últimos, êle não perde tempo. Afixa-lhes no rosto uma máscara e transforma-os em caricatura, concentrando sua acuidade no exame dos primeiros. Assim, a própria Groucha, **heroína** da peça, não corresponde à bondade maciça presente no palco do T.N.C. Como a mais desprentensiosa das criaturas, ela trapaceia no amor, fica irritada quando o interêsse dos outros se sobrepõe aos seus, é pusilânime no trato com os poderosos, não desprezando mesmo a possibilidade de passar adiante seus encargos. Seu **heroísmo** vem do fato de que ela é passível de recuperação: a sorte de uma criança indefesa, mesmo depois de muitas lutas interiores, permite a expressão do seu desprendimento. Para Groucha, como para todos os recuperáveis, "é terrível a tentação da bondade!" Diferenças como esta é que, não sublinhadas pela direção, prejudicaram o espetáculo.

Da mesma forma, a grandeza do juiz Azdak, de quem se ocupa todo o terceiro episódio, vem destas mesmas contradições, projetadas numa escala mais ampla. Sem a adequada preparação, seu comportamento se transforma num delírio subjetivo — exatamente o tipo de resultado que Brecht tentou, a todo custo evitar.

Apesar de tudo, já que a encenação de "O Círculo de Giz" não representa tarefa das mais fáceis, o rendimento parcial conseguido justificou a encenação. Principalmente se considerarmos o destino que a montagem deverá ter, o de ser vista por platéias até alijadas do fenômeno teatral, não só do Rio de Janeiro mas de todo o Brasil, em excursão já programada.

Um último reparo: os documentos deixados por Brecht estão repletos de referências ao trabalho constante a que êle se obrigava, adaptando sem cessar seus originais aos recursos disponíveis. Sua preocupação maior era a de que o texto **passasse** à platéia. A música de Paul Dessau, apesar de sua excelente qualidade, não aproxima os versos de Brecht do público brasileiro. Haveria alguma contra-indicação em confiar a execução de uma nova partitura a um compositor que encontrasse um denominador comum entre o texto e o temperamento de nossas platéias?



"A ESCADA" PELO TEATRO DO RIO — Trata-se de uma peça bem feita. Sua estrutura aritmética pode ser reduzida a um gráfico simétrico. Seus personagens, molas bem azeitadas de um mecanismo perfeito, reagem com absoluta (ainda que primária) coerência. A construção minuciosa prevê ainda a reação da platéia: os risos e sorrisos, dosados à compostura de uma boa educação, atenuam as emoções sempre ordenadas, receita que é sustentada, quando se faz necessário, por tiradas literárias discretamente inteligentes. Tudo isto a serviço da **mensagem social** que, por certo, evitará ao autor o dissabor de se ver confundido com seus colegas popularescos: o homem precisa acompanhar o progresso, sob pena de ser por êle esmagado.

Tantas qualidades, há alguns anos atrás, constituiriam o ideal de uma dramaturgia incipiente e quase sempre tècnicamente deficiente como a nossa. Acontece, porém, que antes mesmo que os nossos autores dominassem o artesanato, o público a êles se adiantou passando a exigir mais. Se a armadilha hàbilmente montada por Jorge Andrade ainda resulta eficaz junto aos remanescentes de um público esclerosado (remanescentes ainda ponderáveis, é verdade, pois é o que sustenta as companhias que **restaram** no Rio e em São Paulo), a verdade é que hoje já vamos identificando o espectador que desistiu de se portar como cobaia passiva, preferindo raciocinar com o autor, identificar as perguntas implícitas num texto, desejando vê-las respondidas sem dubiedade. O humor e a emoção não mais lhe satisfazem como finalidade, servindo antes para registrar material de especulação que êle está disposto a levar avante por conta própria. Cabe ao autor escolher a que patrão, a que tipo de público, servir.

"A Escada" nos revela que a aristocracia paulista de quatrocentos anos acabou e que seus descendentes, a maioria a contragosto, foram absorvidos pela classe média na luta pelo sustento cotidiano; que os velhos, desligados de uma realidade de exigências cruéis, têm de ser postos à margem para não dificultar a realização das gerações mais jovens; que tudo isso é muito triste, mas que tem de ser assim mesmo. O espectador assiste a exposição e se pergunta: será mesmo o progresso êste fenômeno tão terrível que sacrifica um casal de velhinhos tão simpáticos em benefício do populacho medíocre?

O autor começa escamoteando o problema, já que o antagonismo apontado na peça não se refere a gerações sucessivas. A uma certa altura do texto, um dos filhos se refere ao pai dizendo que êste se agarra não ao seu próprio passado, mas ao de seus avós. O que terá acontecido neste intervalo? Terá sido algo assim tão sem importância que não mereça nem ser mencionado? Esta é apenas uma das muitas perguntas que o autor sugere inadvertidamente ao espectador desobrigado de conhecer em detalhes o regionalismo da questão. Outras, entretanto, se insinuam: como surgiu a aristocracia paulista? no esfôrço de quem ela se apoiou para triunfar? por que deixou de existir? a **decadência** terá sido causada apenas pela libertação dos escravos e pela miscigenação de nativos com imigrantes? Por outro lado, o autor não oferece às suas **vítimas** maiores opções: elas aderem à nova ordem ou forçadas pelas circunstâncias, já que não sabem de nada melhor a fazer, ou movidas por impulsos orgânicos, a atração irresistível de uma jovem aristocrata por um **mestiço**, que o autor tem o cuidado de amenizar com um pedido de casamento. É verdade que lá está a sugestão do filho-artista, para quem "tudo está bem quando êle escreve". Mas afinal, "A Escada" é um drama social ou melodrama? Se é um drama social, o autor nos enganou a todos, retendo os elementos da discussão. Se é um melodrama, para que tantos disfarces?

À direção a peça impõe a difícil tarefa, realizada com eficiência por Ivan de Albuquerque, de dar ao esquema convencional uma aparência reconhecivelmente humana. Os atores, sem exceção, compuseram seus personagens de modo a fazer com que o público não só reagisse corretamente à eficácia artesanal do autor mas também acreditasse nêles, apesar de todos os raciocínios em contrário. *

literatura

José Guilherme Merquior

O DECLÍNIO DA AURA, I

Walter BENJAMIN (1892-1940) foi um filósofo alemão cujos ensaios sôbre temas estéticos, sòmente difundidos há uns 4 anos, são de uma importância radical no campo do pensamento verdadeiramente nôvo. Mesmo quando comparado a outros pensadores de grande vulto na estética moderna, a um Lukács, a um Caudwell, a um Cassirer, Benjamin parece como que mais bàsicamente nôvo, não por espírito gratuito de novidade, mas porque, com êle, não são apenas os conceitos estéticos que se modificam na tentativa de interpretar uma arte presente e a arte passada em função de agora — são as próprias "preliminares" da reflexão estética que são

discutidas; e o que se examina, são as próprias condições materiais do ato de produção e de recepção da arte, até que se possa ver onde a sociedade moderna os alterou e se, nessa modificação, ainda é possível traçar sequer uma "estética" no sentido tradicional.

Talvez o mais interessante conceito manejado por Benjamin dentro dêsse tipo de investigação seja o de **aura**, especialmente elaborado em **A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica** (edição francesa em **Oeuvres Choisies**, Julliard, 1959). Aura é "a aparição única de uma realidade longínqua". A aura nasce das origens rituais religiosas da obra de arte, a êsse tempo só relativamente estética, e na verdade sagrada. Representação do divino, do transcendente, a obra (p. ex., uma estátua de um deus) remete, do seu estar aqui, a uma realidade longínqüa. Ao mesmo tempo, obra única, manifesta-se por uma aparição também dotada de unicidade e de irrepetibilidade, ao menos no sentido de que aquela estátua é uma, em um templo, e é preciso chegar até o seu lugar para poder vê-la. Dessa maneira, o contato do "espectador" com a obra é também de tipo ritual, possui algo de sagrado. A contemplação não é para êle alguma coisa que êle possa reduzir a uma rotina cotidiana. Não contempla quando quer e bem entende e, ao contrário, dispõe-se para isso a viver um momento especial. Quando a arte se profanou, perdendo o sêlo estritamente religioso, nem por isso deixou de apelar a uma recepção ritual. Porque, agora, se é verdade que não recorria pròpriamente a um além-divino, exigia assim mesmo do espectador tôda uma rêde de associações culturais e, ainda que não, uma atitude semi-religiosa que a convenção chamou em boa hora de "culto" à Beleza. Tanto o refinado diletante quanto o menos preparado homem médio se postavam diante da obra nessa atitude que consistia, antes de tudo, em reconhecer seu valor único, seu solene silêncio convidando ao preenchimento de significações com base em todo um entretecer de associações culturais: era a obra, resolvida, enquanto comunicação, em plena tradição.

Vejamos agora, sempre segundo Benjamin, o que aconteceu quando surgiram as técnicas de reprodutibilidade da obra de arte, a imprensa, a litografia, a fotografia e o cinema: as técnicas responsáveis por êsse fenômeno de extraordinária repercussão que se resume na perda da unicidade da obra. Benjamin percebeu quanto importa, já não sòmente na área de seu valor comercial, mas precisamente na área do valor que lhe atribuímos estèticamente, o fato de a Vênus de Mílo ser uma peça **única**, a exigir, por isso mesmo, uma contemplação especial que é até (na maior parte dos mortais que, já privilegiados, tiveram oportunidade de contemplá-la), muitas vêzes, também única. Ao contrário, na sua materialidade, não há filme, nem foto, que seja sagrado, que reclame contemplações especiais. Reverente, contemplo a Vênus de Milo: momento único de minha vida, no qual, através de mil informações (o prestígio da Vênus de Milo!) chego enfim a poder vê-la, motivado a uma conduta quase sagrada. Mas, sem reverência nenhuma, pego do jornal cada manhã, onde à toa, sem sentir nenhuma aura em tôrno dela, contemplo as fotos do dia, as mesmas fotos igualmente acessíveis a todos os outros.

Dirão alguns que eu troco as bolas, que Benjamin está confundindo, para efeitos de um contraste de comportamento estético, a inestimável Senhora de Milo e uma vulgar foto jornalística. Mas não é êsse, verdadeiramente, o nosso ângulo. Não estamos supondo uma equiparação entre a valiosíssima estátua antiga e a simples foto de reportagem. Tão sòmente acreditamos que, fora das relações materiais, concretas, do ato de recepção estética, tal como tenha sido atingido e alterado pelas condições de vida, modernas, o próprio valor da Vênus de Milo perde tôda a densidade e, por conseqüência, uma estética, que o pense assim, será seguramente uma abstração. Nosso trabalho, muito mais complexo, é verificar por que é possível ainda estimar a tradição artística, cercada de aura, num tempo onde a produção de massa colocou a obra reproduzida a mão, à qualquer hora; e, mais gravemente ainda, como e por que uma arte nova, para vencer, tem de partir dêsse fato ainda que seja para lhe dar todo um outro sentido. Continuaremos. *

música

Nélson Lins de Barros

TROVADORES E JOGRAIS

(Quinto de uma série de artigos sôbre os problemas da música através de sua história).

De modo que era essa a situação da música ocidental até os meados dessa época atribulada e renovadora que foi a Idade Média. A Igreja tentava de tôdas as maneiras uniformizar, universalizar e impor sua música ritual. Mas a música não poderia ficar estática numa sociedade dinâmica. A igreja conseguiu realmente êsse objetivo com a codificação dos chamados Cantos Gregorianos no fim do oitavo século, mas foi uma vitória artificial porque não pôde evitar que surgisse, à sua sombra e à sua revelia, a música polifônica. O advento da polifonia foi um dos maiores saltos na história da música. Com êle abriu-se o período Gótico. Mas a cristalização dêsse período, tão representativo do apogeu da Idade Média, não estaria completa sem a contribuição decisiva da música das cidades e dos castelos, de origem popular.

Essa música surgiu nos campos da Provença. A França foi um dos países onde o feudalismo desenvolveu-se mais ràpidamente e de maneira mais típica. Já sob o domínio dos Merovíngios apareciam as comunas rurais seguidas pelo fortalecimento da nobreza militar. Com o desmembramento do Império de Carlos Magno, no início do nono século, foram estabelecidos definitivamente os feudos, com sua sociedade dividida entre servos e senhores. Foi nessa sociedade feudal, à sombra dos castelos e crescendo junto com as pequenas cidades rurais, que surgiu, na Provença, a música que iria contribuir, junto com a música polifônica, na culminação da arte musical gótica: a ARTE NOVA.

Essa arte provençal, criada pelos trovadores a partir do décimo



primeiro século, de origem popular, desenvolveu-se nos castelos medievais e juntamente com êles adquiriu as principais características dessa sociedade. Os primeiros trovadores conhecidos não eram homens do povo. Mas isto não quer dizer que sua arte não tenha vindo do povo. O povo não sabia escrever. Mas sabia cantar e improvisar versos, como os nossos cantadores nordestinos. É preciso não esquecer que os senhores dos castelos também não sabiam ler ou escrever, na maioria dos casos. E que não havia muita separação física entre êles e os servos, como não há também muita separação física entre os nossos nordestinos e os atuais coronéis.

Sòmente à proporção que os castelos foram ganhando em riqueza e domínio é que a arte dos trovadores foi ganhando em refinamento. Por exemplo, os "trouvères", trovadores que surgiram no norte da França, num período posterior e numa região mais rica, produziram uma arte de maior nível intelectual. Mas a música e a poesia dos trovadores tinham características indiscutìvelmente populares. A música, livre das prisões eclesiásticas tinha a pureza e a fôrça das expressões autênticas. E essa liberdade era possível pela poesia, a ela interligada, sem as restrições das estruturas de ritmos internos. Mas a poesia ganhava em musicalidade pela introdução da rima. As formas, também de raráter popular, variavam entre as épicas "chansons d'histoire", contando feitos heróicos em grande número de versos e repetidas frases melódicas, as "sirventes", canções sôbre os nobres ou contra os inimigos, os "tensons", canções de debate, os "jeux» partis", canções sôbre política ou disputas (em forma dialogada), as "pasteurelles", canções sôbre episódios rurais, as "ballades", "estampies", "rondeaux", etc., canções acompanhadas por dança e, naturalmente, as canções de amor.

A arte dos trovadores era apresentada pelos jograis e menestréis. A principal diferença que havia entre êles é que os jograis eram artistas itinerantes e os menestréis eram artistas empregados nas côrtes ou comunidades medievais. Os nomes porém se confundem às vêzes. No fim da Idade Média chamava-se geralmente a êsses artistas, menestréis enquanto na época dos trovadores eram chamados de jograis.

Os jograis, na verdade, existiram desde muitos séculos antes do aparecimento dos trovadores. Êsses artistas profissionais itinerantes já eram conhecidos desde os tempos de Roma. Entretanto nada se sabe dêles, durante o princípio da Idade Média, a não ser sôbre os decretos eclesiásticos contra suas atividades profanas.

Ao contrário dos trovadores e "trouvères" que eram artistas avia preconceito contra o trabalho), madores por serem da côrte (haos jograis e menestréis eram artistas profissionais. Os jograis foram sempre solicitados em tôda parte e para tôdas as ocasiões desde um festival de côrte às festas de rua, desde um torneio de cavaleiros ao casamento de camponeses. Até mesmo a Igreja, que lhes fazia guerra mortal, admitia-os extra-oficialmente nos mosteiros.

Suas habilidades artísticas eram as mais variadas. Recitavam, cantavam, dançavam, tocavam instrumentos, contavam histórias, praticavam números de acrobacias, faziam truques de mágica e apregoavam as últimas notícias. A êles se deve a remanescência da arte e dos costumes folclóricos medievais.

A arte dos trovadores provençais influenciou tôda a Europa. Na Alemanha, chamados "Minnesingers", e muito tempo depois "Meistersingers", os trovadores desenvolveram uma poesia e uma música também de caráter folclórico, com um mais profundo sentimento de amor e um sentido religioso mais místico do que cristão. Na Itália o movimento produziu os "Laudi", canções religiosas e os "Madrigais" (não confundir com os Madrigais da Renascença) e na Espanha e Portugal, as "Cantigas".

A arte dos trovadores teve grande importância no movimento da música medieval. Além da contribuição melódica e poética, introduziu o ritmo binário, desconhecido das músicas sacras da época, abriu as fronteiras para a música instrumental e de danças, criou inúmeras formas musicais e finalmente deu todos os elementos artísticos para o estabelecimento da música erudita não religiosa, daí por diante.

MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

DO ATELIER DE ARQUITETURA

BERNARDO DE FIGUEIREDO



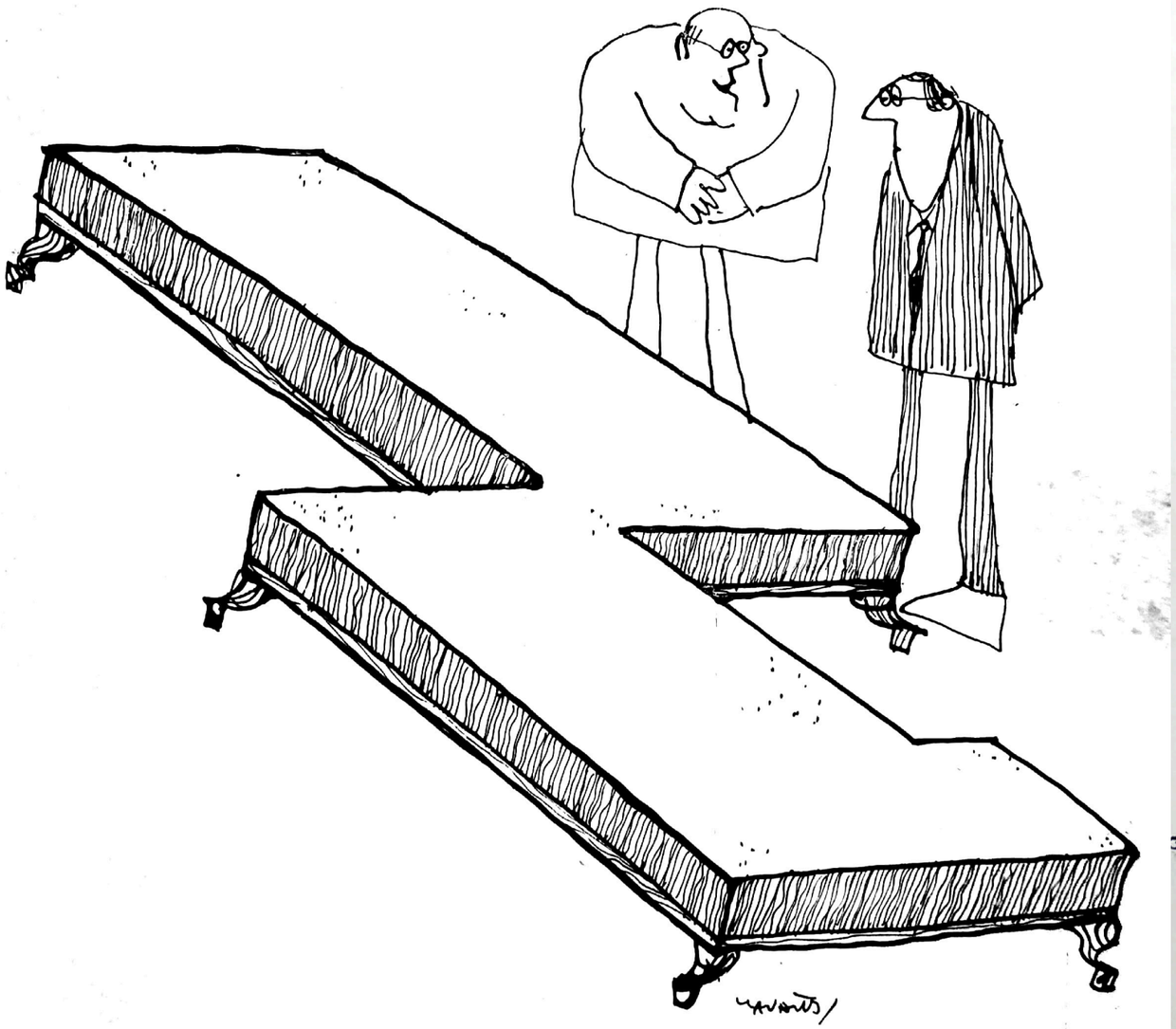
RIO — EXPOSIÇÃO E VENDAS — Chica da Silva

av. copacabana, 1146 - tel. 27-0700 - aberto todas as noites até 22,30 hs.

SÃO PAULO — REPRESENTANTE • SPRENGEL •

praça franklin delano roosevelt, 235 - tel. 34-2917 - centro - horário comercial

Êste é de nossa linha popular: cama de casal para apartamento tipo cachimbo.



Elementos construídos nos jardins

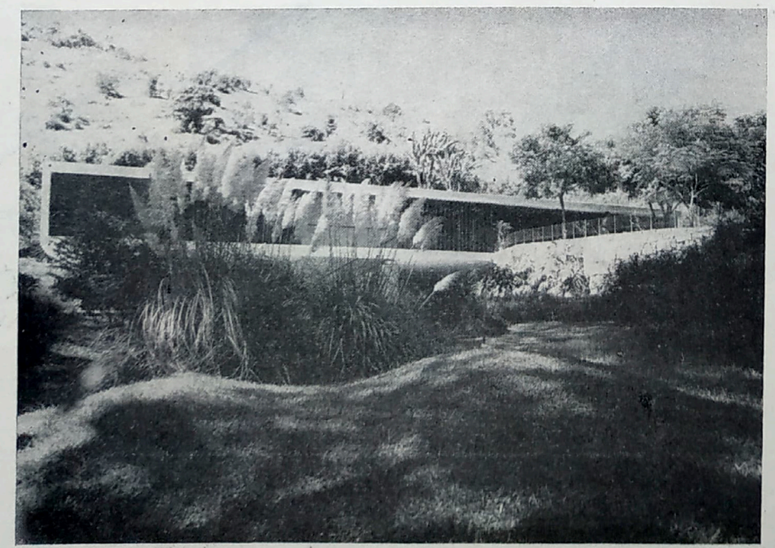
Witt-Olaf Prochnik

Nosso conceito consciente do mundo como percebido pelos órgãos visuais, tem sofrido uma constante transformação. Cada vez mais nos encaminhamos para uma unificação dos problemas de paisagismo com os arquitetônicos, do desenho de objetos industriais com o das artes mais "desinteressadas", tais como pintura, escultura e outros setores de pesquisas formais, até o campo do desenho de áreas urbanas. Assim como na escala biológica onde se interpenetram e se confundem o animal com o vegetal e até o vivo com o não vivo, ou, no campo das ciências onde a diferenciação entre químico e biológico tornou-se pouco nítida, o âmbito de ação do paisagismo alcança os extremos mais aparentemente heterogêneos. Desenhar um banco bem proporcionado, perfeitamente adequado às suas finalidades e integrado formalmente ao conjunto de jardim — resolver a planta funcional de um parque de recreação para a velhice — selecionar ou projetar um elemento escultórico para logradouro público — são exemplos ao acaso que mostram a variedade de oportunidades de expressão contidas nos problemas paisagísticos — contemporâneos.

Vamos portanto verificar algum dêstes elementos construídos cuja importância cresce dia a dia como desenvolvimento de novos elementos de recreação, o aumento das horas de lazer e a diluição das fortunas particulares que induziram o aparecimento de parques, tais como os jardins italianos da renascença, os parques inglêses e outros.

Entretanto ao constatar essa tendência, cujos exemplos são fáceis de perceber na própria cidade do Rio, onde belos jardins particulares como o da chácara Henrique Lage, do Parque Guinle, da Quinta da Boa Vista, são retalhados paulatinamente — devido ao aumento dos custos de manutenção, das taxas e impostos e a modificação do próprio sistema de vida — ou nos Estados Unidos em que grandes áreas das famílias Dupont, Mellon, Rookfeller — são doadas às comunidades — não se pode deixar de frisar a importância do aspecto por assim dizer "bucólico" que representam estas áreas. A urbanização crescente em todo o mundo, possibilitando uma repartição melhor das facilidades do equipamento social concentrado nas cidades, oferece, em contrapartida obstáculos crescentes à necessidade de contacto com os elementos naturais.

Numa palestra de Roberto Burle Marx, foi bem definido êste conceito



Jardim em Petrópolis, para uma residência, Projeto do Arq. Sérgio Bernardes. — A modelação do terreno, a fim de criar uma oposição ao seu declive natural, é um elemento construtivo ao dispor do paisagista.

de jardins. A barca superlotada de Paquetá, a venda histérica de lotes pequenissimos em praias e serras longínquas a prestações mínimas, as varandas mirins cheias de latas, plantas nos casebres das favelas, comprovam o sentido humano do mesmo: "Jardim é uma seleção cuidadosa de certos aspectos da natureza (água, pedras, árvores e folhagem), ordenados pelo homem. É o lugar onde êste pode estar em contacto com plantas. Nos jardins a planta é o elemento dominante — é o principal ator, escolhido e colocado não mecânicamente mas a fim de produzir no espectador um estado de prazer visual, de exaltação constante ou de deleite estético".

A planta é portanto o nosso primeiro material de construção — o primeiro elemento construtivo do jardim. Entretanto há espaços que podem ser resolvidos sem o emprêgo de plantas — a praça de S. Marcos em Veneza — um problema de espaço livre excelentemente solucionado pelo ajustamento adequado dos volumes que o circundam adequado dos volumes que **o circundam ao seu interior** — ou o jardim de tio recoberto de areia, no qual grupos de pedras exercem uma missão verdadeiramente musical, oferecendo a calma do conjunto um contraste acolhedor com a vegetação densa situada extramuros.

Assim, no conceito de Branda Colvin os problemas paisagísticos tem por escopo a paisagem total que cerca o homem. Ou, nas palavras de Garret Eckbo — arquitetura paisagista compreende a parte da paisagem que é: 1) desenvolvida ou formada pelo homem; 2) o que vai além dos prédios, vias de comunicação ou construções de várias finalidades, e até a natureza selvagem; 3) tudo que fôr projetado para ser utilizado primordialmente pelo homem — desde que não para agricultura, silvicultura etc.

Aparece em conseqüência o conceito de "townscape" — paisagem urbana — em complemento a "landscape": "paisagem natural"; e todos os seus numerosos detalhes: pisos, passeios, fios elétricos, postes de luz, anúncios, hidrantes, tampões, corrimões, pavilhões, quiosques, nos quais o acaso, ou talvez a falta de preconceitos nos oferece muitas vêzes detalhes originais, bem proporcionados à escala humana.

A integração de elementos construídos em trabalhos paisagisticos apresenta, portanto, características dinâmicas e nada melhor para expressar o objetivo dêste trabalho, do que as palavras seguintes, emprestadas de Mies van der Rohe:

"...Assim como conhecemos os materiais e como devemos compreender as funções, temos de nos familiarizar com os fatôres psicológicos e espirituais de nossos dias.

Nenhuma atividade cultural é possível de outra forma; porque nós somos dependentes do espírito de nossa época.

Por isso devemos compreender as motivações e as fôrças de nossa época e analisar a sua estrutura de três pontos de vista: o material, o funcional e o espiritual.

Precisamos de tornar claro quais os aspectos nos quais a nossa época difere de outras e quais aquêles em que é similar...

...Cada decisão conduz a um tipo especial de ordem. Precisamos portanto tornar bastante claro que princípios de ordem são possíveis e clarificá-los.

O longo caminho, do material para a função, através do trabalho criador tem como um único objetivo: criar ordem no caos desesperado do nosso tempo.

Temos que ter ordem dando a cada coisa o seu lugar próprio e o seu valor devido de acôrdo com a sua natureza".

No século VII A.C. Sargão II decidiu construir em Ninive um "imenso parque", réplica dos montes de Emanus, no qual aparece uma coleção de plantas das costas do Mediterrâneo. É um dos primeiros jardins de que se tem notícia, predecessor por um século da obra de Nabucodonosor — composta de terraços superpostos, na tradição da arquitetura babilônica, para cujo tôpo cadeias sem fim levavam água que irrigava por gravidade os terraços e era escoada por um sistema complicado de drenagem subterrânea: os "jardins suspensos da Babilônia".

No Egito encontramos amplos espaços ajardinados, quase sempre murados, formando contraste com a paisagem causticante. Havia grandes canais centrais, às vêzes com cento e trinta metros de comprimento como em Tell Amarna, onde os reis e poderosos passeavam de barco. Encontravam-se phoenix, ciprestes e plantas aquáticas.

Na Grécia, embora tenha havido uma forte tendência a preservar a natureza, em oposição a tentativas de sua recompilação ou reprodução, aparece o primeiro Jardim Botânico, com Teofrasto. Os jardins romanos, de influência religiosa, nasceram freqüentemente como transposições para o ar livre de pinturas representativas da vida dos deuses, onde estátuas de ninfas, pequenos templos e passeios e colunatas constituíam os elementos construídos. Nos pátios domésticos os elementos mais dominantes: lagos, lugares de banho e encontramos oleandros, rododendros, plátanos anões etc.

Os jardins persas se caracterizavam pela presença central de um ou mais lagos ou canais; com fundos revestidos em mosaicos coloridos, pavilhões de recreio também profusamente detalhados, o jardim persa representava uma verdadeira reprodução do paraíso — que na concepção maometana era um jardim. Massas de flôres como tulipas, íris e rosas, muitos séculos antes de terem sido conhecidas na Europa alinhavam-se às beiras dos pisos de mármore e mosaico que circundavam os lagos. Uma mureta e após — uma densa vegetação luxuriante completavam o enquadramento onde a água, fator dominante, era igualmente utilizada como elemento de amenização do clima.

Os pátios das edificações medievais e nos castelos e nos mosteiros, eram empregados para cultivo de plantas medicinais; observamos canteiros altos, quase sempre um poço ou fonte no centro. O jardim de la Rose, inspirado nas histórias do rei Arthur, e a construção de um labirinto na Alemanha, foram dois momentos de transição para os jardins renascentistas, marcando a diminuição do ascetismo e o aparecimento das grandes fortunas particulares. Miniaturas de animais para aterrorizar os visitantes e símbolos religiosos foram outros elementos construtivos característicos desta época. Lugar de lazer, de recreação e de afirmação de poderio do seu proprietário, os jardins italianos da renascença foram dignos dos grandes arquitetos: Miguel Ângelo, Paladio, Vignola e outros. A presença de "grottos", o emprêgo de grandes perspectivas, bastando exemplificar com o projeto de Miguel Ângelo de construir uma ponte sôbre o Rio Tibre de estender ao infinito a perspectiva da Vila Farnese, o elemento água empregado com certa majestade e elementos escultóricos e arquitetônicos como grandes esplanadas pavimentadas, escadarias, etc.

O jardim do barroco francês expressa a centralização do poder, a monarquia absoluta. André Le Notre construiu os jardins do palácio de Fouquet e depois Versailles. Temos em Nancy três praças interligadas, onde colunatas duplas constituem um elemento de ligação com a arquitetura e limitação do espaço. Bernini, arquiteto do Papa, na praça de S. Pedro, previu inicialmente a colunata totalmente fechada. Na Inglaterra, temos os Crescentes de Bath, onde casas conjugadas em formas sinuosas delimitam espaços ajardinados. Posteriormente em reação à geometrização francesa aparecem na Inglaterra os grandes gramados com caminhos sinuosos, árvores colocadas assimètricamente e a influência do extremo oriente. Grutas à moda italiana, muros como elementos de separação, tendo na base massas compactas de flôres. *

DESTAQUE

MICHELANGELO ANTONIONI E A ARQUITETURA

A Cinematografia Contemporânea vem sendo enriquecida, pelo trabalho ímpar do cineasta Michelangelo Antonioni.

A par das inúmeras qualidades cinematográficas louvadas pela crítica especializada, encontramos em todos os seus filmes, e mais vivamente nos recentes, uma preocupação acentuada com a arquitetura e com os ambientes de suas histórias. Em recente entrevista Antonioni afirmou: "Realmente sou fascinado pelo "decór". A arquitetura moderna é o fundo cultural das histórias modernas. Por isso, tôdas as minhas imagens devem ser modernas. Quero fixar a relação que se processa entre os personagens e os lugares onde êles vivem".

A declaração confirma com precisão a sua formação de arquiteto e a perfeita visão que Antonioni possui do relacionamento entre o Homem e a ambientação física que o envolve, já demonstrada em suas obras.

ALB.

PRÊMIOS PARA ARQUITETOS

O deputado Paulo Duque (PR) enviou à Assembléia Legislativa um Projeto de Lei instituindo os "Prêmios Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Sérgio Bernardes a serem distribuídos bienalmente aos mais belos edifícios do Estado da Guanabàra". O IAB-GB colaborando com a iniciativa do deputado carioca, enviou-lhe as seguintes observações:

"A propósito do Projeto de Lei n.º 112 de 1963, apresentado por Vossa Excelência à Câmara de Deputados e que "institui os prêmios Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Sérgio Bernardes a serem distribuídos bienalmente aos mais belos edifícios do Estado", desejamos, em nome do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara, e louvando a iniciativa de Vossa Excelência, fazer os seguintes comentários e sugestões:

Não é praxe, instituir-se quaisquer premiações com dotações estatais, levando os nomes de personalidades vivas e atuantes, por maiores que sejam os seus méritos. Somos mesmo levados a crer, pelo que conhecemos da maneira de ser dos arquitetos a que se pretende homenagear, que êstes se sentiriam deveras constrangidos com a honraria proposta. Isto sem contar com o aspecto discriminativo que haveria contra os mesmos, uma vez que se veriam impedidos de concorrer às premiações previstas, o que não nos parece justo, ainda mais por se tratar de profissionais em plena pujança de suas atividades criadoras.

Êstes tipos de premiações só são usuais quando a iniciativa dos prêmios e as doações financeiras correspondentes são de autoria daqueles que lhes emprestam o nome. Há o caso de certos prêmios de arte que levam o nome de firmas comerciais ou mesmo de pessoas físicas que desejam contribuir generosamente para o aprimoramento dos artistas. No caso presente, parece-nos que o mais interessante seria transformar a idéia no sentido de instituir-se uma Exposição periódica de arquitetura no Estado da Guanabara, com as premiações de praxe.

A êste respeito existe o projeto de lei n.º 388/60 apresentado à antiga Câmara dos Vereadores, em 17 de março de 1960, pelo falecido vereador Christiano Lacorte que "Institui a Exposição Bienal de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal e cria a Comissão Diretora das Exposições de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal".

Tal projeto de lei, cujo avulso segue anexo, infelizmente não teve prosseguimento devido à morte prematura de seu autor.

Assim sendo, em nome do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara, tomamos a liberdade de sugerir a Vossa Excelência que examine o projeto de Christiano Lacorte, encarando a possibilidade de apresentar um nôvo projeto de lei, dentro dêste espírito e em substituição ao projeto n.º 112/63.

Desde já o Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara coloca-se à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos e colaboração, podendo estar certo o no-

bre Deputado que a classe dos arquitetos fica desde já credora de Vossa Excelência, pela iniciativa desinteressada de prestígio e incentivo que pretendeu dar à mesma com o projeto 112/63 e que poderá efetivar-se de maneira muito mais ampla, se levada adiante dentro da linha de pensamento aqui exposta. *

Sem mais no momento, aceite as saudações cordiais de

Maurício Roberto
Presidente".

"O JORNAL"
E O CONGRESSO DE HAVANA

O matutino carioca "O Jornal", publicou em suas edições de 29 e ..... 30/6/63, notas tendenciosas, deformando por completo o caráter do próximo Congresso Internacional da UIA a realizar-se em Havana no próximo mês. O presidente do Conselho Superior do IAB, enviou ao Redator-Chefe de "O Jornal" um ofício esclarecedor:

"A propósito das notas divulgadas na Seção FATOS E NOMES dêsse jornal de 29 e 30/6/63, vimos a público, esclarecer alguns fatos e conceitos ali emitidos, a fim de melhor informar os leitores dêsse importante órgão da imprensa brasileira.

1. A U.I.A. — União Internacional de Arquitetos — é uma entidade internacional que congrega os órgãos de classe dos Arquitetos de 79 países. Não tem absolutamente caráter nem côr política e trata de assuntos que dizem respeito aos Arquitetos e, por conseguinte, à Arquitetura e Urbanismo, através de Comissões de Estudos, Congressos Internacionais, Assembléias, Jornadas, etc. Não tem, portanto, nenhum fundamento a afirmação de que "é órgão de fachada dos PC".

2. A U.I.A. tem sua sede em Paris; é órgão consultor da U.N.E.S.C.O., e foi fundada em 1948, quando se deu seu primeiro Congresso, cuja relação completa, é a seguinte:

U.I.A. — I CONGRESSO — Lausanne — Suiça
U.I.A. — II CONGRESSO — Rabat — Marrocos
U.I.A. — III CONGRESSO — Lisboa — Portugal
U.I.A. — IV CONGRESSO — Haia — Holanda
U.I.A. — V CONGRESSO — Moscou — URSS
U.I.A. — VI CONGRESSO — Londres — Inglaterra

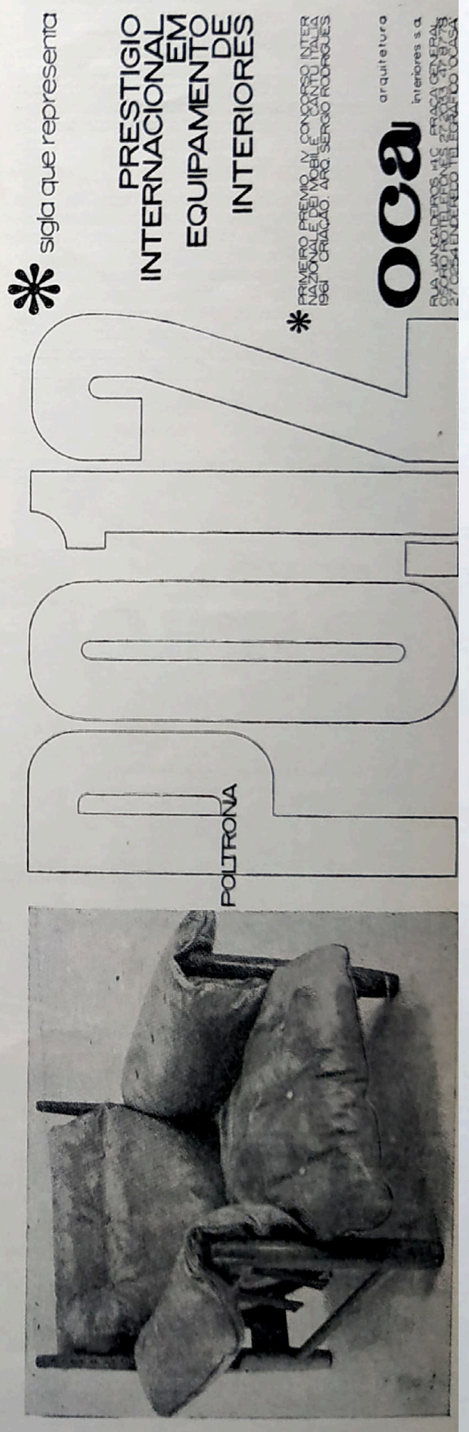
e finalmente, o VII Congresso que se realizará em Havana — Cuba — de 29/9 a 3/10/63. Como se observa, os Congressos se realizaram nas mais diferentes cidades do mundo e cumpre observar que, por norma, as sedes dos Congressos são determinadas em Assembléias de Congressos anteriores; assim, no exemplo do caso do VII, foi escolhida Havana, por ocasião da 4.ª Assembléia Geral em Lisboa em 1959. Não havendo, portanto, nenhuma relação entre o VII Congresso e o "regime vigorante em Cuba". Cumpre notar que, a seguir a reunião de Havana, e constante do Programa do VII Congresso, se realizam as "Jornadas de Arquitetos" na Cidade do México, que será também sede da sua VIII Assembléia Geral.

3. O I.A.B. — Instituto de Arquitetos do Brasil, entidade de classe dos Arquitetos do Brasil, Seção Brasileira da U.I.A., órgão federativo composto de Departamentos e Delegacias, não tem, por determinação estatutária, côr nem propósitos políticos ou partidários. Seus propósitos são a defesa da profissão do Arquiteto e os supremos interêsses da Arquitetura e Urbanismo, servindo muitas vêzes como órgão de consultas dos governos federal e estaduais. O I.A.B., nesta condição, se fará representar no VII Congresso, cujo temário é o seguinte: "A ARQUITETURA NOS PAÍSES EM VIA DE DESENVOLVIMENTO" que se desdobrará com as seguintes seções: a) Planejamento Regional, b) A Habitação, c) Técnicas Construtivas e d) Unidade de Vizinhança. Como vemos, o temário não apresenta nada que possa ser considerado "subversivo".

4. Quanto ao "projeto para a Vitório de Giron" mencionado, trata-se de um Concurso Internacional, como muitos outros, patrocinado no caso, pela U.I.A. e promovido pelo Govêrno Cubano, para um Monumento Nacional à Vitória de Playa Giron que se encerra a 31/7/63, e cuja única coincidência com o VII Congresso é a data dos resultados do julgamento por ocasião do mesmo, devido a all se encontrarem os membros do Juri e altas personalidades da Arquitetura. *

Pedindo a V.S. a gentileza da publicação desta nota, na mesma seção, agradecemos desde já.

(a) Paulo Antunes Ribeiro
Secretário Geral



REFORMA URBANA

Acaba de realizar-se no Hotel Quitandinha, a primeira etapa do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, que estêve estudando o grave problema da carência habitacional no país e estudando o traçado de uma política nacional de habitação.

Êsse problema é tanto mais sério quanto as estatísticas demonstram que pelo menos 25% de nossa população — uma massa de quase 20 milhões de pessoas — não tem moradia com o mínimo de condições exigidas não tanto pelo confôrto como pela própria civilização moderna. Em outras palavras, vivem como homens pré-históricos.

Essa miséria habitacional verifica-se ao mesmo tempo nos meios urbanos e nos meios rurais. Quando se fala em reforma urbana, o conceito deve estender-se abrangendo a questão de moradia, de modo geral, seja nas cidades seja nos campos.

Nas cidades, sobretudo nas de tipo metropolitano, os grandes aglomerados conhecidos como "favelas" são um triste índice de miséria e de insalubridade, contribuindo inclusive para a proliferação do crime, propiciado pelo meio ambiente. Nas zonas rurais, as tristes palhoças anti-higiênicas (que, segundo Monteiro Lobato, fazem rir o João de Barros) são o refúgio das moléstias endêmicas, com sua criação de "barbeiros" e outros insetos patogênicos.

No Seminário realizado em Quitandinha, chamou-se a atenção para êsse problema, sugerindo-se medidas de emergência para minorar o deficit espantoso de residências no país e melhorar o índice habitacional no país, tanto quantitativa como qualitativamente.

Foi sugerida inclusive a criação de uma Superintendência da Política Urbana (SUPURB), semelhante à SUPRA e à SUDENE, para elaborar um Plano Nacional Territorial e um Plano Nacional de Habitação, coordenando tôdas as medidas necessárias à busca de uma solução satisfatória no mais breve tempo possível.

É bom que se esteja logo cuidando disso. Afinal, não são apenas os palácios de Brasília que monstram o índice de civilização de um povo. É preciso ver onde êsse povo mora, se tem onde morar e em que condições o faz. É uma questão fundamental.

Diário de Notícias, 28-7-1963

A REFORMA URBANA

Os arquitetos reuniram-se em Seminário para estudar o problema de uma reforma urbana. Discutiram a Lei do Inquilinato, acusaram-na de responsável pelo encarecimento da moradia através da supervalorização dos terrenos. E concluíram pela necessidade de um exame do assunto em profundidade. É certo que não chegaram a propor a convocação de poetas, como na antiguidade se fêz em Roma, para contar a doçura da vida campestre e atrair para o interior as massas que se amontoavam na cidade grande e punham em risco as suas condições de sobrevivência. Mas, também, afora a referência ao caso da supervalia das áreas, nada mais disseram que conduzisse a uma solução racional da crise em que nos debatemos. De qualquer maneira, porém, abriram caminho a uma discussão oportunissima que demonstre a grave realidade que defrontamos com a carestia vertiginosa da locação imobiliária.

Deixemos de lado a legislação de emergência que dura há mais de dois decênios e dá a impressão de medida definitiva com adaptações às circunstâncias, sempre contra o inquilino e detenhamo-nos no que importa à questão: não é mais possível a população ter de pagar pelo aluguel da moradia mais de metade do que ganha para a totalidade de suas despesas, quando em parte alguma do mundo civilizado semelhante fenômeno se observa. Temos de agir no sentido de estabelecer uma norma lógica para a cobrança do aluguel, antes que o povo seja levado ao desespêro por falta de recursos para pagamento de um teto. O crescimento vertiginoso das favelas, para onde já correm numerosos elementos da classe média, é um sinal de alarma que os legisladores brasileiros precisam não perder de vista, para uma providência urgente.

Os arquitetos, que conhecem de perto o que se passa com as construções, sabem que os cálculos para os preços de locação não se fazem sôbre bases verdadeiras, e sim com majorações artificiais que sobem a mais de duzentos por cento acima do custo do metro quadrado construido. Centenas de edifícios que se ergueram há dez anos, e representam um capital antigo, são colocados em pé de igualdade com os novos e que custaram o dôbro, embora os proprietários lhes quadrupliquem o valor. Nada disso está certo, e a administração está no dever de intervir contra as atividades dos que enriquecem ilicitamente com o sacrifício do maior número.

A Notícia — 6-8-1963

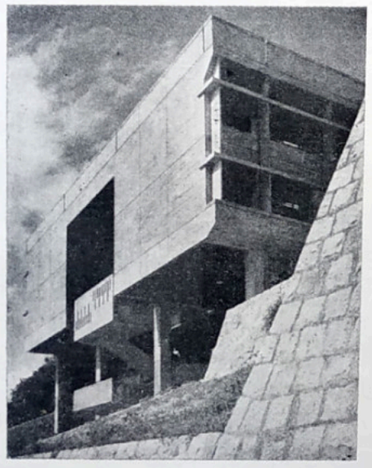


Notícias

PRÊMIO INTERNACIONAL A KUNIO MAEKAWA E JEAN PROUVÉ

A Comissão da UIA, composta por: Sr. Robert Matthew, presidente do RIBA e presidente da UIA; prof. Maté Major, presidente da União de Arquitetos Húngaros; James Richard, redator-chefe de "Architecture Review" (Londres); prof. Alfred Roth, professor da Escola Politécnica de Zurich e redator-chefe de "Werk" (Suiça); e Pierre Vago, secretário-geral da UIA, concedeu o prêmio Augusto Perret ao arquiteto japonês Kunio Maekawa e ao técnico de construção francês Jean Prouvé.

Em seu pronunciamento a Comissão afirmou que "a contribuição crescente



do Japão à evolução da Arquitetura Contemporânea é grandemente devido à inspiração e a obra exemplar de Maekawa. Êle é um dos maiores responsáveis pelo alto padrão profissional de seu país e suas obras vêm demonstrando novas possibilidades de expressividade plástica do concreto armado".

Em relação a Jean Prouvé ficou dito que "sua contribuição é pioneira, na solução dêste complexo problema da criação de grande variedade de elementos metálicos para produção em série, de alta qualidade técnica e estética. Muito cedo reconheceu Jean Prouvé a necessidade de racionalizar a construção e de introduzir novas técnicas construtivas e métodos industriais".

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS

Resultado do Concurso

O arquiteto Richard Kohn, formado pela Escola de Arquitetura da Universidade do Brasil e estudante em Minas Gerais nos três primeiros anos de sua carreira, foi o vencedor do concurso promovido pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para escolha do projeto da nova sede do Palácio Inconfidência.

Em segundo lugar, classificou-se o arquiteto mineiro Laércio Macedo Gontijo, de Belo Horizonte; e em terceiro lugar o arquiteto Paulo de Melo Zimber, de São Paulo. Pela ordem, os classificados receberão, respectivamente, os prêmios de três milhões, um milhão, e quinhentos mil e oitocentos cruzeiros.

A Comissão Julgadora estava composta dos arquitetos Francisco Bolonha (IAB-GB), Villanova Artigas (IAB-SP) e Mauro Gomes da Silva (IAB-MG).

CEMCO 63

Os Instituto de Cultura Hispânica e Instituto Eduardo Torroja de Construção, comunicam a abertura do CEMCO-63 — **Curso de Estudios Mayores de la Construcción,** destinado a pós-graduados em Arquitetura e Engenharia dos paises hispanoamericanos. A matrícula está limitada a 50 alunos (25 engenheiros e 25 arquitetos) e custa 3.000 pesetas. A duração do Curso será de 1.º de outubro de 1963 a 15 de junho de 1964 dividido em três periodos letivos, além das viagens de estudos.

Os interessados deverão dirigir-se ao Diretor do Instituto de Cultura Hispânica de Madrid — Av. de los Reyes Catolicos, Ciudad Universitaria, Madrid, anexando seus "curriculum Vitae".

DIVULGAÇÃO

A direção dos Diários Associados colocou à disposição do IAB e de todos seus associados, a sua seção especializada em Arquitetura, Engenharia e Urbanismo.

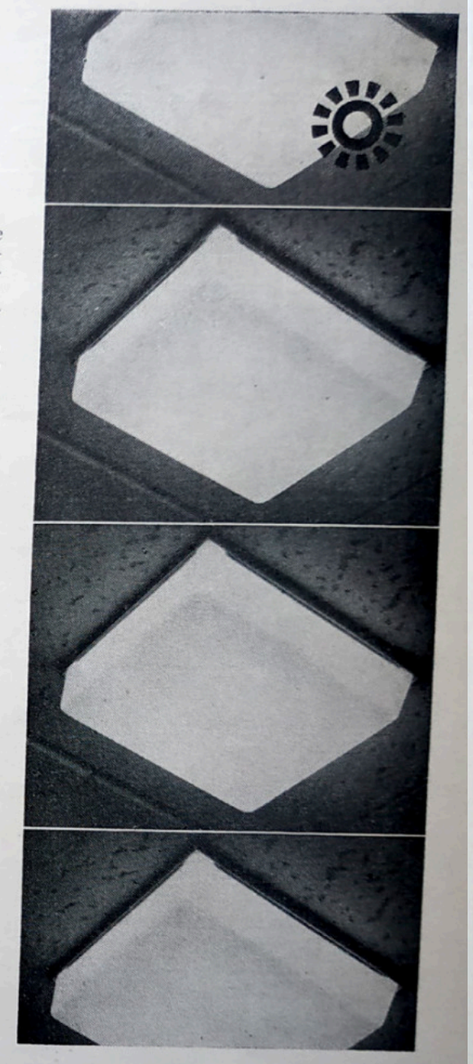
Obras de maior significação, informações técnicas, e tudo que se relacione com o nosso exercício profissional poderá ser enviado para: Edgard Tramujas Vianna, Rua Sete de Abril, 230/4.º andar — Dep. Publicidade — SP.

NOVAS DIRETORIAS DO IAB — 63 - 65

Departamento de Pernambuco

Presidente: José Fernando Nunes de Carvalho; Vice-Pres.: Jorge Bezerra Martins Júnior; 1.º Secretário: Maria Lúcia Motta de Athayde; 2.º Secretário: Lúcia Pereira do Nascimento; Tesoureiro: Gilda Coutinho Pinos.

Conselho Superior: Acácio Gil Borsoi, Marcos Domingues da Silva.



LUMINARIAS "DECORLUX"
LETREIROS LUMINOSOS

DECOR NEON S.A.

departamento de vendas:
av. nilo peçanha 12, grupo 423
Tels.: 22-9079, 42-0549, 52-4838

BANCO IRMÃOS GUIMARÃES S. A.

Rua Alvares Penteado, esquina com a Rua da Quitanda — São Paulo

Filial em São Paulo



Projeto: Arquiteto Ibsen Pivatelli

COMPANHIA CONSTRUTORA

PEDERNEIRAS S. A.

R. BARÃO DE ITAPETININGA, 140 — S/121 — SÃO PAULO

AV. GRAÇA ARANHA, 226 — 5.º ANDAR — RIO DE JANEIRO

A. Nacional: Maurício do Posso Castro, Paulo Gondim Vaz de Oliveira.

Conselho Fiscal: Ilo Lima da Silva Rêgo, Everaldo da Rocha Godelha, Reginaldo Luiz Esteves.

Departamento da Bahia

Presidente: Affonso Baqueiro Rios (reeleito); Vice-Pres.: Benito Sarno; 1.º Secretário: Laert Pedreira Neves; 2.º Secretário: Ary Penna Costa; 1.º Tesoureiro: José Maria Conde Drummond (reeleito); 2.º Tesoureiro: Fernando Spínola Chastinet, reeleito).

Diretores: Juan Ferreira, Carlos Alberto Reis Campos.

Conselho Fiscal: Antônio Carlos Guimarães, Alcebíades Queiroz Barata, Alfredo Borges da Cunha.

A. Nacional — Delegados: Newton Oliveira e Arthur Napoleão de Moraes Rêgo.
Suplentes: Aurelino Telles, Benito Sarno.

Conselho Superior — Delegado: Carlos Maurício Tôrres.
Suplente: Jairo José Farias.

Departamento do Rio Grande do Sul

Conselho Diretor

Diretoria:

Presidente: Irineu Breitman; Vice-Presidente: Edegar Bittencourt da Luz; 1.º Secretário: Militão de Morais Ricardo; 2.º Secretário: Perez Lacher; 1.º Tesoureiro: Newton Silveira Obino; 2.º Tesoureiro: Emilio Adolpho Schlabitz.

Delegados ao Conselho Superior

Titular: João C. Paiva da Silva. Suplente: Alberto Gaspar Ott.

Delegados à Assembléia Nacional

Titulares: Flávio Figueira Soares, Carlos Costa da Gama, Jaime Leventon. Suplentes: Francisco Pedro B. Simch, Luiz Arthur Vallandro, Nilo Berlim.

Conselho Fiscal: Vicente Marsiglia F.º, Rodolpho Siegfried Matte, Ricardo Gomes Perrone.

Delegacia do Rio Grande do Norte

Diretor: João Maurício de Miranda.

RESULTADO DO CONCURSO DO S.T.I.E.E.S.P.

Os arquitetos Zenon Lotujo (IAB-SP) e Ubirajara Ribeiro (IAB-SP) foram os vencedores do Concurso de Anteprojetos para a construção do edifício sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo. Em segundo lugar classificou-se a equipe constituída por Rubens Carneiro Vianna (IAB-SP) e Ricardo Sierves (IAB-SP) e em terceiro Jorge Nasser (IAB-SP). Uma menção honrosa foi atribuída aos arqui-



Primeira linha brasileira de móveis para escritório, dentro do padrão estético contemporâneo, fabricados em série afim de possibilitar o seu barateamento, e funcionais em relação às mais diversas necessidades dos escritórios.



ambiente

Ind. e Com. de Móveis S.A.

Departamento "móveis de escritório"
Praça Franklin Roosevelt 92
Fone 32 0343 São Paulo

ambiente - spazio

participam à abertura de sua loja-exposição à rua Barata Ribeiro 200 F Rio de Janeiro GB

1951

Abertura da primeira loja de móveis e decoração de interiores, para atender à evolução da arquitetura moderna no Brasil.

1953

Apresentação de móveis criados por arquitetos e desenhistas brasileiros e estrangeiros, de renome internacional e introdução do sistema «direitos autorais» nesse setor.

1959

Primeira linha brasileira de móveis para escritório, dentro do padrão estético contemporâneo, fabricados em série afim de possibilitar o seu barateamento, e funcionais em relação às mais diversas necessidades dos escritórios.

1960

Primeiro concurso nacional para desenho de móveis contemporâneos; estímulo aos arquitetos brasileiros para conquistar o terreno do desenho industrial. (Patrocinado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil-Departamento de São Paulo)

1963

Etapa para a industrialização do «bom desenho» de móveis, afim de atingir altos níveis de produção e atender ao constante aumento da capacidade de consumo, criado pelo desenvolvimento.



ambiente

Ind. e Com. de Móveis S.A.

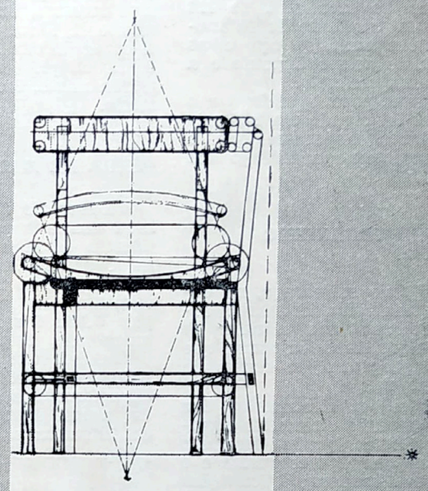
Departamento "decoração de interiores"
Rua Martins Fontes 205-Fone 37 8248
São Paulo



GIANFRANCO
reprodução de obras antigos e modernas

R. Hilário de Gouvea, 66 S.L. 210
rec./tel. 37-5857 (esq. Av. Copacabana)

fatima fatima fatima fatima fatima
fatima fatima fatima fatima fatima



*arquitetura interiores
r. domingos ferreira, 221 - b. GB

tetos paulistas Sérgio Ferro Pereira, Rodrigo Brotero Lefóvre e Waldemar Hermann.

JORNADAS INTERNACIONAIS DE ARQUITETURA

Após o VII Congresso Internacional da UIA, a realizar-se no fim do mês em Havana, os arquitetos de todo o mundo reunir-se-ão na Cidade do México, de 8 a 12 de outubro nas "JORNADAS INTERNACIONAIS DE ARQUITETURA".

NORMAS DE PROJETO E MÉTODOS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

O Diário Oficial (DF) de 6/8/63 publica o decreto n.º 52.147 de 25/6/63 que aprova normas de projeto, métodos de execução de serviços e discriminação orçamentária. As normas e métodos que acompanham o decreto foram organizadas pela Divisão de Edifícios Públicos do DASP. A elaboração dos projetos, especificações e orçamentos, bem como a execução de obras de edifícios públicos, pelos órgãos de administração direta, pelas autarquias federais e as realizadas sob regime de convênio, auxílio ou subvenção, ficarão, daqui por diante subordinadas às prescrições constantes das mencionadas normas e métodos.

ESCOLAS MEXICANAS PARA O BRASIL

Encontra-se no Rio de Janeiro o arquiteto Salvador de Alba, do Comité Administrador do Programa Federal de Construção de Escolas da Secretaría de Educación Publica do México, que foi comissionado para realizar a construção de três unidades Escolas-Habitação rural pré-fabricadas, que o México doou ao Brasil, como uma contribuição simbólica à campanha contra o analfabetismo que é levada a cabo atualmente no Brasil. Os locais para duas das Escolas foram determinados: Brasília, D.F. e Sorocaba, Estado de São Paulo.

PRÊMIO IAB-GB

A premiação anual lançada pelo IAB-GB no primeiro semestre, terá suas inscrições encerradas no dia 30 de outubro próximo. Destina-se não só aos arquitetos, como também a escritores, jornalistas e fotógrafos que tenham se ocupado de assuntos referentes à arquitetura, planejamento urbano e regional, arquitetura e equipamento de interior, paisagismo e desenho industrial. O regulamento da premiação foi publicado em nossa edição de n.º 10 e está à disposição de todos os interessados na Secretaria do IAB-GB.

EXPOSIÇÃO "MÉXICO PROJETA E CONSTROI"

Patrocinada pela Faculdade Nacional de Arquitetura e pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade Autônoma do México com a cooperação da Embaixada do México no Brasil, foi realizada na F.N.A. a Exposição "México Projeta e Constrói", composta de 400 lâminas fotográficas que cobrem os seguintes aspectos: 1. — Projetos realizados pelos alunos da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade Nacional Autônoma do México. 2. — Caracteristicas gerais do México (situação geográfica, clima, população, etc.). 3. — Represas. 4. — Usinas Hidrelétricas. 5. — Obras públicas realizadas no sistema de comunicações. 6. — Edifícios Públicos. 7. — Escolas pré-fabricadas do tipo das 3 unidades doadas recentemente pelo Govêrno do México ao Govêrno do Brasil. 8. — Importantes edifícios da cidade do México.

GOTEMBURGO CONSTRUIRÁ A MAIOR PONTE PÊNSIL DO MUNDO

ESTOCOLMO (SIP) — Serão iniciadas dentre em breve as obras para a construção de uma nova ponte pênsil que unirá os dois lados da desembocadura do rio Göta, na cidade de Gotemburgo, a oeste da Suécia.

A ponte de Alvsborg, como está sendo denominada, terá 912 metros de comprimento e 27,5 metros de largura, afirmando-se que será a mais larga do mundo e foi projetada pelo Prof. sueco S. O. Asplund.

Esta ponte pênsil terá duas tôrres de 100 metros de altura. O comprimento máximo do arco será de 418 metros, com um vão livre de 45 metros. A estrutura será de aço e as tôrres, as vias de acesso à ponte e a pavimentação, de concreto.

Terá seis pistas para o tráfego e o seu custo total foi orçado em 20,4 milhões de dólares. Espera-se que a ponte seja entregue ao tráfego em princípios de 1966.

SEMINÁRIO DE URBANISMO EM SÃO PAULO

Vai ser realizado em março, na capital paulista, um ciclo de debates sôbre planos-diretores das cidades do litoral do Estado. Entre os temas que constarão do programa do seminário estão os seguintes:

Preservação e embelezamento das praias e de todos os elementos naturais; Elaboração de planos-diretores para a urbanização das estâncias e o melhor aproveitamento; Condições essenciais para o turismo, ressaltando-se as comunicações e os circuitos turísticos; Melhoria dos recursos culturais das populações permanentes, principalmente de menores de 11 a 18 anos.

CIURBE

Foi aprovado pela Câmara Municipal do Recife o Projeto do Executivo criando a Companhia de Urbanização do Recife (CIURBE).

A CIURBE realizará amplo programa de urbanização da cidade, com a recuperação de alagados, eliminação das habitações insalubres das áreas urbanas e, finalmente, o equicionamento de todos os problemas urbanísticos do Recife. O capital inicial da CIURBE, que é uma sociedade de economia mista, é de 200 milhões de cruzeiros.

ÓPERA DE MADRID

O Itinerário das Artes Plásticas, coluna assinada por Jayme Maurício no Correio da Manhã, publicou as bases do Concurso Internacional de Arquitetura para a Ópera de Madrid. Êste concurso foi dado como patrocinado pela U.I.A. O secretário geral da U.I.A., entretanto, respondendo a pedido de esclarecimentos do IAB, informou que as bases do referido concurso foram a ela submetidos e não receberam, ainda, a sua aprovação. A U.I.A. ficou de informar a tôdas suas seções da posição por ela tomada.

O BNDE E OS ARQUITETOS

O IAB sugeriu ao BNDE a adoção de cláusula no sentido de que o planejamento arquitetônico dos empreendimentos industriais financiados por aquêle Banco fôsse, obrigatòriamente, elaborado por arquitetos.

O BNDE após submeter o assunto aos seus Departamentos concluiu não ser possível adotar a medida pleiteada, informando:

"A conclusão a que chegaram aquêles departamentos decorreu, primordialmente, da falta de apoio legal para uma exigência como a sugerida por êsse Instituto. Embora o BNDE reconheça que a elaboração de projetos industriais por arquitetos melhoraria, sob o ponto de vista arquitetônico, a implantação do complexo industrial brasileiro, contribuindo para soluções urbanísticas e paisagísticas, que ao Poder Público compete amparar, infelizmente êste reconhecimento não justificaria, por parte desta entidade uma violação na legislação vigente, que regula as profissões de arquiteto e engenheiro civil".

Mais uma vez, a legislação vigente, obsoleta e inadequada, causa sensíveis prejuízos ao nosso desenvolvimento. *

PLANO-DIRETOR DE NITERÓI

A Prefeitura de Niterói já iniciou os estudos visando a elaboração de um Plano-Diretor de Urbanismo, o levantamento cadastral e a consolidação das leis referentes a obras públicas e particulares. O trabalho está sendo executado pela Divisão de Viação e Obras Públicas, e já foi anunciada a criação de um grupo de trabalho para elaborar o Código de Obras da Prefeitura.

Serraria Santana Ltda.

COMPENSADOS EM GERAL

DURATEX — FORMIPLAC E EUCATEX

MADEIRAS E MATERIAIS
PARA
MARCENARIAS E CONSTRUÇÕES

28 ANOS DE
TRADIÇÃO E
BONS SERVIÇOS

Rua Santana, 149/151 — Telefone 23-6131
Rio de Janeiro

Proteja sua Propriedade Contra o Fogo

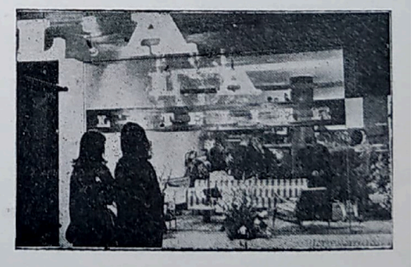
SPRINKLERS GRINNELL



EXTINGUEM INCÊNDIOS
AUTOMÀTICAMENTE

Descontos de até 60% nos prêmios de seguro-incêndio.

RESMAT LTDA.
Av. Graça Aranha, 333 — s/506
Cx. Postal 1556-ZC-00
Tel.: 42-1278



L'ATELIER NO RIO

A linha de móveis **L'Atelier** de São Paulo, concepção do arquiteto Jorge Zalszupin, inaugurou recentemente a loja-exposição, **"Loggia"**, em Copacabana, Rua Hilário Gouveia, 57-A.

"Loggia", formada pelo arquiteto Sioma Largman, pelo engenheiro Adolpho Volchan e pelo advogado Leibo Kampela, representa **L'Atelier** no Rio e conta, em sua equipe técnica, com a colaboração do arquiteto Roberto Cruz.

Os móveis **L'Atelier** tem recebido distinções (prêmio "Roberto Simonsen" da Exposição de Utilidades Domésticas) e estão sendo exportados para uma grande cadeia de lojas dos EUA e para a Europa.

Estante

O PROCESSO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Monografia sôbre planejamento apresentando um esquema geral da ordenação territorial em suas diversas fases, abordando aspectos relativos à organização comunitária, indicando a estrutura e a composição da Comissão Técnica, órgão local do planejamento territorial e uma minuta de lei destinada a criar a comissão do plano do município. No capítulo dos elementos para o **P.T.M.** discute-se a influência preventiva do plano (considerada como valor básico do plano); os sistemas de vias principais e a remodelação do sistema viário; o zoneamento; a densidade demográfica; os espaços verdes livres; os problemas específicos de desenvolvimento local; a indústria e sua classificação; os centros urbanos e rurais e as áreas residenciais. A monografia traz ainda o "código de ocupação do solo" de Le Corbusier e conclui tecendo considerações sôbre dois tipos de cidades: a cidade que aí está, a "metrópole possível", de tamanho ilimitado, característica da época paleotécnica, do capitalismo carbonífero do século XIX, da exploração imobiliária, do cortiço e da favela. A outra é a "polis", a cidade orgânica, de tamanho limitado, funcional, equilibrada, obra de arte na qual sucessivas gerações colaboram. Estas duas **cidades** correspondem a duas concepções, de planejamento territorial: **primeira**, a dos "melhoramentos", dos remendos, das avenidas, dos edifícios altíssimos onde são enlatadas as populações. Concepção que subordina a vida humana a eixos e perspectivas, aos meios mecânicos de transportes, à exploração imobiliária, gerando o enriquecimento de alguns e a desgraça coletiva. **Segunda**, a do "contrôle de crescimento", que considera simultâneamente todos os problemas de ordem urbana, rural e regional: problemas físicos, econômicos, espirituais, culturais, estéticos e sociais. Esta concepção traduz-se da cidade considerada como obra de arte, dentro do quadro municipal e regional.

Edição do Setor de Publicações do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, julho de 1962, 2ª *Edição. Volume* 8. 48 *págs.* 21 x 28 *cm.*

CONCLUSÕES DOS I, II E III ENCONTROS DE DIRETORES, PROFESSÔRES E ALUNOS DAS ESCOLAS E FACULDADES DE ARQUITETURA

Encontros realizados em Belo Horizonte (1960), Salvador (1961), S. Paulo (1962) destinados a debater problemas relativos ao ensino de arquitetura, a situação dos estudantes e posição do arquiteto na sociedade brasileira. O II encontro abordou três temas principais: **Região e Integração do Ensino; Vocação, Seleção e Formação, Investigação e Intercâmbio.** No III, foram feitas recomendações sôbre os futuros encontros e debatidos os seguintes aspectos: **Currículo Mínimo; Atribuições do Arquiteto e Ensino, Especialização no Campo Profissional, O Problema Econômico do Corpo Discente nos Órgãos Colegiados.**

Edição do Museu da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do USP. Publicação n.º 4. *São Paulo,* 1962. 31 *págs.* 21 x 23 *cm.*

APONTAMENTOS DE HISTÓRIA DA ARTE — "O SORRISO DA GIOCONDA"

Estudo sôbre a obra de Leonardo da Vinci, contendo um breve ensaio de Flávio Motta a respeito do contravertido "sorriso" da Gioconda e traduções de textos de Venturi, Walter Pater, Oscar Wilde, Berenson, Redon e Malraux, escolhidos in "Tout L'Oeuvre Peint de Leonard de Vinci" Paris, Gallimard, 1950, e traduzidas por Maria Stella de Castilho e Marina Rappa.

Edição do Museu da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Departamento de História, Publicação n.º 6. *São Paulo,* 1963. 27 *págs. Ilustrado.*



Rio:

Av. Rio Branco, 156/160

Tel.: 52-7056

Niterói:

Esbôço-Arquitetura e Interiores

Rua Belizário Augusto, 66

Salvador:

Ralf Ltda., Móveis

Av. Sete, 249 — Tel.: 3205

S. Paulo:

Rua Sete de Abril, 140/41

Tel.: 34-2363

cantú

móveis e interiores

RODOVIA PRESIDENTE DUTRA KM. 4,5

Legislação

INQUILINATO

Lei n.º 4.240 — de 28 de Junho de 1963

Prorroga até 31 de dezembro de 1963, a vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 1963, a vigência da Lei n.º 1.300 de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores e as constantes da presente lei.

Art. 2.º — É livre a estipulação de aluguel e demais encargos nas locações ajustadas após a publicação da presente lei.

Art. 3.º — No curso das locações, a que alude o artigo anterior, não poderá ser elevado o aluguel, a não ser nos seguintes casos:

I — Com expresso consentimento por escrito, do locatário, nos têrmos do que dispõe o art. 5.º e respectivo parágrafo único, da Lei n.º 3.912, de 3 de julho de 1961.

II — Mediante revisão judicial, conforme a lei estabelecer.

Art. 4.º — Os aluguéis dos prédios já locados, na data da presente lei, poderão ser majorados nas condições e proporções a seguir discriminadas:

I — aluguéis dos prédios locados no período compreendido entre 31 de dezembro de 1962 e 31 de dezembro de 1961 — 10%.

II — aluguéis dos prédios locados entre 31 de dezembro de 1961 e 31 de dezembro de 1959 — 30%.

III — aluguéis dos prédios locados entre 31 de dezembro de 1959 e 31 de dezembro de 1957 — 50%.

IV — aluguéis dos prédios locados entre 31 de dezembro de 1957 e 31 de dezembro de 1955 — 70%.

V — aluguéis dos prédios locados entre 31 de dezembro de 1955 e 31 de dezembro de 1950 — 100%.

VI — aluguéis dos prédios locados anteriormente a 31 de dezembro de 1950 — 200%.

Parágrafo único. Os percentuais de majoração previstos neste artigo serão reduzidos à metade, sempre que se tratar de imóvel com área construída e habitada inferior a 120 (cento e vinte) metros quadrados.

Art. 5.º — O aluguel de imóveis e alfaias não poderá exceder de 20% o prêço da locação devendo o **quantum**, respectivo constar do recibo.

Art. 6.º — Nas locações para fins residenciais, bem como naquelas para fins não residenciais, excluídas, porém, do regime do Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, é permitido ao locador cobrar além do aluguel as taxas de luz e fôrça, água (por pena ou hidrômetro) e saneamento, as majorações de tributos que ocorrerem, e as despesas com salários e gratificações de empregados para o serviço de limpeza e portaria do prédio, inclusive materiais para conservação do imóvel.

§ 1.º — É obrigatória a exibição ao locatário, dos comprovantes relativos às despesas cobradas na forma dêste artigo.

§ 2.º — Os encargos previstos neste artigo, divididos em 12 (doze) quotas, deverão constar do recibo, sob pena de perder o locador o direito de haver o ressarcimento dessas quantias.

§ 3.º — No edifício de apartamentos, as despesas a que se refere êste artigo serão proporcionalmente divididas entre os diversos locatários, bem como o locador, quando residir num dos apartamentos.

Art. 7.º — As viúvas, os menores e os inválidos que não forem proprietários de mais de 2 (dois) imóveis poderão, por via de arbitramento judicial, obter a revisão dos respectivos aluguéis.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, mas será sempre aplicada, quando couber, às locações existentes em 30 de junho do corrente ano.

Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de junho de 1963; 142.º da Independência e 73.º da República.

Ranieri Mazzili
Abelardo Jurema

GB

MORRO DE SANTO ANTÔNIO

Decreto "E" n.º 48 — de 31 de julho de 1963
Aprova o Projeto n.º 8.049

O Governador do Estado da Guanabara, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo n.º 7.702.888-63, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Projeto n.º 8.049, relativo ao plano de melhoramentos das áreas resultantes da demolição do Morro de Santo Antônio, na II Região Administrativa — Zona Comercial.

Art. 2.º — Fica o Departamento de Engenharia Urbanística autorizado a reexaminar o P.A. n.º 7.214, relativo à urbanização do Santo Antônio.

Art. 3.º — Os prédios ainda não desapropriados, situados nas áreas que dão fundos para o antigo Morro de Santo Antônio e os atingidos pelos logradouros previstos no P.A. número 7.214, só poderão ser reconstruídos com o máximo de 3 (três) pavimentos.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1963; 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Enaldo Cravo Peixoto

GB

CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS

Lei n.º 340 — de 20 de junho de 1963

Regula a construção e legalização de imóveis nos loteamentos existentes no Estado da Guanabara, ainda não reconhecidos como logradouros públicos e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Será concedida licença para construção ou legalização de prédios, em loteamentos, mesmo naqueles ainda não aceitos pelo Estado, bem como pagamento de guias de transmissão para lavratura de escritura, independentemente de reconhecimento.

§ 1.º — O Governador do Estado da Guanabara determinará que sejam coletados e inscritos todos os imóveis construídos em terrenos de propriedade do morador, resultante dos loteamentos referidos neste artigo, desde que, dentro do prazo de 120 dias da publicação desta lei, seja provada no Departamento da Renda Imobiliária a propriedade do terreno por escritura pública ou por contrato de compra e venda.

§ 2.º — Para efeito de legalização do estabelecido no art. 1.º, o Departamento da Renda Imobiliária só inscreverá o cidadão que não fôr proprietário de outro imóvel no Estado da Guanabara.

Art. 2.º — Ficam cancelados todos os autos de infração lavrados contra os proprietários que se achem enquadrados no Art. 1.º da presente lei.

Art. 3.º — Serão, também, legalizados todos os acréscimos ora existentes, nos têrmos desta lei.

Art. 4.º — Vetado.

Art. 5.º — Os proprietários de loteamentos que tiverem as plantas aprovadas pelo Estado terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação da presente lei, para apresentação das Fichas de Inscrições (F.I.), por lote, no Departamento da Renda Imobiliária.

Parágrafo único — O não cumprimento do estabelecido no artigo anterior, dentro do prazo estipulado, implicará na multa de 20% ao proprietário do loteamento, sôbre o Valor Tributário (V.T.) arbitrado pelo Estado.

Art. 6.º — O Departamento de Edificações concederá também alvará de legalização para as habitações a que se refere a presente lei, desde que se verifique tenham sido construídas em obediência às condições elementares mínimas de segurança e higiene,... (Vetado).

Art. 7.º — Para os efeitos desta lei será considerado todo aquêle proprietário de um só terreno que apresente escritura ou contrato de promessa de venda, em caráter irrevogável irretratável devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis.

Art. 8.º — Ficam, revigorados, ainda, os têrmos do art. 1.º da Lei n.º 54, de 25 de março de 1961, determinando a obrigatoriedade dos proprietários de loteamentos de construir uma escola primária em terreno destinado ao Estado, nas condições estabelecidas naquele dispositivo legal.

Art. 9.º — A partir da presente lei, todo e qualquer loteamento terá 20% (vinte por cento) dos lotes vinculados às obrigações contratuais de urbanização, mediante inclusão de cláusula em têrmo de compromisso.

Parágrafo único — transcorrido o prazo concedido para a urbanização completa da área, os lotes serão postos à venda, sob a fiscalização do Estado, e a receita bloqueada com a finalidade exclusiva para a complementação das obras.

Art. 10 — A Tabela B, da Lei n.º 318, de 29 de janeiro de 1949, passará a ter a seguinte redação:

Tabela B

Aprovação do Plano de Loteamento:

1 — Taxa fixa — Metade do salário mínimo.

Emolumentos:

1 — Por lote em ZC, ZP, ZE, ZI e ZR1 — Um quarto do salário mínimo.

II — Por lote em ZR2 e ZR3 — Vinte por cento do salário mínimo.

III — Por lote em ZA — Dez por cento do salário mínimo.

2 — Modificação de projeto aprovado e loteamento:

a) Taxa fixa — Duas vêzes e meia o salário mínimo.

b) Quando houver acréscimo de lotes os emolumentos serão os do item acima.

3 — Delimitação de núcleo industrial ou modificação de núcleo:

Taxa fixa — Duas vêzes e meia o salário mínimo.

O interessado indenizará os gastos do desenho e conferência de plantas e as cópias fornecidas, de acôrdo com a tabela "A".

4 — Reconhecimento de logradouro de acôrdo com o art. 116, letra d, do Decreto n.º 6.000, de 1.º de julho de 1937.

I — Em ZR1 e ZR2 — Metade do salário mínimo.

II — Em ZR3 — Um quarto do salário mínimo.

III — Em ZA — Dez por cento do salário mínimo.

5 — Revisão de numeração:

Por placa designada em terreno, prédio, entrada, apartamento ou casa de vila — Cr$ 5.000,00.

Art. 11 — A taxa fixa pela aprovação do projeto será de um quarto do salário mínimo.

Art. 12 — Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar, por interêsse social, as áreas de loteamento cujos proprietários (pessoas físicas ou jurídicas) até a presente data não tiverem cumprido seus compromissos assumidos perante o Estado, ressalvando-se os direitos dos lotes adquiridos por terceiros na forma do estabelecido na presente lei.

Art. 13 — Vetado.

Art. 14 — A partir da data da publicação da presente lei, os anúncios e outras publicações de propaganda de venda de lotes a prestação ficarão obrigados a mencionar os documentos de registro imobiliário, inclusive o número do processo do loteamento aprovado pelo órgão competente do Estado.

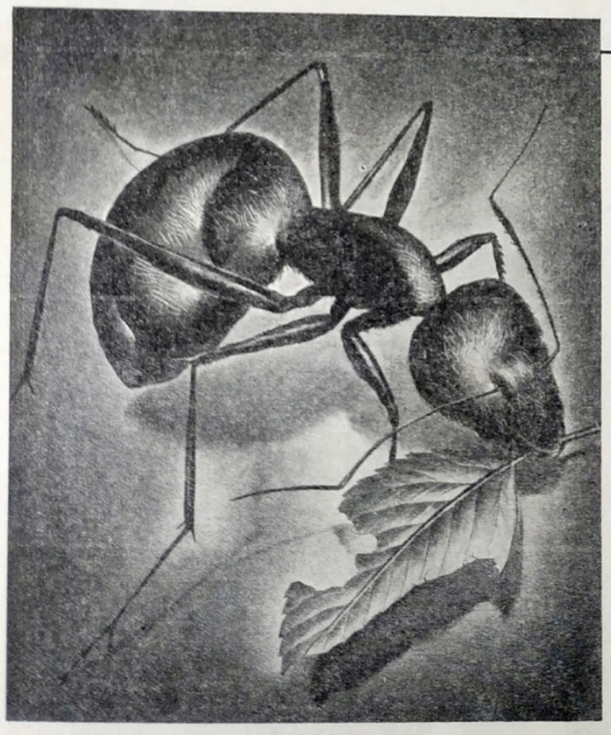
Parágrafo único — O não cumprimento dêste artigo implicará em multa de Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros). Verificando-se a reincidência, aplicar-se-á a multa de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), a ser cobrada pelo Departamento de Tributos Diversos, da Secretaria de Estado de Finanças.

Art. 15 — No prazo de 120 (cento e vinte) dias, os proprietários de que trata o art. 1.º e seus parágrafos que requererem a legalização para a ligação de água, terão canceladas tôdas as multas aplicadas, nos têrmos dos Decretos nºs. 792, de 29-12-61, e 1.143, de 22-8-62.

Art. 16 — Ficam revogadas as disposições em contrário ao estabelecido na presente lei.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1963; 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Enaldo Cravo Peixoto
Mario Lorenzo Fernandes



ECONOMIA

As formigas são dotadas de excepcionais qualidades de economia e não perdem tempo no verão, suprindo os seus celeiros contra os rigores do inverno. Aprenda com as formiguinhas a economizar o seu dinheiro empregando em suas construções um material que lhe dê o máximo de rendimento.

O cimento Portland Mauá supéra as especificações exigidas para cimento Portland no mundo inteiro.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND MAUÁ BRASIL

Bôlsa de Materiais

01 — Materiais de Cerâmica
02 — Materiais de cimento-amianto e premoldados
03 — Materiais de madeira
04 — Materiais metálicos
05 — Materiais plásticos
06 — Materiais químicos
07 — Materiais de vidro
08 — Equipamentos
09 — Materiais Diversos
(Preços médios nos revesdedores do Rio em 30-8-63).

01 — MATERIAIS DE CERÂMICA

Azulejos brancos (11x11 e 15x15)	Cr$	1.860,00	m²
Azulejos côr (11x11 e 15x15)	"	2.225,00	m²
terminais (boleados), brancos	"	350,00	m²
terminais (boleados), côr de 11x11 ..	"	630,00	m²
calhas internas e externas brancas 15 cm	"	270,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	315,00	ml
idem idem idem de côr 15 cm	"	375,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	535,00	ml
Banheiras brancas 4 1/2'	"	26.970,00	uma
Banheiras brancas 5'	"	32.100,00	uma
Banheiras brancas 51/2'	"	41.250,00	uma
Banheiras de côr 4 1/2'	"	35.500,00	uma
Banheiras de côr 5 1/2	"	56.200,00	uma
Bebedouros em louça brancos	"	3.210,00	um
Bebedouros em louça em côr	"	4.630,00	um
Bidês brancos 3 furos	"	4.980,00	um
Bidês de côr 3 furos	"	6.540,00	um
Ladrilhos cerâmico sextavados vermelhos	"	1.540,00	m²
Ladrilhos cerâmicos sextavados em côr ..	"	3.100,00	m²
Ladr. cerâmicos retangulares vermelhos	"	1.560,00	m²
Ladrilhos cerâmicos retangulares em côr	"	3.036,00	m²
Ladrilhos cerâmicos quadrados sulcado vermelho	"	1.850,00	m²
Ladrilho cerâmico quadrado sulcado em côr	"	3.070,00	m²
Ladrilho cerâmico quadrado boleado verm.	"	120,00	pç
Ladrilho cerâmico qudrado boleado côr	"	165,00	pç
Ladr. cerâmico p/piso industrial verm.	"	2.850,00	m²
Ladrilho cerâmico	"	145,00	pç
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal) em côres	"	2.750,00	m²
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal) em côres	"	1.480,00	m²
Lajota decorativa	"	110,00	pç
Lavatórios de côr 18x11 (1 furo)	"	3.300,00	um
Lavatórios brancos 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	4.100,00	um
Lavatórios de côr 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	5.530,00	um
Litocerâmica acanalada (normal)	"	2.100,00	m²
Litocerâmica — Placa de 300x60x60 ...	"	2.300,00	m²
Mictórios (centro) brancos	"	4.310,00	um
Mictórios (centro) de côr	"	4.620,00	um
Mictórios (sifonados) brancos	"	23.450,00	um
Mictórios (sifonados) de côr	"	33.510,00	um
Mosaico cerâmico vermelho	"	1.980,00	m²
Mosaico cerâmico verde	"	5.354,00	m²
Telha de barro (marselha)	"	63,00	uma
Telhas de cerâmica (marselha)	"	75,00	uma
Telha de cerâmica colonial	"	87,00	uma
Tijolo cerâmica prensado (simples)	"	81,00	pç
meio curto	"	61,00	pç
canto redondo	"	59,00	pç
Vasos Sanitários (vitrificados, autosifomados, de côr)	"	6.100,00	um
Vasos sanitários (branco)	"	3.850,00	um

(Revendedores no Rio: **Marcovan** — Rua S. José 78 a 80 **J. M. Mello & Cia. Ltda.** — Rua Riachuelo, 61/63)

02 — MATERIAIS DE CIMENTO-AMIANTO E PREMOLDADOS

Basculantes de concreto armado			
60x90x5	Cr$	4.100,00	pç
50x75x5	"	4.000,00	pç
Caixilhos de concreto 14,5x15x5, fixos.	"	2.400,00	pç
20x20x5 c/ 2 rebaixos	"	1.530,00	pç
50x50x50 fixos	"	620,00	pç
1,08x28x10 c/ 2 rebaixos	"	1.420,00	pç
Elementos vasados de concreto, quadrados			
13x20x10	"	82,00	pç
14x26x8	"	76,00	pç
30x60x15	"	315,00	pç
Elementos vasados de concreto sextavado			
12x8x8	"	55,00	pç
sextavadinho 14x16x8	"	54,00	pç
Elementos vasados de concreto triangular			
19x19x26x8	"	68,00	pç
Elementos vasados de concreto 49x50x8			
venez	"	458,00	pç

03 — MATERIAIS DE MADEIRA

Chapas de madeira compensada (especial) à prova d'água, 220x160			
pinho — 4mm	Cr$	570,00	m²
pinho — 6mm	"	770,00	m²
pinho — 12mm	"	1.250,00	m²
pinho — 15mm	"	1.610,00	m²
pinho — 20mm	"	2.200,00	m²
pinho — 25mm	"	2.800,00	m²
cedro — 4mm	"	879,00	m²
cedro — 6mm	"	1.280,00	m²
cedro — 8mm	"	2.255,00	m²
cedro — 10mm	"	2.255,00	m²
cedro — 15mm	"	3.146,00	m²
cedro — 20mm	"	4.187,00	m²
cedro — 25mm	"	4.581,00	m²
cedro — 30mm	"	5.970,00	m²
Chapas de madeira compensada (comum), 220x160			
pinho — 3mm	Cr$	230,00	m²
pinho — 4mm	"	300,00	m²
pinho — 6mm	"	435,00	m²
pinho — 8mm	"	580,00	m²
pinho — 10mm	"	720,00	m²
pinho — 20mm	"	1.320,00	m²
pinho — 25mm	"	1.650,00	m²
cedro — 4mm	"	735,00	m²
cedro — 6mm	"	930,00	m²
cedro — 10mm	"	1.225,00	m²
cedro — 15mm	"	1.645,00	m²
cedro — 20mm	"	2.060,00	m²
cedro — 25mm	"	2.625,00	m²
peroba — 4mm	"	1.255,00	m²
peroba — 6mm	"	1.500,00	m²
Peroba — 8mm	"	1.675,00	m²
peroba — 10mm	"	1.840,00	m²
peroba — 20mm	"	3.000,00	m²
peroba — 25mm	"	3.670,00	m²
Chapas de fibra de madeira tipo Eucatex			
Chapas duras de fibra de madeira (Eucatex, Duratex e Masonite)			
couro 3,5mm	Cr$	545,00	m²
canelado 3,5mm	"	565,00	m²
frisado 3,5mm	"	550,00	m²
lapidado 3,5mm	"	565,00	m²
Chapas Eucatex para forros			
isolante bisotado 12mm 60x60	Cr$	760,00	m²
isolante 8mm 122x244	"	760,00	m²
12mm 122x244	"	760,00	m²
12mm 122x122	"	760,00	m²
isolante revestido 12mm 122x244	"	870,00	m²
12mm 122x305	"	870,00	m²
betumado 12mm 122x244	"	1.090,00	m²
24mm 122x244	"	2.180,00	m²
piso flutuante 12mm 122x122	"	480,00	m²
acústica A 19mm variável	"	1.550,00	m²
acústico B 19mm variável	"	1.550,00	m²
acústico C 19mm variável	"	1.600,00	m²
travertino 19mm variável	"	1.640,00	m²
frigorífico 1/2" 122x244	"	480,00	m²
1" 122x244	"	750,00	m²
1 1/2" 122x244	"	1.125,00	m²
2" 122x244	"	1.500,00	m²
3" 122x244	"	2.900,00	m²
4" 122x244	"	3.000,00	m²
54mm 122x122	"	4.370,00	m²
durotermic 19mm 120x240	"	1.690,00	m²
31mm 120x240	"	2.620,00	m²
Chapas Neoplan (Bernini)			
6mm	Cr$	620,00	m²
17mm	"	1.300,00	m²
18mm	"	1.400,00	m²

20mm	"	1.500,00	m²
22mm	"	1.490,00	m²
25mm	"	1.800,00	m²
30mm	"	2.100,00	m²
Eucatex Azulejo 3,5mm	"	765,00	m²
Eucatex Lambri 3,5mm	"	765,00	m²
Lambris Compensados 0,07 cm.			
pinho faqueado	Cr$	2.142,00	m²
descascado	"	1.428,00	m²
imbuia	"	2.142,00	m²
amendoim	"	2.142,00	m²
cedro	"	2.142,00	m²
marfim	"	2.142,00	m²
cerejeira	"	3.620,00	m²
jacarandá	"	4.000,00	m²
fantasia	"	4.165,00	m²
ranhurado	"	1.785,00	m²
Compensados 0,12 cm.			
pinho faqueado	Cr$	1.983,00	m²
pinho descascado	"	1.757,00	m²
imbuia	"	1.975,00	m²
amendoim	"	1.975,00	m²
cedro	"	1.975,00	m²
marfim	"	1.590,00	m²
cerejeira	"	3.685,00	m²
jacarandá	"	3.685,00	m²
Maciços			
pinho de riga	Cr$	15.000,00	m²
cedro amazonas	"	2.700,00	m²
gonçalo alves — peroba	"	2.000,00	m²
jacarandá	"	7.000,00	m²
caviúna	"	4.050,00	m²
marfim	"	2.500,00	m²
Parquet em peroba do campo ou sucupira			
0,067x0,134	"	2.140,00	m²
0,077x0,402	"	2.650,00	m²
Parquet em amarelo cetim, macaúba ou			
braúna 0,067x0,134	"	2.800,00	m²
0,067x0,402	"	3.158,00	m²

(Revendedor no Rio: **Bernini, S.A.** — R. Moncorvo Filho, 25.)

05 — MATERIAIS PLÁSTICOS

Chapas plásticas (Formiplac) brilhantes 1,5 m	Cr$	4.300,00	m²
meio fôscas	"	4.500,00	m²
fôscas	"	4.500,00	m²
Pias plásticas	"	8.900,00	m²
Pisos plásticos de luxo (colocado)	"	2.200,00	m²
anti-derrapante	"	1.900,00	m²
semi-áspero	"	1.900,00	m²
Tampos para vasos sanitários (Goyana)	"	5.600,00	um

06 — MATERIAIS QUÍMICOS

impermeabilizante de péga normal	"	87,00	kg
impermeabilizante de péga rápida	"	142,00	kg
impermeabilizante de péga ultra rápida	"	176,00	kg
mastique elástico p/calafetar a frio (prêto)	"	121,00	kg
(cinza)	"	237,00	kg
Repelente de água ("Repelágua)	"	1.935,00	3,6 l
tinta protetora para concerto	"	122,00	kg
tinta protetora para fachadas	"	119,00	kg
líquido incolor para fachadas	"	267,00	kg
tinta asfáltica de proteção, tipo Proko	"	81,00	kg

07 — MATERIAIS DE VIDRO

Pastilhas de vidro			
Miscelânea MC	"	1.115,00	m²
Miscelânea MS	"	870,00	m²
Reflex	"	1.280,00	m²
Vipax Especial	"	2.325,00	m²
Vipax Standard	"	1.430,00	m²
Telhas de vidro (marselha)	"	420,00	uma

08 — EQUIPAMENTOS

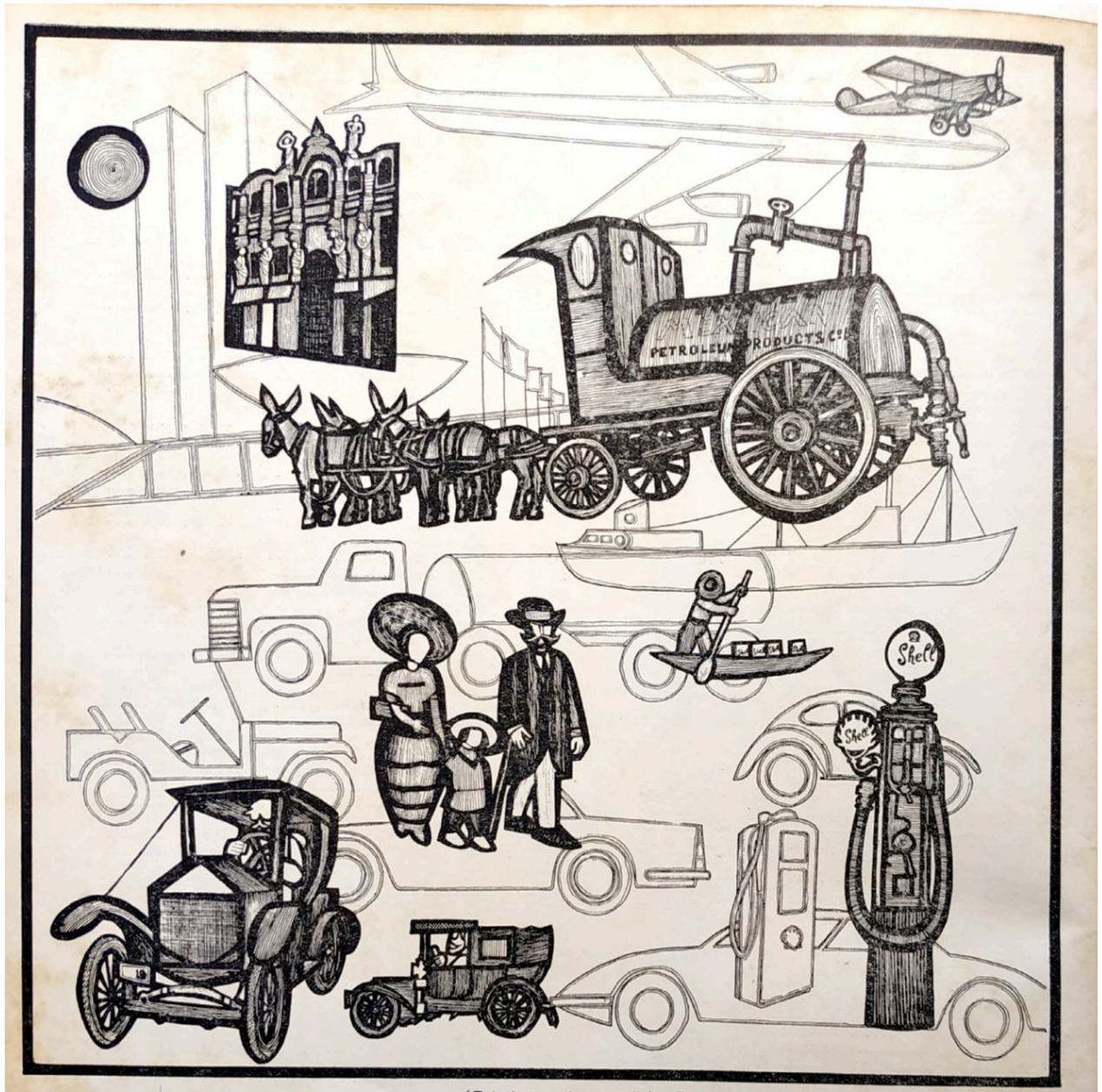
Exaustores domésticos standard	Cr$	29.670,00	um
doméstico luxo	"	34.500,00	um
comerciais 250 mm	"	34.500,00	um
comerciais 400 mm	"	40.650,00	um
Aquecedores elétricos cap. 30L	"	41.100,00	um
cap. 80L	"	66.500,00	um
cap. 100L	"	78.400,00	um
cap. 200L	"	166.000,00	um
cap. 300L	"	245.000,00	um
cap. 500L	"	367.000,00	um
Aquecedores a gás (brancos)	"	33.350,00	um
Aquecedores a gás (em côr)	"	38.400,00	um
Fogões a gás (encanamento) 4 bôcas	"	33.890,00	um
6 bôcas — 523	"	112.560,00	um
Fogões a gás (engarrafado) 4 bôcas	"	49.245,00	um
(c/instalação de 2 botijões). 6 bôcas	"	130.850,00	um

(Revendedores no Rio:
MARCOVAN — R. S. José, 78 a 80
J. M. MELLO — R. Riachuelo, 61/63).

09 — MATERIAIS DIVERSOS

		Cr$	
APM	— "MONTANA" de embutir	7.900,00 +	6% I.C.
APME	— "MONTANA" Externo de louça branca	12.500,00 +	6% I.C.
APME	— "MONTANA" externo de louça em côres (sujeito a venda prévia)	16.500,00 +	6% I.C.
APA	— Espelho Branco	400,00 +	10% I.C.
APB	— Espêlho em côres	600,00 +	10% I.C.
APC	— Botão Branco com eixo plástico	80,00 +	10% I.C.
APC	— Botão em côres com eixo metálico	150,00 +	10% I.C.
APZ	— Botão Cromado	400,00 +	8% I.C.
APD	— Mola de Botão	60,00 +	8% I.C.
APE	— Tubo de Botão Plástico Branco	80,00 +	10% I.C.
APE	— Tubo de Botão Plástico em côres	150,00 +	10% I.C.
APV	— Tubo de Botão Cromado	600,00 +	8% I.C.
APG	— Anel Cromado com parafuso	250,00 +	8% I.C.
APH	— Alavanquinha do botão	80,00 +	10% I.C.
API	— Tampa Interna Simples, sem alavanca	400,00 +	10% I.C.
APJ	— Flutuador Plástico "ALDINA"	180,00	ISENTO
APK	— Eixo do Flutuador	180,00 +	8% I.C.
APL	— Válvula de descarga completa	600,00 +	10% I.C.
APL	— "R" Regulador de comprimento p/ válvula antiga	150,00 +	8% I.C.
APO	— Diafragma de borracha da torneira antiga	150,00 +	7% I.C.
APQ	— Virola completa p/conexão 1½ (Duas Peças)	450,00 +	8% I.C.
APQ	— "T" Tubo da virola de 1½	150,00 +	8% I.C.
APR	— "A" Tubo Silenciador, para torneira nova	120,00 +	10% I.C.
APR	— "B" Tubo Silenciador, para torneira antiga	150,00 +	10% I.C.
APW	— Cone de Borracha da válvula de vedação	150,00 +	7% I.C.
APY	— Martelinho da torneira de bóia (antiga)	150,00 +	8% I.C.
ATB	— Torneira de bóia para APM*, com registro, porém sem flutuador, sem silencioso e sem virola	950,00 +	8% I.C.
ATD	— Prolongador para APM*, excessivamente embutido com botão cromado e eixo especial	600,00 +	8% I.C.
BOB	— Bôlsa de borracha "LUMO"	200,00	ISENTO
	— Bôlsa de borracha "LUMO" em côres	300,00	ISENTO
TDM	— Tubo branco de descarga, para caixa de embutir	450,00	ISENTO
TDM	— Tubo em côres (sujeito a venda prévia)	450,00	ISENTO
TDME	— Tubo de descarga branco para "APME"	500,00	ISENTO
TDME	— Tubo de descarga, em côres para "APME"	750,00	ISENTO
MLB	— Cachimbo para caixa de louça	600,00 +	8% I.C.
MLC	— Suporte de botão para APM* de louça	600,00 +	8% I.C.
MLD	— Espêlho para APM* louça	900,00 +	8% I.C.
MLT	— Tampa da caixa de louça branca Celite	2.400,00	ISENTO
MLT	— Tampa da caixa de louça em côres Celite	3.600,00	ISENTO

* APM significa: Aparelho de descarga Montana.



(Painel do artista brasileiro Poty, alusivo ao Cinqüentenario da Shell no Brasil)

50 ANOS NA PAISAGEM BRASILEIRA

Há 50 anos a SHELL integra a paisagem do Brasil. Operando nos vários campos em que se faz essencial a presença dos derivados de petróleo, a marca SHELL é hoje um marco do progresso do País, um empreendimento sintonizado com o desenvolvimento nacional. O que multiplica as alegrias dêste cinqüentenário - o cinqüentenário brasileiro da SHELL.

VOCÊ PODE CONFIAR NA SHELL
MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA E BONS SERVIÇOS NO BRASIL

CHAPAS

DE ALUMÍNIO CORRUGADAS PARA COBERTURAS

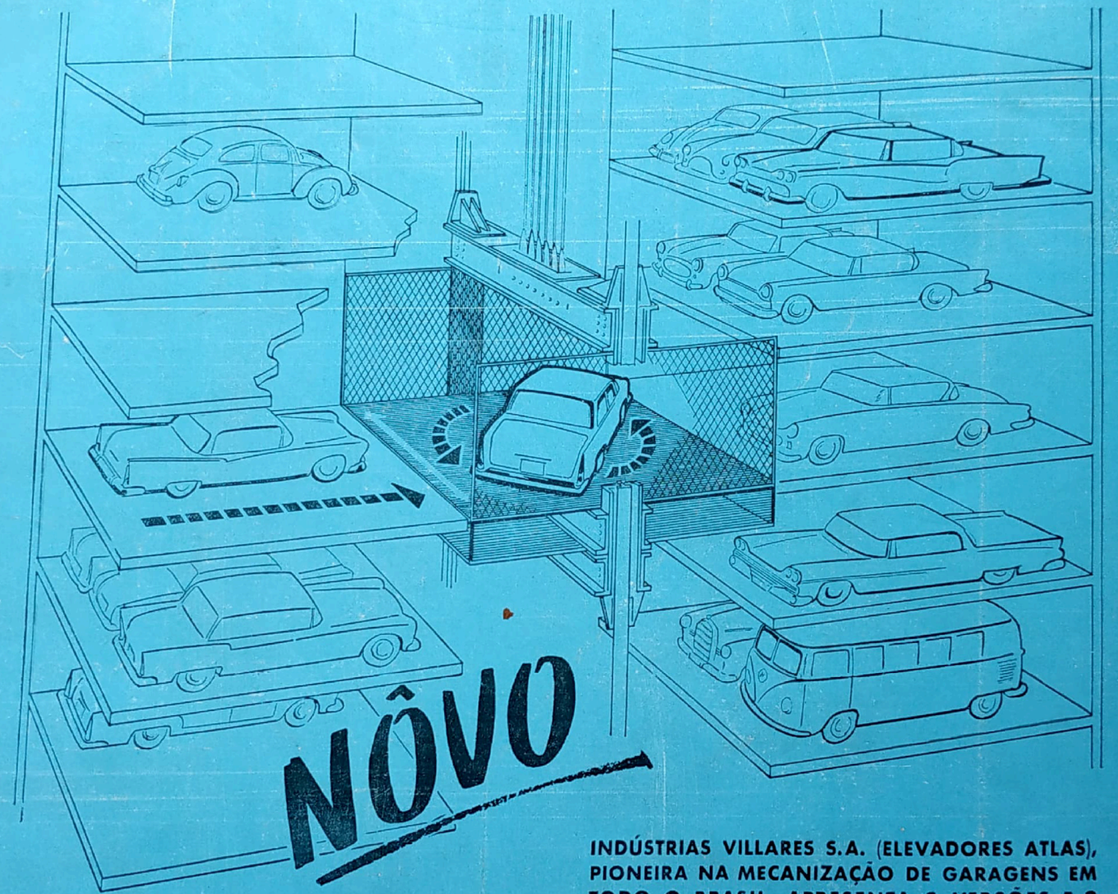


Companhia Brasileira de Alumínio
RUA RIZKALLAH JORGE, 50 - 11.º ANDAR - SÃO PAULO

CBA

GARAGEM AUTOMÁTICA "SISTEMA VILLARES"

UM TIPO PARA CADA CASO ESPECÍFICO



NÔVO

TÔDA A MECANIZAÇÃO DA GARAGEM AUTOMÁTICA "SISTEMA VILLARES" É FABRICADA, VENDIDA, MONTADA, GARANTIDA E CONSERVADA POR UMA ORGANIZAÇÃO ESPECIALIZADA E DE TRADICIONAL RENOME.

MAIS DE 3.000 USUÁRIOS SATISFEITOS

INDÚSTRIAS VILLARES S.A. (ELEVADORES ATLAS), PIONEIRA NA MECANIZAÇÃO DE GARAGENS EM TODO O BRASIL, APRESENTA 3 VERSÕES E 9 SOLUÇÕES DIFERENTES:

VERSÃO "A"
- Maior número de automóveis no mesmo terreno
- Melhor tempo de vazão
- Todos os automóveis podem saír de frente

VERSÃO "B"
- Recomendada para garagens de altura média
- Ótimo tempo de vazão
- Todos os automóveis podem saír de frente

VERSÃO "C"
- Utilizada para garagens de menor altura
- Ótimo tempo de vazão
- Todos os automóveis podem saír de frente sem necessidade de viradores no pavimento

Garagem Araújo	Garagem Condestável	Garagem Plaza	Garagem Jamile Caram	Garagem Padrão	Garagem das Bandeiras	Garagem Riachuelo	Garagem Gouveia
SÃO PAULO	SÃO PAULO	SANTOS	LONDRINA	SÃO PAULO	SÃO PAULO	SÃO PAULO	BELO HORIZONTE
312 AUTOMÓVEIS	207 AUTOMÓVEIS	153 AUTOMÓVEIS	405 AUTOMÓVEIS	441 AUTOMÓVEIS	390 AUTOMÓVEIS	624 AUTOMÓVEIS	405 AUTOMÓVEIS

ELEVADORES ATLAS



INDÚSTRIAS VILLARES S. A.